

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra



"A descolonização e as relações entre os Estados da  
África Austral: uma perspectiva estruturalista"

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, apresentada  
à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob a  
orientação da Doutora Teresa de Almeida Cravo

Hélder Luís Sardinha Lourenço

2013



# **Introdução**



### **Enquadramento do tema**

A escolha do objecto desta tese prende-se com o nosso interesse pessoal pela escola neo-realista enquanto ferramenta útil na análise das Relações Internacionais. Na sequência da análise proposta, pretendemos revisitar, com o objectivo da sua aplicação ao âmbito sistémico, os temas centrais da referida escola, nomeadamente a análise sistémica, o conceito de anarquia, a importância do Estado enquanto figura central e a análise da distribuição das capacidades entre as unidades do sistema. O nosso objectivo é identificar os principais pressupostos da escola neo-realista e apresentar as suas limitações, neste sentido consideramos fundamental recorrer a outras escolas de pensamento como instrumento de complementaridade.

Não obstante o já referido contributo da escola neo-realista para a análise, não pode descurar-se a importância dos estudos das correntes construtivista e escola inglesa para a construção do campo teórico do nosso trabalho. O construtivismo foi decisivo na desconstrução de alguns pressupostos inquestionáveis da escola neo-realista, particularmente os conceitos de anarquia e estrutura. No que respeita a escola inglesa, o seu principal contributo relaciona-se com o conceito original de complexo regional de segurança, mais tarde desenvolvido pela escola de Copenhaga, que foi capaz de aplicar os pressupostos neo-realistas à dimensão regional, cujo estudo se torna premente para o desenvolvimento do nosso trabalho.

O nosso objectivo não é defender o neo-realismo como modelo aplicável ao estudo de caso mas também não é uma crítica no sentido da sua impossibilidade teórica.

Conhecidos os pressupostos fundamentais do neo-realismo, sistema, anarquia, distribuição das capacidades, e verificada a sua complementaridade com as teorias construtivista e a escola inglesa importa abordar estas questões no estudo de caso que incidirá na região do sul de África, no período entre o final da segunda Guerra Mundial e subsequente surgimento do *Apartheid*, e a segunda vaga de independências na região. Pretendemos, com isto, compreender as relações de poder entre os principais Estados na região.

### **Pergunta de Partida**

Como se caracterizam, do ponto de vista estruturalista, as relações entre os países da África Austral durante o período das independências?

### **Argumento**

Não pretendemos defender o neo-realismo como a teoria mais indicada para o estudo das relações entre os Estados de uma região. Defendemos que os seus pressupostos fundamentais são um importante ponto de partida na construção do nosso argumento e que a sua complementaridade com outras escolas nos ajudam a superar as suas limitações, fornecendo-nos o quadro teórico indicado para o nosso estudo de caso.

O nosso argumento tem como ponto de partida o texto fundador do neo-realismo, *Teoria das Relações Internacionais*, de Kenneth Waltz, no qual foram definidos os elementos caracterizadores do sistema internacional, merecendo particular importância a estrutura, composta por princípios ordenadores, unidades funcionalmente diferenciadas e distribuição das capacidades. Esta obra foi determinante no eclodir de alguns dos mais importantes debates no campo das relações internacionais, de tal forma que nos anos que se seguiram a generalidade dos autores críticos recorreu com frequência à teoria neo-realista como ponto de partida para formular o seu argumento e assumir as suas diferenças.

São vários os autores que defendem a importância da obra de Waltz, inclusivamente autores cuja linha de pensamento se afasta já da escola neo-realista. Dentro dos pensadores institucionistas, próximos da escola construtivista, Keohane (1986) declara que a importância da obra de Waltz “assenta menos na sua iniciação de uma nova linha de investigação e especulação, que na sua tentativa em sistematizar o realismo político numa rigorosa teoria sistémica da política internacional”. Ruggie (1998: 139), por exemplo, considera que “o modelo estruturalista da política internacional gerou uma grande atenção, positiva e crítica. É, indiscutivelmente, um dos mais importantes contributos à teoria das relações internacionais desde o seu *Homem Estado e a Guerra*”. No que se refere aos pensadores da escola inglesa, Chris Brown (1997: 45) escreve “o neo-realismo é, obviamente, controverso, mas permanece não só a

mais convincente reafirmação da posição realista na actualidade, mas também da ligação entre a teoria das relações internacionais com a generalidade da ciência política americana”. Buzan e Little (1993:1) afirmam que na busca de uma base científica para o realismo, a obra de Waltz “gerou interesse nas fundações filosóficas das Relações internacionais”. O próprio Waltz (2008: 74) evidencia a relevância que o seu conceito sistema trouxe para o campo do realismo “a ideia que a política internacional pode ser pensada como um sistema com uma estrutura precisamente definida, é o afastamento fundamental para com o realismo tradicional”.

Apesar do contributo importante do neo-realismo para as Relações Internacionais, este reveste-se de algumas fragilidades identificadas pelas correntes do construtivismo e escola inglesa, nomeadamente a análise da dimensão regional dos conflitos. Neste ponto, a escola inglesa, e mais tarde a escola de Copenhaga, desenvolveu uma teoria cujos pressupostos são os do neo-realismo, porém aplicáveis à dimensão regional.

Assim, examinaremos a lógica e as implicações da teoria estruturalista quando aplicada ao nível regional. Centraremos a nossa atenção nos efeitos da estrutura política internacional na região, e nas consequências que daí advêm para as relações entre os Estados. Consideramos que uma simples aplicação da teoria neo-realista é insuficiente para este campo de análise, em primeiro lugar porque a teoria foi desenhada para um ambiente sistémico de influência mútua entre as duas superpotências; depois, porque deixa de lado elementos históricos, fundamentais para a compreensão dos padrões de amizade e inimizade que se estabelecem entre as unidades no sistema. Julgamos, por isso, fundamental uma conjugação da teoria com outras, cujos contributos lidam com algumas das suas limitações: pense-se na ideia de anarquia enquanto “recipiente vazio” onde podem caber diferentes tipos de anarquia (Lockeanos, Hobbesianos, Kantianos) ou na reintegração do elemento diferenciador das capacidades na definição de estrutura, ferramenta útil na compreensão da transformação de um sistema internacional ao longo da história.

Ao evidenciarmos o elemento regional estamos a mostrar que certos padrões das relações entre os Estados têm vindo a alterar-se consideravelmente. Cremos que a estrutura internacional permanece com as suas características tradicionais. Fenómenos

como a descolonização, a emergência de nacionalismos, o surgimento de uma unipolaridade sistêmica têm vindo a diversificar as estruturas, os seus incentivos e constrangimentos. A escola Inglesa, próxima do neo-realismo na sua formulação dos conceitos tradicionais, tem demonstrado uma abordagem clara e despreconceituosa acerca dos assuntos relacionados com fenómenos como a securitização das regiões, seja pela importância que dão à emergência de um novo sistema de Estados (diferente do clássico sistema de Estados europeus), seja pela preferência dada à observação de fenómenos como a descolonização ou a emergência de complexos regionais de segurança.

Ao desenvolvermos este argumento, a presente tese procura ir para além da simples conclusão de que as aproximações sistêmicas são imutáveis, que a teoria neo-realista serve de pouca ajuda para os investigadores, e que as explicações de Waltz, acerca da estrutura internacional, estão erradas. Ao analisarmos muitos dos argumentos críticos desta teoria, verificamos que são uma ferramenta útil no redesenhar da teoria estrutural realista. O nosso argumento assenta no pressuposto que as teorias não são fixas ou determinadas, que através da crítica se pode reconstruir, redesenhar e ampliar o seu escopo.

O Capítulo I da dissertação caracterizará a estrutura do sistema internacional nos termos do neo-realismo e apresentará as suas fragilidades, através da visão crítica das escolas construtivista e inglesa. Os elementos da estrutura do sistema internacional analisados serão: os princípios ordenadores, a diferenciação das capacidades e a distribuição das capacidades. O capítulo II explorará uma alternativa ao neo-realismo no âmbito regional, defendida pela escola inglesa, os Complexos Regionais de Segurança. O Capítulo III apresentará o estudo de caso, a análise da dimensão regional securitária no sul de África, no período que medeia o final da segunda Guerra Mundial e a segunda vaga de independência na região.

### **Metodologia**

Uma parte significativa desta dissertação envolverá a discussão acerca de assuntos metodológicos das relações internacionais.

O presente trabalho dissertará acerca da compreensão sistémica desenhada por Waltz na sua perspectiva neo-realista, mas também acerca das teorias que são construídas através do contraste com o neo-realismo. Embora discutamos em termos gerais os pressupostos neo-realistas, acerca do sistema internacional, merecer-nos-á particular destaque o entendimento que o construtivismo e a escola inglesa têm da estrutura internacional com o intuito de complementar a teoria.

No entanto, os pressupostos apresentados revelaram-se frágeis para uma análise actual da política internacional. Neste sentido, ganham particular importância os estudos das correntes construtivista e escola inglesa. O construtivismo foi determinante no debate dos conceitos de anarquia e estrutura. No que concerne a anarquia, esta escola aporta para o debate a possibilidade de diversos significados de anarquia, o que permite uma análise mais completa do tipo de comportamento dos Estados. Relativamente à estrutura, o construtivismo afirma que o agente e a estrutura são mutuamente constituídos, contrariamente ao pressuposto neo-realista de que o agente precede a estrutura. No que respeita a escola inglesa, a sua aportação para o nosso trabalho assenta em duas linhas de pensamento. Em primeiro lugar, esta escola, à semelhança do construtivismo, defende que o conceito de anarquia tem múltiplos significados. Em segundo lugar, procurar ir ao encontro do neo-realismo, através da melhoria dos pressupostos que irão originar o conceito de complexo regional de segurança, capaz de aplicar os pressupostos neo-realistas à dimensão regional.



# Capítulo 1



### **Realismo versus neo-realismo**

O realismo surge como uma escola de pensamento das relações internacionais em meados da década de vinte do século passado. O seu principal obreiro é E.H. Carr, um professor Britânico, que, na sua obra *Twenty Years Crises 1919-1939*, tem como principal objectivo a crítica aos intelectuais britânicos e norte-americanos, acusados de ignorarem o poder na política internacional. O autor desafia os outros intelectuais, apelidando-os de utópicos e acusando-os de serem detentores de uma incapacidade de evitar a emergência de regimes autoritários. Na sua crítica ao utopismo afirma “como outras ciências na sua infância, a ciência da política internacional tem sido marcadamente e francamente utópica” (Carr, 2002: 11).

Muito brevemente, os pressupostos da nova escola são os seguintes: os Estados são o actor mais importante da política mundial. Os Estados são actores racionais, calculando riscos da sua acção e procurando obter a máxima utilidade. Salienta-se a necessidade do poder como forma de alcançar outros fins. Para os novos autores realistas, a maioria governa porque é forte, a minoria obedece porque é mais fraca “ele deve submeter-se porque, caso contrário, o mais forte o obrigará; e os resultados desta acção compulsória são muito mais desagradáveis do que a submissão voluntária” (Carr, 2002: 58).

Baseado nos pressupostos de autores clássicos, como Tucídides, Maquiavel ou Hobbes, o autor determina quais serão os fundamentos da nova escola, o realismo. “Em primeiro lugar a história é uma sequência de causa e efeito, cujo curso se pode analisar e entender através do esforço intelectual (...) Em segundo lugar, a teoria não cria (como pressupõem os utópicos) a prática, mas sim a prática quem cria a teoria (...) em terceiro lugar, a política não é (como pretendem os utópicos) uma função da ética, mas sim a ética o é da política” (Carr, 2002: 86). Apesar de tudo isto, Carr afirma que o realismo apresenta algumas limitações. São elas “a necessidade, reconhecida por todos os políticos, sejam em assuntos internos ou internacionais, de disfarçar interesses sob as vestes de princípios morais, é, por si só um sintoma da insuficiência do realismo” (Carr, 2002: 121).

Com o final da década de 40, a centralidade do sistema internacional desloca-se para os Estados Unidos, e com ela a ciência das relações internacionais. O realismo tem um grande acolhimento nas universidades, onde os seus principais obreiros são autores como Hans Morgenthau ou Raimound Aron que, procurando afastar-se das metodologias tradicionais, abrem o campo da ciência das relações internacionais a outras áreas do saber.

É a Morgenthau, no seu livro *Politian among nations* (1948), que é atribuída a primeira tentativa de criar uma verdadeira ciência política das relações internacionais. O autor define os pressupostos da ciência do realismo da seguinte forma: a ciência do realismo baseia-se na compreensão de acontecimentos similares em que a luta pelo poder aparece como um resultado da condição humana. O seu pensamento é determinante no estabelecer dos pressupostos fundamentais da teoria realista, sendo considerados como verdadeiramente inovadores o valor da generalização, a recorrência de padrões de comportamento, as fontes de comportamento estatal e o explorar das razões da guerra e da paz nas relações internacionais.

Como resultado deste trabalho inovador, considera-se a década de 60 como um período em que as teorias das relações internacionais eram constituídas pelos debates entre Morgenthau e os seus críticos. Muitos dos autores críticos, mais que superar a teoria realista, procuravam acrescentar algo novo ao paradigma dominante. Na escola Inglesa, próxima do realismo, o trabalho de Wight (1960), no seu artigo “Why There is no IR Theory?”, adiciona o elemento histórico, permitindo uma interpretação da história através de três escolas de pensamento: Maquiavel, Grócio, Kant. Mais perto de casa, nos Estados Unidos, David Singer (1961) com o seu artigo “level of analysis” desenvolve a sua interpretação da política internacional através de níveis de análise. O seu fácil acolhimento no meio académico permitiu impulsionar o campo das relações internacionais.

É por esta altura que os trabalhos de Waltz começam a ser reconhecidos no campo académico: em 1959 é publicada a sua primeira obra *Man, State and War* e é através dele que se vão procurar introduzir métodos mais sofisticados e mais rigorosos no campo das relações internacionais. Em 1979, o mesmo autor lança uma obra que vai transformar toda a ciência das relações internacionais, *Teoria Política Internacional*.

Outras obras seguem-no, merecendo particular destaque *War and Change in International Politics* (1981) de Robert Gilpin e *The Origins of Alliances* (1986) de Stephen Walt.

A nova corrente realista procura afastar-se do pensamento realista clássico para quem o Estado é impelido, na sua busca pelo poder, por um “animus dominandi” e passa a admitir-se uma nova teoria centrada na atenção da natureza anárquica e competitiva do sistema internacional. Waltz (2008:58) demonstra como a ênfase na estrutura anárquica e conflituosa das relações internacionais serve de instrumento para a análise das relações internacionais “o enfatizar a forma como as estruturas afectam acções e resultados, o neo-realismo rejeita o pressuposto segundo o qual o desejo de poder inato ao Homem constitui causa suficiente para a guerra na ausência de outra causa. Este facto recria a ligação casual entre as unidades de interacção e os resultados internacionais”.

Um dos mais importantes debates no campo das relações internacionais prende-se com a compreensão do sistema internacional e põe em confronto a escola realista com a generalidade das escolas do saber. Dentro do realismo foi o neo-realismo, ou estruturalismo realista, que mais influenciou este debate. A generalidade dos autores críticos recorrem com frequência à teoria neo-realista como ponto de partida para formularem o seu argumento e assumirem as suas diferenças. O livro de Waltz (1979) *Theory of International Politics* é o texto fundador do neo-realismo e ali são definidos os elementos caracterizadores de um sistema internacional, principalmente o seu elemento determinante, a estrutura, composta por princípios ordenadores, unidades funcionalmente diferenciadas e distribuição das capacidades. O resultado é uma imagem posicional das unidades.

O conceito de sistema internacional neo-realista foi um importante desenvolvimento no campo das relações internacionais. Keohane (1986) declara que a importância da obra de Waltz “assenta menos na sua iniciação de uma nova linha de investigação e especulação, que na sua tentativa em sistematizar o realismo político numa rigorosa teoria sistémica da política internacional”. Buzan e Little (1993:1) afirmam que na busca de uma base científica para o realismo, a obra de Waltz “gerou interesse nas fundações filosóficas das Relações internacionais”. O próprio Waltz

(2008: 74) evidencia a relevância que o seu conceito sistema trouxe para o campo do realismo “a ideia que a política internacional pode ser pensada como um sistema com uma estrutura precisamente definida, é o afastamento fundamental para com o realismo tradicional”.

O estruturalismo realista, como foi desenhado por Waltz (1979), tornou-se uma obra controversa no campo das relações internacionais, a sua importância é reconhecida mesmo entre os autores críticos do neo-realismo. Chris Brown (1997: 45) escreve “o neo-realismo é, obviamente, controverso, mas permanece não só a mais convincente reafirmação da posição realista na actualidade, mas também da ligação entre a teoria das relações internacionais com a generalidade da ciência política americana”. As principais críticas, invocadas pela generalidade dos autores de outros campos das relações internacionais, prendem-se com o facto de o neo-realismo não conseguir explicar a mudança, ser ausente de um elemento histórico e legitimar a corrente ordem política internacional<sup>1</sup> “acontece que o neo-realismo tem dificuldades em confrontar a mudança nas relações internacionais. Enfatizando a continuidade estrutural e a repetição, a estrutura anárquica das relações internacionais permanece a mesma” (Dunne; Cox; Booth, 1998: 86).

O estruturalismo realista considera a política internacional como um assunto complexo, onde as relações entre os Estados se localizam num sistema internacional composto por unidades, cuja interacção permitirá tornar possível pensar a estrutura como um todo. Da mesma forma que os seus antecessores, os autores neo-realistas vêem o Estado como o principal elemento do sistema internacional, mas agora evidenciam as relações ocorridas ao nível do sistémico. Waltz (1979: 63) considera que ao dar primazia a uma abordagem sistémica se está a salientar a importância vital da estrutura no campo de análise da política internacional “qualquer abordagem ou teoria, se for correctamente rotulada de sistémica, deve mostrar como o nível sistémico, ou estrutura, é diferenciado do nível das unidades em interacção”. O estruturalismo realista vai procurar desacreditar as teorias apelidadas de reducionistas que, pela atenção dada ao Estado e às suas componentes internas, acaba por levar a uma “proliferação de variáveis”.

---

<sup>1</sup> Ver Ruggie, Ashley e Cox (Keohane, 1986).

Uma das obras mais importantes da crítica ao neo-realismo foi *Neo-realism and its critics* (1986), de Robert Keohane, que, embora admita ver no neo-realismo um bom ponto de partida, o considera insuficiente. Na obra estão presentes argumentos a favor do neo-realismo, apresentados por Gilpin e Waltz, e argumentos contra, defendidos por Ashley, Ruggie e Cox. O alvo das suas críticas é o estatismo, o ahistoricismo e a dificuldade da estrutura de Waltz em lidar com a mudança. Por exemplo, Ashley, um autor pós-positivista, critica o estatismo neo-realista “Na verdade, a teoria neo-realista está preparada para reconhecer problemas do Estado, apenas na medida em que este, dentro dos seus quadros de legitimação, possa estar preparado para reconhecer problemas e mobilizar recursos nesse sentido” (Ashley, 1986: 269). Wendt, um autor construtivista, na sua obra *Social Theory of International Politics*, critica o neo-realismo por aplicar um conceito demasiado restrito de estrutura, reduzindo a estrutura às propriedades do Estado, as suas capacidades. A consequência é que o neo-realismo vê as estruturas da maneira com que aparecem aos Estados e não como condições para a acção do Estado.

No entender de Waltz (2008: 213), a maioria das críticas que lhe são imputadas estão ausentes de racionalidade. Segundo o autor, uma teoria não deve ter uma função de previsão do futuro “a teoria realista é melhor a dizer o que vai acontecer do que quando vai acontecer. A teoria não pode dizer quando o amanhã será, uma vez que a teoria política internacional lida com as pressões da estrutura nos Estados e não como os Estados vão lidar com as pressões”. Para o actual pensamento das relações internacionais é importante saber não apenas o que vai acontecer, mas também como vai acontecer. Não importa tanto saber o que origina fenómenos como o equilíbrio de poder mas saber as consequências que o tornam possível. A escola inglesa, pela sua dimensão identitária, é um elemento auxiliar no desenvolvimento da teoria estruturalista realista “é possível ligar a ideia da sociedade internacional à teoria neo-realista vista, da mesma maneira que o equilíbrio de poder, como uma consequência de relações de anarquia e hierarquia estruturalmente geradas” (Smith; Booth; Zalewsky:1996).

Um outro autor que contribuiu decisivamente para o impulsionar da escolar neo-realista foi Robert Gilpin e o seu *War and Change in World Politics*, onde pretende analisar a mudança no sistema internacional. Gilpin começa por reafirmar os princípios básicos de estabilidade no sistema internacional “ A natureza fundamental das relações

internacionais não mudou ao longo do milénio. As relações internacionais continuam a ser uma batalha recorrente por riqueza e poder entre actores independentes num Estado de anarquia” (Gilpin, 1981:7). De seguida define o sistema internacional como entidades diversas unidas por uma interacção regular de acordo com uma forma de controlo, o que o leva a considerar que um sistema internacional é estável enquanto nenhum Estado acreditar que é vantajoso tentar mudá-lo. Só quando os benefícios excederem os custos é que o Estado desafiante procurará alterar a ordem no sistema internacional.

Gilpin considera o sistema internacional como bastante estável “A estabilidade relativa do sistema é, na verdade, largamente determinada pela sua capacidade de se ajustar às necessidades dos actores afectadas pela mudança de política e condições ambientais” (Gilpin, 1981:13), segundo o qual apenas podem ocorrer três tipos de mudança na política internacional. A primeira delas é a “mudança sistémica”, que envolve uma grande transformação nas características do sistema internacional. A segunda, definida como “mudança no sistema”, traduz-se na transformação da liderança do sistema internacional, é uma mudança no sistema e não uma mudança do sistema em si. A terceira e última transformação, “mudança na interacção”, significa que ocorrem mudanças na política económica e noutras interacções entre os autores do sistema internacional. Merece particular destaque na análise do neo-realismo a atenção que o autor dá ao elemento da guerra hegemónica enquanto factor de desestabilização e ulterior reorganização da distribuição das capacidades pelas unidades do sistema internacional.

Com a década de 90 ocorre um período de transformação no neo-realismo. O excessivo debate em torno dos seus elementos caracterizadores esgotou a possibilidade de inovação. As novas correntes nascidas do final da Guerra Fria puseram a nu algumas das suas fragilidades. Os novos autores realistas optaram por seguir vias intermédias. Por um lado aproximaram-se do nível da unidade, por outro realçaram as características ofensivas do realismo e, finalmente, tentaram descobrir a ligação entre o neo-realismo e a política externa.

Dos novos autores realistas que procuraram melhorar o argumento neo-realista através da adição de elementos da unidade ao nível sistémico merecem particular

destaque Jack Snyder (1984) e o seu artigo “Chain Gangs and passed bucks”, Barry Posen (1984) com “The sources of military doctrine” e Stephen Van Evera (1998) com os seus artigos “Hypotheses on Nationalism and War e “Offense, defense and the causes of War”.

Snyder (1984: 137) afirma que a teoria de Waltz deve ser “enxertada com outras teorias antes de fazer determinadas previsões ao nível da política externa”. Ao incorporar factores como a percepção, o autor propõe-se a complexificar a posição de Waltz acerca do sistema internacional. Posen (1984:7) procura explicar como “a doutrina military se forma e como se visualiza na estratégia global”, através da fusão de “influências burocráticas, políticas, tecnológicas e geográficas”. Van Evera, por sua vez, combina elementos do nível sistémico com outros ao nível da unidade. Determina resultados através da combinação entre os elementos de política interna e política externa “o equilíbrio entre a defesa e o ataque é afectado pelas políticas nacional, externa e militar; por isso, está sujeito à vontade política.” (1998: 91). No seu artigo acerca do nacionalismo e da guerra afirma que o que determina o tipo de nacionalismo existente são factores estruturais e nacionais.

Outros autores consideram que o maior debate pós guerra fria não é entre o tradicional conceito de realismo e o realismo estrutural, mas sim entre duas formas distintas de compreender o estruturalismo realista. Vale a pena realçar que existe um tipo de realismo, o realismo ofensivo, cujo principal autor é John Mearsheimer, autor da obra *The Tragedy of Great Power Politics* (2001). O realismo ofensivo acredita que, contrariamente ao defensivo, o sistema apresenta fortes incentivos para “os Estados procurarem oportunidades para conquistar poder à custa de rivais e para se aproveitarem das situações em que os benefícios ultrapassam os custos” (Mearsheimer, 2007: 36). Ao contrário de Waltz, o autor não enfatiza o papel da estrutura na procura dos seus objectivos, apenas afirma que os Estados procuram maximizar poder.

O debate entre o realismo ofensivo e o realismo defensivo preocupa-se com a forma como os Estados respondem a incentivos e a constrangimentos sistémicos. No entender de Mearsheimer (2007: 33) ambos têm em comum as seguintes premissas: os Estados são actores racionais, num sistema internacional anárquico, onde nunca podem estar certos acerca das reais intenções dos outros Estados e cujo objectivo principal é a

sobrevivência. O que os distingue é a compreensão acerca das capacidades dos Estados. O realismo ofensivo crê que os Estados possuem capacidades militares ofensivos e que as devem utilizar na procura de acumulação da maior quantidade de poder que conseguirem.

Finalmente, o realismo neoclássico distancia-se do neo-realismo através do assumir-se como uma teoria de política externa que incorpora simultaneamente variáveis internas e externas “não há uma correia de transmissão capaz de ligar as capacidades militares ao comportamento da política externa. As escolhas da política externa são tomadas por elites e líderes políticos e por isso o que importa é a sua percepção do poder relativo” (Rose, 1998: 147). No entanto, não quebra os laços com o neo-realismo, pois também se preocupa com a forma como as pressões sistémicas moldam a direcção da política externa, isto é, como os factores sistémicos limitam “as escolhas de políticas externas consideradas por líderes políticos de um Estado num determinado período de tempo” (Rose, 1998: 147).

### **Construtivismo**

O construtivismo é uma corrente de pensamento nascida após a queda da União Soviética, cujo objectivo é a criação de uma alternativa a outras correntes de pensamento nas Relações Internacionais, o Realismo e o Liberalismo. Os seus principais teorizadores são Alexander E. Wendt, Friedrich Kratochwil, Ted Hopf e Nicholas Onuf. Para estes autores, o Neo-realismo tinha demonstrado ser insuficiente como teoria para a explicação de diversos acontecimentos internacionais, como a queda da União Soviética, pelo facto de a sua análise ser sistémica, o que apenas permitia interpretar os acontecimentos através de fenómenos como o equilíbrio ou a transformação de poder. Pelo contrário, os construtivistas acreditam que esta queda se deveu a uma transformação doméstica.

O construtivismo enquanto corrente de pensamento pretende ser um novo programa cuja base é a reconceptualização de temas familiares ao Neo-Realismo, nomeadamente o princípio da anarquia, o debate agente-estrutura e o poder.

No que concerne o princípio ordenador da anarquia, Alexander Wendt crê que se trata de uma comunidade imaginada, com múltiplas compreensões, servindo este conceito para a teorização dos diferentes domínios da política internacional. Para Hopf (1998:174) “(...) se os entendimentos múltiplos da anarquia forem possíveis, então podemos começar a teorizar acerca de diferentes domínios e áreas-chave da política internacional que são entendidas pelos seus actores como mais ou menos anárquicas”. Esta ideia de multiplicidade de sentido permitiu a apropriação pelos Estados do seu conceito e a sua adaptação às realidades existentes. Utilizando as palavras de Wendt, a anarquia é o que os Estados fazem dela. Esta multiplicidade veio também permitir uma mais fácil análise da mudança no sistema internacional, criando assim um estudo inédito relativamente à teoria neo-realista, que apenas centra o seu estudo na continuidade e estabilidade.

Relativamente à estrutura enquanto componente do sistema internacional, o Construtivismo defende a mútua constituição do agente e da estrutura, aspecto que se distingue do Neo-Realismo, para quem a estrutura é o modelo posicional, resultado da distribuição das capacidades entre unidades primitivamente constituídas, o que permite uma maior estabilidade conceptual. Pelo contrário, o construtivismo acredita que a estrutura é o resultado da intersubjectividade, sendo construída através da combinação entre normas e práticas, tal como refere Hopf (1998:173) “Os actores desenvolvem a sua relação, e entendimento, dos outros através de normas e práticas”. Ao permitir esta mútua constituição entre estrutura e agente, afasta-se do Neo-Realismo no sentido em que as estruturas podem criar os agentes, não acreditando que estes existem exclusivamente antes das estruturas, como refere Wendt (1987:343) “A conceptualização individualista neo-realista acerca das estruturas sistémicas não pode gerar actores se estes estiverem definidos exclusivamente em termos dos próprios actores”. Como consequência, cria-se um modelo transformacional, que resulta da interacção entre as unidades e as normas, pois, tal como refere Dessler (1989:444), “devido ao facto de o modelo transformacional de estrutura fornecer uma ontologia mais extensa que o modelo posicional e é capaz de criar maior discussão num determinado leque de fenómenos que qualquer teoria posicional, este fornece uma base mais promissora para a pesquisa da teoria progressiva”.

No que diz respeito ao poder, para o Construtivismo este não é apenas material, mas também discursivo, aspecto que se distingue do Neo-Realismo pelo facto de esta corrente realçar a sua materialidade.

### **A Escola Inglesa**

A escola inglesa nasce como a necessidade, sentida pelos autores Britânicos, em dar uma resposta aos novos desafios das relações internacionais. Pelo seu foco em assuntos como a diplomacia, a legitimidade internacional, o normativismo vigente, a existência de uma sociedade internacional de Estados, foi desde logo considerada como uma “via média” entre o realismo clássico e o internacionalismo. Uma das principais críticas desta escola resulta desta promiscuidade com as outras escolas (Jones, 1981), sendo os autores acusados de lhes roubar ideias. Little tem uma visão diferente. Segundo o autor (2000: 398), “a estratégia da pesquisa contemporânea da Escola Inglesa deveria ter como alvo o preenchimento do vazio nos programas de pesquisa originais, em vez de tentar promover uma aproximação mais hermética”.

Os autores clássicos<sup>2</sup> da escola Inglesa são, entre outros, Wight, Bull, Jackson, Jones, e as obras mais importantes *A política do Poder* de Martin Wight e *A Sociedade Anárquica* (1977) de Hedley Bull. Estes autores preocupam-se com os assuntos clássicos das relações internacionais, a existência ou não de uma sociedade internacional de Estados, a guerra e a diplomacia nas relações internacionais. Podemos afirmar que, na sua origem, a escola inglesa era muito próxima da escola realista de Carr e de Morgenthau, divergindo apenas quando a obra *Teoria Política Internacional* (1979) de Kenneth Waltz se tornou a força matriz do novo realismo que nascia, o neo-realismo. Uma vez que eram críticos do cientismo nas relações internacionais tornam-se “uma forma (a forma) de preservar a herança clássica da teoria das Relações Internacionais do saque da teoria crítica” (Brown, 2001: 4).

---

<sup>2</sup> “Bull chamou à sua abordagem tradicional, e era de facto tradicional se considerarmos que o estudo de ideias da história diplomática é precisamente aquilo de que a abordagem moderna tenta emancipar a disciplina de Relações Internacionais” (Hoffman, 1998: 17).

Esta visão das relações internacionais levou a que a escola inglesa apresentasse características distintas do neo-realismo que entretanto surgira. Ao contrário do neo-realismo, a escola inglesa acreditava na existência de uma sociedade internacional, diferente do sistema internacional. A sociedade internacional regularia os Estados através de normas comuns, ao passo que a regulação do sistema internacional se traduzia na existência de constrangimentos estruturais. Igualmente, a ideia de constituição da sociedade internacional (a escola inglesa acredita que o Estado e a sociedade internacional são co-constituídos), mais próxima do construtivismo, ditou o afastamento da escola inglesa relativamente ao neo-realismo (segundo o qual o Estado é anterior à estrutura, sendo que esta só começa a existir quando se inicia a interação).

A nova geração de estudiosos das relações internacionais, nascida do final da Guerra Fria, pouco tem em comum com a escola inglesa clássica. Os autores estão mais abertos ao contacto das relações internacionais e a sua abordagem proporciona uma convivência mais ampla com as teorias gerais das relações internacionais: o neo-realismo, a teoria dos regimes, o construtivismo e a globalização. Os seus principais autores são Buzan, Little, Dunne e Wheeler. Merecem particular destaque as obras de Buzan, particularmente o seu *Regions and Powers* (1992) e *The Logic of Anarchy* (1993). Em ambas as obras, o autor recupera conceitos neo-realistas e propõe-se a desenvolvê-los de modo a adaptá-los ao novo quadro global.

O nosso entendimento da escola inglesa tem como ponto de partida os seus quatro pressupostos fundamentais, sendo que o primeiro admite que os principais actores da sociedade internacional são os Estados; o segundo que nas relações internacionais existe um sistema de Estados; um terceiro, para quem a anarquia está presente nas relações internacionais; e, finalmente, um quarto pressuposto, onde se afirma que os Estados convivem na sociedade internacional através da partilha de um conjunto de normas e valores comuns. Igualmente, acolhemos o seu entendimento como uma via média entre três conceitos fundamentais. A sociedade internacional medeia a existência de um sistema de Estados e uma sociedade global. Por último, acolhemos a tradição grociana como um meio caminho entre tradição hobbesiana (realista) e a tradição kantiana (mais cosmopolita).

O elemento fundamental da escola inglesa, que a tem acompanhado ao longo dos tempos, é a sua distinção tripartida entre sistema internacional, sociedade internacional e sociedade global. Dentro desta distinção, por vezes referem-se a cultura Hobbesiana, Grociana e Kantiana, as três tradições de que Wight (1995) falava, realismo, racionalismo e revolucionismo. Podemos entender o sistema internacional como um conjunto de Estados que interagem num ambiente conflitual anárquico, Hobbesiano, e próximo do realismo e neo-realismo. A sociedade internacional estuda a utilização de interesses e identidades comuns entre os Estados. As normas estão no centro das relações internacionais, têm o seu principal foco na escola inglesa mas abrangem áreas como o construtivismo e a teoria crítica. A sociedade global compreende os indivíduos, as organizações e a população mundial como um todo. Trata-se de um cosmopolitismo humanista seguidor de Kant.

No centro do debate está, pois, uma concordância acerca do principal contributo da escola inglesa, o esclarecimento do elemento Grotiano, desenvolvendo o conceito de sociedade internacional. Da mesma forma que a vida em sociedade é compreendida como um padrão de actividades humanas que sustentam os principais objectos dos indivíduos (protecção contra o desconhecido, garantia da estabilidade nas relações, segurança), a sociedade internacional é vista como um padrão de conduta orientado para assegurar os mais elementares objectivos de segurança das sociedades de Estados. Bull (1997: 19) afirma o seguinte “existe uma sociedade de Estados quando um grupo de Estados consciente de certos valores e interesses comuns, formam uma sociedade com o objectivo de assumir relações por um conjunto de regras comuns”.

A distinção entre sistema internacional e sociedade internacional é central no desenvolvimento do pensamento dos autores ingleses. Importa-nos compreender como ambos nascem nas relações internacionais. Hoffman (1998: 21) estabelece a seguinte distinção “o sistema significa contacto entre os Estados e o impacto de um Estado sobre outro; a sociedade significa (nas palavras de Bull) interesses comuns e valores, normas comuns e instituições”. A existência de normas é fundamental para a legitimação de uma sociedade de Estados, uma vez que são aquelas “que constituem a sociedade internacional e centram a sua atenção até ao ponto em que reconhecem a legitimidade do uso da força contra Estados que violam grandemente os direitos humanos” (Wheeler, 2000: 6).

O sistema internacional surge da interacção de Estados em condições de anarquia Hobbesiana onde vivem num ambiente de guerra permanente contra os demais. A sociedade internacional, por sua vez, nasce quando “os Estados mantêm contacto regular entre si e quando, para além disso, a sua interacção é suficiente para fazer que o comportamento de cada um seja um factor necessário para os outros” (Bull, 1977: 17).<sup>3</sup> Inspirado na obra de Grócio, Bull define o sistema internacional como “a noção de que os Estados e as suas normas estão unidos por regras e formam uma sociedade ou comunidade entre si, por mais rudimentar que seja” (Bull et al., 1992: 71).

A escola inglesa distingue-se de outras escolas das relações internacionais pelo seu interesse no terceiro mundo, na descolonização, e nas consequências resultantes destes processos “o regionalismo é algo que nós não podemos ignorar, pelo que nós devemos torná-lo um assunto central de análise” (Jackson, 1995: 13). Os autores regionalistas vão procurar aplicar à região conceitos até aqui exclusivos do sistema internacional. Buzan, na procura de reanimar o programa da escola inglesa, vai encontrar na compreensão da sociedade anárquica um ponto de partida satisfatório para a compreensão do mundo actual.

De acordo com os autores da Escola Inglesa, o actual sistema de Estados é o resultado da expansão do sistema de Estados Europeu, cujas fundações assentam na prevalência do elemento soberania estadual “apenas queremos indicar que este processo de regionalização que é uma característica do contemporâneo sistema de Estados é uma consequência directa da globalização do Estado local” (Jackson, 1995: 13). A adaptação de um modelo de Estado soberano a outras partes do globo resultou no surgimento de fenómenos nacionalistas de autodeterminação, que, em última análise, provocaram o desmantelamento dos impérios coloniais “tão bem sucedido era o Estado europeu em desencadear potencial humano que sobrecarregou todas as outras formas de organização política no sistema. De modo a escapar da dominação europeia era necessário adaptar formas políticas europeias” (Buzan, 1991: 171).

---

<sup>3</sup> Buzan (artigo: data) considera a forma de surgimento envolvendo vínculos de sentimento, experiências e identidades comuns com “*gemerschaft*”, apelida de “*gesellschaft*”, algo que nasce sem qualquer sentimento ou vínculo tradicional.

A compreensão que a escola inglesa faz do actual sistema de Estados é fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho. Os seus autores (Wight 2005; Buzan 2009) acreditam que o actual sistema de Estados existe desde o início do século XVI, altura em que a paz de Vestefália criou os modernos Estados soberanos “a mudança do sistema medieval para o moderno foi significativa no modo em que reconheceu os princípios-chave da governação (ao sobrepor a soberania territorial à autoridade) e a forma através da qual a identidade política é compreendida” (Buzan, 2009: 23).

É impossível pensar o actual sistema de Estados sem considerar os seus limites geográficos, ideológicos e culturais, daí que o entendimento de Bull acerca da sociedade internacional seja uma primeira ferramenta útil na teorização do regionalismo. De acordo com o autor, o actual sistema de Estados sofreu profundas alterações com a descolonização e o surgimento de novos sistemas políticos diferentes do Ocidental, necessitando, portanto, de ser reformulado o nosso entendimento acerca do sistema internacional de Estados “para que o sistema de Estados permaneça como uma estrutura viável, a área de consenso a ele subjacente deve ser não só preservada como ampliada” (1977: 332). Um modelo útil seria o regionalismo, um modelo do terceiro mundo, onde, graças à sua dimensão regional, se diminuiriam os riscos de uma bipolarização sistémica. Este isolamento internacional ocorreria pela diminuição da influência estrangeira na região e pelo isolamento da região face aos conflitos internacionais. A existência de um modelo regionalista não implicaria o desaparecimento de potências mundiais “pelo contrário, numa reorganização da política mundial segundo orientações regionais tem sido considerada uma divisão do mundo em esferas de influência ou responsabilidade das grandes potências” (Bull, 1977: 343).

Este sistema de Estados, primeiramente europeu, teve o seu apogeu durante os séculos XIX e XX, onde ocorreu a exportação do seu modelo para outras partes do globo. O nascimento, noutras partes do globo, de Estados com poucas afinidades culturais com a Europa originou a desconfiança por parte de alguns autores da escola inglesa. Bull, por exemplo, ao referir-se ao modelo de sociedade internacional criada por Grócio afirma que este sabia que existia uma tradição cultural afastada da europeia, no entanto acreditava que a partilha de normas positivas comuns iria ajudar a esbater estas diferenças “os Estados cristãos desenvolveram entre si próprios um corpo de lei

positiva que era inferior à aplicação universal” (Bull et al., 1992: 82). Bull revela-se pessimista acerca da nova sociedade de Estados e afirma que esta promove uma “revolta contra o ocidente”, por três motivos: em primeiro lugar, porque se trata de uma reprodução parcial das regras existentes; em segundo lugar, porque gera heterogeneidade cultural na sociedade internacional; em terceiro e último lugar, porque as ambições dos países do terceiro mundo levantam novas questões securitárias (Hoffmann, 1998: 26).

### **O sistema internacional**

O conceito neo-realista de sistema internacional desenvolveu o estudo das relações internacionais, de tal forma que entre os críticos de Waltz se encontra quem aceite a relevância da sua teoria “o modelo estruturalista da política internacional gerou uma grande atenção positiva e crítica. É, indiscutivelmente, um dos mais importantes contributos à teoria das relações internacionais” (Ruggie, 1986: 139). A criação de um sistema constituído por uma estrutura e unidades em interacção alterou a percepção dos realistas face ao comportamento dos Estados “os realistas acreditam que o comportamento dos Estados é largamente formado pela estrutura do sistema internacional” (Mearsheimer, 1995: 91). Para o neo-realismo, o sistema político internacional é composto por uma estrutura anárquica onde as unidades se posicionam e interagem de forma a sobreviver “um sistema é composto por uma estrutura e por unidades em interacção. A estrutura é a componente alargada do sistema que torna possível pensar o sistema como um todo” (Waltz, 2002: 114).

O sistema internacional é definido na obra de Waltz (2008:59) como anárquico em vez de hierárquico e é caracterizado pela interacção entre unidades com a mesma função “do ponto de vista da teoria neo-realista, a competição e o conflito entre Estados resulta directamente dos factos da vida sob condições de anarquia: os Estados numa ordem anárquica devem fornecer a sua própria segurança e as (possíveis) ameaças ao seu perímetro de segurança”.

O objectivo é produzir uma teoria dos sistemas internacionais que permita observar as diversas mudanças descritas nos referidos sistemas. O argumento neo-

realista consiste em lidar com o impacto das variações na estrutura internacional e explicar a similaridade de resultados ao longo do tempo. Ao lidarem com estruturas duradouras, os autores neo-realistas estão a enfatizar que os efeitos estruturais são mais importantes que as questões de transformação estrutural. Assim, as mudanças ocorridas ao nível da distribuição das capacidades é que são avaliáveis, uma vez que as mudanças ocorridas na base da estrutura não são permitidas pela imagem posicional da estrutura.

O principal contributo do neo-realismo prende-se com o facto de distinguir entre unidade e estrutura e, isolando um destes aspectos, poder teorizar acerca do sistema político internacional “mudanças ao nível da estrutura podem ser mantidas separadas de mudanças ao nível das unidades” (Waltz,2002: 96). A posição defendida por Waltz assenta no pressuposto segundo o qual só é possível observar o sistema internacional através do recurso a teorias sistémicas “qualquer abordagem, ou teoria, se for correctamente rotulada de “sistémica” deve mostrar como o nível sistémico, ou estrutura, é diferenciado do nível das unidades em interacção” (Waltz, 2002: 63).

O pensamento estruturalista vai procurar desacreditar as teorias “reducionistas” que, ao conjugar o âmbito nacional com o internacional, limitam o âmbito de alcance de uma teoria. De acordo com os autores, ao concentrar-se nos atributos das unidades, os investigadores estariam a desenvolver teorias reducionistas “as teorias reducionistas explicam os resultados internacionais através de elementos e combinação de elementos localizados a nível nacional e sub-nacional” (Waltz, 2002: 69). Waltz argumenta que uma análise reducionista da política internacional leva a uma “infinita proliferação de variáveis”<sup>4</sup>. Dando o exemplo de autores como Morgenthau, que entendem a política internacional como uma conjugação entre os fenómenos externos e a política interna das grandes potências, Waltz conclui o seu argumento afirmando que “parece que poucos conseguem consistentemente escapar à crença que os resultados políticos internacionais são determinados mais do que meramente afectados pelo que os Estados são” (Waltz, 2002: 71).

---

<sup>4</sup> “Se a situação dos autores afectar o comportamento e influenciar as suas interacções, então a tentativa de explicação ao nível unitário levará a uma infinita proliferação de variáveis, porque a esse nível nenhuma variável, ou conjunto de variáveis é suficiente para produzir o resultado observado.”

O reducionismo é o principal alvo da crítica neo-realista, pois existem padrões no sistema internacional que permanecem ou se repetem ao longo do tempo, mesmo quando as unidades que constroem o sistema mudam. Desta forma, estes padrões são produtos do próprio sistema e não o resultado de elementos localizados ao nível da unidade. Ao identificar o impacto das variações na estrutura internacional e ao explicar a similaridade de resultados ao longo do tempo, os autores neo-realistas estão a enfatizar que os efeitos estruturais são mais importantes que as questões de transformação estrutural.

Uma vez que se tenha em atenção o sistema, Waltz sugere que existem dois tipos de sistemas possíveis, um anárquico e outro hierárquico, e só na passagem de um desta natureza para o outro ocorre a transformação do sistema internacional. Num sistema hierárquico diferentes tipos de unidades estão organizadas sobre uma linha divisória de autoridade. Num sistema anárquico, as unidades são similares em natureza, ainda que diferentes nas suas capacidades. A distinção entre estes dois sistemas é fundamental para Waltz.

O sistema internacional é um sistema de auto-ajuda e as unidades devem ajustar as suas posições no mundo de acordo com a leitura dos poderes dos outros e dos seus próprios. O resultado é o nascimento de um fenómeno de equilíbrio de poderes definido em relação aos seus pólos. O número de pólos é definido pelo número de Estados que podem ameaçar seriamente a existência dos outros. O aumento de actividade de uma ou mais potências reflecte a mudança na estrutura política internacional. O aumento das capacidades económicas de um país para o nível de potência global coloca-o no centro dos assuntos regionais e globais. Isto amplia os interesses do Estado e aumenta a sua importância. Resultado desta extensão dos seus interesses, as grandes unidades tendem a assumir inúmeras tarefas do sistema, o que gera suspeição nas pequenas potências quanto ao seu comportamento futuro.

Logo, os sistemas bipolares, onde existem dois pólos, tendem a ser mais pacíficos e o equilíbrio tende a ser mais calculável e previsível. Contrariamente à generalidade dos autores, para quem um mundo multipolar é mais estável que o bipolar, Waltz acredita que um período como a Guerra Fria apresenta características de uma notável estabilidade “O mundo multipolar era muito estável mas tendente à guerra. O

mundo bipolar era extremamente pacífico mas, infelizmente, menos estável que o seu predecessor” (Waltz, 2008: 172). De acordo com o autor, num mundo multipolar as dificuldades multiplicam-se, uma vez que o Estado tem de comparar a sua força com a dos outros, ao mesmo tempo que equaciona eventuais alianças e coligações (Waltz, 2008: 187). Resulta que a passagem de uma era bipolar para uma multipolar não se traduz na perda de poder pelas grandes potências que entram em declínio, mas no cada vez maior fortalecimento de outras potências emergentes progridem impressionantemente.

Os Estados que não respondem aos impulsos enviados pelo sistema internacional, que ignoram a distribuição de poder no mundo são punidos ou sofrerão prejuízos que podem enfrentar a perda da independência. Como o mercado, as estruturas emergem dos interesses egoístas das unidades e que, uma vez formadas, tornam-se uma força em si mesmas, punindo ou recompensando os comportamentos dos Estados que queiram ser bem-sucedidos no sistema “as estruturas encorajam certos comportamentos e penalizam os que não correspondem ao encorajamento” (Waltz,2002: 149). Resulta que a estrutura constrange os comportamentos dos Estados, não determinando os resultados, mas estimulando os comportamentos mais prováveis de levar a certo resultado, ao passo que desencoraja outros, menos proveitosos para os Estados. A estrutura funciona da mesma forma que o mercado, ambos “desenvolvem estruturas que recompensam ou punem comportamentos que se conforma mais ou menos com o que é requerido a quem queira ser bem-sucedido no sistema” (Waltz, 2002: 131).

## **Os elementos caracterizadores da estrutura do sistema internacional**

### **Princípios Ordenadores**

#### *Neo-realismo*

O primeiro princípio ordenador do sistema internacional é o princípio segundo o qual as unidades no sistema são ordenadas. A perspectiva neo-realista compreende os princípios ordenadores do sistema internacional de acordo com a analogia interna, mas ao contrário do plano nacional, centralizado e hierárquico, o plano internacional é descentralizado e anárquico. É da vida em condições de anarquia que resulta a “competição e o conflito entre os Estados” (Waltz, 2008: 59), pois os Estados são unidades sem qualquer entidade supranacional que regule as suas relações. De acordo com Waltz (2002: 127), a ordem surge, no sistema internacional, da mesma forma que surge nos mercados, através “das actividades das unidades independentes, cujos objectivos e esforços estão direccionados, não para a criação de uma ordem, mas antes para o preenchimento dos seus próprios interesses”. O resultado das relações entre unidades egoístas no sistema internacional vai proporcionar o mesmo que a combinação desses elementos no mercado “uma vez formado, um mercado torna-se uma força em si mesmo, uma força que as unidades constitutivas actuando sozinhas ou em pequeno número não podem controlar” (Waltz, 2002: 127).

O elemento diferenciador das unidades actuantes num mercado e das unidades do sistema internacional é a possibilidade de estas últimas poderem recorrer a auto-ajuda “na anarquia das relações internacionais cada Estado fornece os meios para a sua auto-prevenção o melhor que pode” (Waltz, 2008: 24). O Estado vive rodeado de incertezas acerca das reais intenções das outras unidades do sistema, o que condiciona a sua sobrevivência “o motivo da sobrevivência é visto como a base de acção num mundo onde a segurança dos Estados não é garantida e não como uma descrição realista do impulso que está por detrás de qualquer acto do Estado” (Waltz, 2002: 130). Para o neo-realismo, a forma como é alcançada a sobrevivência é através dos constrangimentos e dos incentivos fornecidos pela estrutura. Da mesma forma que num mercado, no sistema internacional, a estrutura determina quais os tipos de comportamento mais aconselháveis para que um Estado seja bem-sucedido “as estrutura encorajam certos

comportamentos e penalizam os que não correspondem ao encorajamento” (Waltz, 2002: 149).

No entender dos autores neo-realistas, a busca pela segurança ocorre através do alcance do equilíbrio de poder. O destino do Estado está dependente do seu elemento de auto-ajuda e ao mesmo tempo de estímulos relativos aos comportamentos dos outros actores no sistema internacional. A melhor forma que um Estado encontra para assegurar a sua sobrevivência é equilibrando o poder com o dos outros Estados. Os Estados agem defensivamente, pois um comportamento agressivo vai tentar os outros a procurarem contrabalançá-lo “a expectativa não é que um equilíbrio, uma vez alcançado, seja mantido, mas que um equilíbrio, uma vez interrompido, seja restaurado de uma forma ou de outra. As balanças de poder formam-se recorrentemente” (Waltz, 2002: 178).

A ideia neo-realista, de acordo com a qual as unidades não encontram incentivos na estrutura do sistema internacional capazes de as incentivar na procura de um poder cada vez maior, não é aceite por todos os autores que seguem esta escola de pensamento. Mearsheimer, por exemplo, defende que a estrutura anárquica fornece inúmeros incentivos para que o Estado procure conquistar poder e, em última análise, se consiga tornar um *hegemon* no sistema internacional<sup>5</sup> “noutras palavras, a sobrevivência exige um comportamento agressivo” (Mearsheimer, 2007: 37). Outros autores neo-realistas clássicos, como Gilpin, também partilham da mesma concepção acerca do comportamento dos Estados. O autor (Gilpin, 1981: 86) considera que as condições de competição e anarquia vão levar o Estado a procurar expandir o seu poder por todo o sistema internacional, uma vez que se não o fizer outros o farão, o que coloca em perigo os seus interesses.

---

<sup>5</sup> De acordo com esta corrente de pensamento, realismo ofensivo, o resultado de um sistema anárquico combinado com uma lógica de sobrevivência entre actores racionais gera comportamentos de medo, auto-ajuda e maximização de poder. Num ambiente de auto-ajuda, os Estados comportam-se de modo egoísta e a melhor forma de sobreviver é tornarem-se o Estado mais poderoso no sistema.

### *Construtivismo e escola inglesa*

O construtivismo e a escola inglesa são duas ferramentas úteis no auxílio da decomposição do conceito de anarquia neo-realista, indicando as suas fragilidades e apresentando formas de o desenvolver. Os autores da escola construtivista começam por nos indicar que a definição de anarquia não nos fornece informações acerca do tipo de relações que se estabelecem entre os Estados. A anarquia é como um “recipiente vazio sem significado intrínseco. O que dá sentido à anarquia são o tipo de pessoas que vivem lá e a estrutura das suas relações” (Wendt, 1999: 309). De acordo com os autores, as estruturas são feitas de ideias e não de forças materiais. Neste ponto, critica-se a escola neo-realista e a sua concepção de anarquia enquanto elemento conflituante, pois “as anarquias podem conter dinâmicas que levam a uma política competitiva, mas também podem não ter, e podemos arguir acerca de quando vão emergir estruturas particulares de identidade e interesses” (Wendt, 1992: 395).

Quanto ao tipo de anarquia existente no sistema internacional, os autores construtivistas (Wendt, 1992; 1999) e os autores da escola inglesa (Bull, 1977 e Buzan 1991) defendem que se trata de “recipiente vazio” e que podemos inserir vários tipos de anarquia. De acordo com o entendimento destas escolas, podemos assumir três tipos de anarquias: uma Hobbesiana, próxima do realismo; uma Lockeana, familiarizada com a sociedade internacional e com a escola inglesa; e, finalmente, uma Kantiana, utilizada pelos autores defensores da globalização. Estes tipos de anarquia já foram visíveis em vários períodos da história e podem ser visíveis nalgumas dinâmicas regionais, exemplificadas adiante com os complexos regionais de segurança. O argumento mais importante a reter é a forma como nos vemos e como compreendemos o outro. Na cultura Hobbesiana o outro é um inimigo; na Lockeana trata-se de um rival e na Kantiana o outro é visto como um amigo. O tipo de relações existentes num sistema internacional depende muito do sistema anárquico existente e da pressão que os Estados vão sofrer na interiorização destas identidades.

Bull começa por nos dizer que a anarquia hobbesiana, seguida pelos autores neo-realistas, é de todas a mais perigosa pois “embora possa ser circunscrita por considerações de prudência, não é limitada por regras ou leis de moralidade” (Der Derian, 1995: 78). A interiorização deste modelo Hobbesiano começa com o micro e

parte para o macro, inicia-se no campo do indivíduo e depois passa ao do colectivo, “neste momento, os actores começam a pensar na inimidade como propriedade do sistema em substituição do actor individual, e sentem-se compelidos a representar os outros como inimigos, simplesmente porque fazem parte do sistema” (Wendt, 1999: 264). O elemento fundamental é o tipo de internalização existente no “primeiro encontro Hobbesiano” (no realismo o “próprio” necessita de se ver ao espelho de modo a sobreviver), a primeira vez que o “próprio” encontra o “outro”. A representação do outro como inimigo pode originar duas situações: numa primeira, as unidades ou “vão tentar destruir ou conquistá-los”; numa segunda, estas são “orientados para um pior caso como possibilidade”. Em qualquer das situações “o poder torna-se a chave para a sobrevivência” (Wendt, 1999: 262)<sup>6</sup>.

Seguidamente, desenvolve o seu raciocínio na apresentação de elementos que ajudem a enfraquecer o argumento Hobbesiano da anarquia. De acordo com o autor, podemos encontrar quatro elementos que descredibilizam a crença no sistema internacional anárquico de tipo Hobbesiano enquanto elemento caracterizador das relações entre os Estados. Primeiro, os Estados que vivessem num ambiente de auto-ajuda, onde a competição pela sobrevivência fosse a única função caracterizadora da estrutura, esgotariam as suas forças apenas na busca de segurança. Ora, não é isso que sucede, pois dessa maneira “a indústria e outros refinamentos da vivência não floresceriam” (falta referência da citação). Segundo, a crença na ausência moral nas relações internacionais não pode ser correctamente interpretada, pois os Estados, sempre que tencionam utilizar a força, procuram legitimar-se através do apoio do direito internacional. Uma acção considerada como não sendo legítima é tida como não característica do comportamento dos Estados membros da moderna sociedade internacional. Em terceiro lugar, Bull critica o argumento dos autores neo-realistas, de acordo com o qual a guerra é um dos indícios que a os Estados não formam uma comunidade internacional. E, finalmente, desprende a analogia hobbesiana de qualquer significado pois “como foi apontado frequentemente, os Estados nas suas vidas económicas gozam de um certo nível de auto-suficiência em comparação com o indivíduo” (Bull, 1995: 89). O autor acaba por concluir que “se, quando comparamos as

---

<sup>6</sup> T.A.

relações internacionais com o Estado de natureza pré-contratual, pode ser argumentado que deveríamos escolher não a descrição de Hobbes mas sim a de Locke” (Bull, 1995: 89).

Para os autores, o elemento da anarquia não teve qualquer influência no primeiro encontro. Não há nada na anarquia que force a que este tipo de situações sejam Hobbesianas, embora aconteçam frequentemente nessa estrutura. Também podemos imaginar primeiros encontros lockeanos e kantianos. Na cultura Lockean, a anarquia assume um diferente papel estrutural. Prevalece a ideia da rivalidade em oposição ao inimigo, de conflito permanente, e “ao contrário dos amigos, o reconhecimento entre rivais não impede o direito de ser isento de violência nas disputas” (Wendt, 1999: 279). A rivalidade é uma representação colectiva que gera quatro tendências: a primeira é que a possibilidade da guerra é simultaneamente aceite e limitada. A segunda afirma que o sistema é relativamente estável, isto é, tem um baixo nível de morte entre os seus membros. A terceira admite que a soberania torna o equilíbrio de poder menos necessário. Por último, a neutralidade torna-se um status reconhecido. Uma nota fundamental a estas disputas é o englobar da noção de fronteiras e o reconhecimento da soberania de cada um “é expectativa partilhada que os Estados não tentarão cercear as vidas e liberdades uns dos outros” (Wendt, 1999: 280).

A cultura Kantiana é baseada na amizade, trata-se de uma procura alternativa apoiada “na visão recuada tradição do regresso à unidade romana ou cristã” (Der Derian, 1995:79). A lógica Kantiana da anarquia pressupõe o conhecimento partilhado das intenções pacíficas e do comportamento do outro. A amizade ocorre quando os Estados esperam que os outros observem estas regras “A amizade é um papel da estrutura através do qual os Estados esperam que cada um observa duas simples regras: (1) as disputas são saldadas sem Guerra ou ameaça desta (a regra de não-violência); (2) estes lutarão como parceiros se a segurança de um for ameaçada por uma terceira parte (a regra de ajuda mútua)” (Wendt, 1999: 299).

Buzan (1991), por sua vez, afirma que o tipo de anarquia existente num sistema internacional nos diz pouco acerca do tipo de insegurança vivida na estrutura. Concorde com Waltz quando afirma que a estrutura é uma componente do sistema internacional onde estão ordenadas as unidades (pelo menos duas) e onde não existe qualquer tipo de

entidade supranacional capaz de regular as suas relações. O autor considera que existem dois tipos de anarquia: as primeiras são apelidadas de Imaturas. Os seus membros não partilham qualquer tipo de normas, regras ou convenções. São caracterizadas pelo medo, desconfiança, desordem, inimizade e indiferença, onde a estrutura “não desenvolveu nenhuma forma de sociedade internacional para moderar os efeitos da fragmentação política” (Buzan, 1991: 175). As segundas são apelidadas de Maduras. São compostas por Estados fortes, bem ordenados e estáveis, onde exista uma obediência a regras comuns do sistema como um todo. O autor defende que “uma sociedade internacional forte poderia ser construída se alicerçada no reconhecimento estrutural e na aceitação”.

Do mesmo modo que Bull e Buzan, também Wendt critica a analogia doméstica de Waltz. De acordo com os autores, se esta analogia doméstica fosse correcta, caso só a centralidade do poder permitisse ideias comuns, uma cultura comum, então estaríamos na presença de um sistema de Estados e não de uma sociedade. A sua crença em ideias partilhadas (normas) implica a construção de uma sociedade de Estados. O conhecimento partilhado através da cooperação, comum a construtivistas e a autores da escola inglesa leva a que “O movimento de sistema para a sociedade (e talvez também para a comunidade) é uma função de um crescimento em conhecimento partilhado” (Wendt, 1999: 253). Recorde-se que a existência de ideias partilhadas é difícil de acolher no pensamento neo-realista, uma vez que implica a existência de um governo centralizado, coisa que a sua concepção de anarquia não prevê como possível. A única ideia partilhada comum ao pensamento neo-realista é que a guerra pode acontecer a qualquer momento. Segundo estes autores, apesar das mudanças que ocorrem ao nível da interacção entre as unidades, a estrutura política internacional permanece anárquica.

Em conclusão, os princípios organizadores da estrutura pouco nos dizem acerca do comportamento estadual. De acordo com Wendt, é importante entender um conceito construtivista de acordo com o qual: “As pessoas actuam nos objectos, incluindo outros actores, baseando-se no significado que estes objectos têm para si” (Wendt, 1992: 397). Na procura do tipo de anarquia existente é importante compreender o conceito construtivista segundo o qual “o significado a partir do qual as acções estão organizadas surge da interacção” (Wendt, 1992: 403). Importa entender a forma como o “alter” e o “ego” se identificam no primeiro encontro para ser possível determinar se a anarquia vai

ser mais ou menos propensa à violência, por outras palavras “é verdade que a interacção recíproca que criamos e instanciamos as relativamente duradouras estruturas sociais a partir das quais identificamos as nossas identidades e interesses” (Wendt, 1992: 406). Wendt (1992; 1999) e Bull (1995) discordam quanto ao tipo de anarquia desenhada pelos autores neo-realistas. Estes admitem três tipos de estruturas anárquicas: uma de natureza Hobbesiana, uma outra de natureza Lockeana e, ainda, uma terceira, de origem Kantiana, cada uma com características diferentes. Wendt expressa bem o conceito de anarquia para os autores ao afirmar que “a anarquia como tal é um receptáculo vazio e tem uma lógica intrínseca; as anarquias só adquirem lógica como uma função da estrutura do que nós lhe colocamos dentro” (Wendt, 1999: 249).

### *Diferenciação das capacidades*

O segundo elemento caracterizador da estrutura é a diferenciação das unidades. O pensamento neo-realista ensina-nos que as unidades são similares nas funções que desempenham. A natureza anárquica da estrutura do sistema político internacional impõe relações de competição e socialização, pelo que a melhor forma para as unidades se tornarem bem-sucedidas no sistema é através da similaridade entre elas. Num ambiente anárquico, as unidades que são funcionalmente similares são os Estados e a sua principal característica é a soberania. Os neo-realistas acreditam que o Estado não é a única unidade do sistema internacional, mas a sua importância faz com que os entendamos como a principal unidade no sistema internacional.

A soberania é o elemento mais importante da diferenciação das capacidades, pois representa a capacidade que os Estados têm em tomar decisões. No entanto, “dizer que os Estados são soberanos não quer dizer que eles podem fazer o que quiserem, que eles são livres da influência dos outros, que eles são capazes de atingir aquilo que querem (...) ser soberano e dependente não são condições contraditórias” (Waltz, 2002: 135). Com esta afirmação, os autores neo-realistas pretendem evidenciar que os Estados são constrangidos pelas influências estruturais. A lógica da anarquia impõe aos Estados um comportamento de socialização e ao mesmo tempo competitivo. O resultado desta combinação de elementos é o surgimento de uma dimensão reprodutiva no sistema.

O construtivismo fornece-nos uma boa explicação acerca do padrão reprodutivo neo-realista. De acordo com Wendt, os elementos de competição e socialização são determinantes na construção da actual cultura de anarquia “a competição afecta o comportamento por premiar aqueles que produzem bem eficientemente e punindo os que não o conseguem fazer, e a socialização acontece a partir do prémio ou punição dada pela conformidade das normas sociais” (Wendt, 1999: 318). O neo-realismo entende a competição como um fenómeno de selecção natural num ambiente onde os recursos são escassos, premissa de que o autor discorda (1999: 323) “de forma a funcionar, a sobrevivência deve ser difícil, o que para os Estados modernos manifestamente não o é”. O elemento socialização pode ser dividido em imitação e conhecimento social. A imitação ocorre quando os actores imitam aquele que consideram bem-sucedido. O conhecimento social tem lugar durante o primeiro encontro e traduz-se num comportamento espelhado do outro onde agimos segundo a imagem de nós próprios que reproduzimos no outro. Wendt (1999: 331) afirma que os autores trazem consigo ideias anteriores e que a primeira vez que se encontram tendem a agir como se o outro fosse responder de certa maneira “e então, ao tomar em consideração estas ideias como ponto de partida, tenderemos a reproduzi-las em interacções subsequentes”.

A generalidade dos autores críticos da estrutura de Waltz não exclui a possibilidade da existência dos Estados como a principal unidade no sistema internacional “se estivermos interessados em saber como o sistema funciona, em vez de como os seus elementos são constituídos, temos de entender a existência de Estados como adquirida” (Wendt, 1999: 247). Neste sentido, alguns autores (Ruggie, 1998: 137) encontram apenas uma lógica reprodutiva, permitindo a mudança apenas em duas situações: na distribuição das capacidades e na transformação de um sistema de anárquico para hierárquico. A teoria neo-realista, sem o seu elemento diferenciador, não consegue descrever as transformações ocorridas aquando da passagem de um sistema internacional, como o medieval, para outro, como o moderno, nem antevê futuras transformações (Ruggie, 1998: 137; 1986: 142)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Waltz responde aos seus críticos afirmando que, acerca das transformações ocorridas durante a história, como aquando da passagem do período medieval para o período moderno, apenas se verificou uma transformação na natureza das unidades, tendo a estrutura permanecido inalterada. Pelo contrário, os

A ausência de um elemento diferenciador na elaboração da estrutura neo-realista permite-nos indicar várias fragilidades no seu argumento. A lógica auto-reprodutiva da estrutura é alvo de críticas pela escola inglesa e pelos autores construtivistas. Os primeiros afirmam que se está a indicar uma estrutura profunda que combina padrões básicos, duráveis e auto-reprodutivos. Se todas as unidades são soberanas, então o princípio organizador deve ser anárquico. A anarquia gera unidades tipo e estas geram a anarquia. O construtivismo, por sua vez, pergunta-se como os Estados podem criar uma nova cultura de anarquia quando a estrutura existente os obriga a reproduzi-la. A resposta parece estar nos elementos fundamentais para a estrutura neo-realista: a competição e a socialização entre as unidades do sistema.

As duas correntes críticas do neo-realismo afirmam a importância do elemento diferenciador para o sistema internacional. De acordo com Ruggie (Keohane, 1986: 142), a principal falha na teoria neo-realista é a “falta de uma dimensão de mudança no modelo de Waltz. E isto ocorre porque quando se discute o sistema internacional ele deixa cair a segunda componente analítica da estrutura, a diferenciação das unidades”. Buzan (1993: 155) resume o pensamento neo-realista da seguinte forma “no que diz respeito aos neo-realistas, a transformação apenas ocorre se o princípio ordenador da anarquia for substituído pela hierarquia”.

É importante para nós a caracterização que a escola Inglesa faz do neo-realismo pois, ao definir o seu padrão reprodutivo, ensina-nos que “o carácter essencial dos Estados define assim a natureza do sistema político internacional e o carácter político essencial do sistema político reflecte a natureza dos Estados” (Buzan, 1991: 146). Ao afirmar que as unidades e a anarquia são mutuamente co-constituídas, a escola inglesa encontra o padrão duradouro que mantém a anarquia, encontra a estrutura profunda do sistema<sup>8</sup>. Ensina-nos que se adicionarmos um elemento de diferenciação funcional na estrutura neo-realista, somos capazes de observar a mudança na estrutura do sistema

---

autores críticos consideram que a forma como se pode analisar a mudança no sistema internacional é através da manutenção da diferenciação das capacidades.

<sup>8</sup> Buzan (1993) define a estrutura profunda como um padrão que “is deep in the sense of representing a basic pattern that is natural durable (on historical evidence) but also self-reproducing”.

político internacional “ao ter em atenção à diferenciação funcional e à anarquia na estrutura profunda, e mais generativa do sistema, nós abrimos a possibilidade segundo a qual a anarquia é um fenómeno mais complexo que aquele que Waltz reconhece” (Buzan, 1993: 89).

### *Distribuição das capacidades*

Waltz afirma que o elemento diferenciador na sua estrutura é dispensável, uma vez que as unidades são similares entre si. No entanto, admite como condição essencial para a elaboração de um conceito sistémico de estrutura a existência de um elemento de distribuição das capacidades pelas unidades posicionadas ao longo do sistema “as unidades de tal ordem são, então, distinguidas pelas suas maiores ou menores capacidades para desenvolverem tarefas similares” (Waltz, 2002: 137). De acordo com a escola neo-realista, as estruturas mudam quando se altera a distribuição das capacidades entre as unidades. O seu conceito de sistema implica que as unidades sejam entendidas como estando posicionadas de acordo com a variação de poder entre elas “a distribuição de poder é de crucial importância num sistema de auto-ajuda, porque as unidades no sistema não são formalmente diferenciadas como funções distintas especificadas, como as partes de ordens hierárquicas” (Keohane, 1986: 70). O neo-realismo considera que o motivo para incluir a distribuição das capacidades enquanto elemento da estrutura se deve ao facto do poder ser estimado pela comparação das capacidades de um certo número de unidades “embora as capacidades sejam atributos das unidades, a distribuição das capacidades entre as várias unidades não o é” (Waltz, 2002: 138).

De acordo com o autor, podemos distinguir os diferentes sistemas políticos internacionais de acordo com o número de grandes potências no sistema “as estruturas de um sistema mudam com a mudança na distribuição das capacidades entre as várias unidades no sistema” (Waltz, 2002: 138). Esta premissa gera expectativas acerca da forma como as unidades se vão comportar no sistema, pois uma correcta apropriação e conversão dos seus recursos em poder tornam os Estados mais fortes e garantem-lhes maior margem de manobra no sistema internacional. O problema é que as potências raramente estão de acordo acerca da correcta distribuição do poder e, num ambiente competitivo como o neo-realista, torna-se importante a compreensão do equilíbrio de

poder enquanto “oráculo útil na forma como os Estados se vão comportar, isto é, se os Estados se vão alinhar de uma forma que previna outro Estado de desenvolver uma preponderância de poder” (Nye, 2004: 58).

É importante, na análise da distribuição das capacidades, uma correcta analogia com o mercado económico, oligopolista, de modo a estabelecer uma correcta distinção entre aquelas alianças que se estabelecem num ambiente multipolar e a polaridade propriamente dita.

Finalmente, ao combinarem-se os elementos das estruturas das relações internacionais perguntamo-nos: que tipos de expectativas emergem da distribuição das capacidades? Qual vai ser o comportamento estadual na procura de poder? O neo-realismo, propenso a analisar as linhas de continuidade sobre a mudança, determinado a avaliar os padrões recorrentes de comportamento num ambiente anárquico duradouro, vai procurar compreender o equilíbrio de poder enquanto factor de estabilidade. A este respeito Nye (1990: 15) escreveu “alguns teóricos argumentam que uma distribuição de poder equitativa entre as grandes potências foi rara na história e os seus esforços (...) levaram à guerra. Por outro lado, desigualdade de poder levou frequentemente à paz e à estabilidade porque não fazia grande sentido declarar guerra a um Estado dominante”.

O equilíbrio multipolar indica que existem múltiplos pólos de força dentro do sistema internacional, e que quase todos estão nas mesmas condições em termos de poder, pelo que, quando um desses pólos se tenta destacar, os outros vão procurar balancear o sistema de forma a manter a igual distribuição do poder. Quando o desequilíbrio acontece, as potências dividem-se em campos opostos e a multipolaridade dá lugar à bipolaridade de forças e uma maior propensão para uma guerra total. Neste sistema de equilíbrio “uma potência que se encontra numa posição de contribuir com força decisiva para um lado ou para o outro é a detentora do equilíbrio” (Wight, 2005), sendo determinante para a transição de um equilíbrio multipolar para um bipolar ou unipolar.

O neo-realismo (2008:187) defende que apenas se consegue identificar uma grande mudança na estrutura do sistema político internacional: aquela ocorrida na transição da multipolaridade para a bipolaridade. Ao contrário da generalidade dos autores, para quem um mundo multipolar é mais estável que o bipolar, para Waltz o

período da Guerra Fria apresenta características de uma notável estabilidade: “O mundo multipolar era muito estável mas tendente à guerra. O mundo bipolar era extremamente pacífico mas, infelizmente, menos estável que o seu predecessor” (Waltz, 2008: 172). De acordo com o autor, num mundo multipolar as dificuldades multiplicam-se, uma vez que o Estado tem de comparar a sua força com a dos outros, ao mesmo tempo que equaciona eventuais alianças e coligações (Waltz, 2008: 187). O autor acredita que a bipolaridade fornece uma resposta adequada por quatro motivos: não há periferias entre os blocos, estes absorvem as regiões periféricas; ocorre um aumento dos factores de competição; uma presença recorrente de crises; e, finalmente, a dinâmica conflituante permite uma fácil absorção das transformações pelos pólos do sistema. No seu entender (2008:107) “a Bipolaridade, como um termo descritivo, permanece apropriada enquanto existir um fosso entre o poder dos dois Estados dominantes e o poder dos Estados seguintes”.

No seguimento da teoria neo-realista, Waltz indica-nos quais os pressupostos geralmente invocados a favor da durabilidade ou estabilidade da multipolaridade sistémica e apressa-se a despi-los de racionalidade lógica “a conclusão de que um equilíbrio multipolar é relativamente mais estável é alcançada através da sobrestimação da flexibilidade sistémica e, então, discutindo-se acerca dos seus efeitos” (Waltz, 2008: 113). O autor considera que o desequilíbrio de poder é um perigo para os outros Estados no sistema internacional “o poder desequilibrado leva os outros Estados a sentirem-se desconfortáveis e dá-lhes motivos para reforçar as suas posições” (Waltz, 2008: 215). De facto, grandes mudanças na desigual distribuição do poder leva os outros Estados a olharem com desconfiança para o agente desequilibrador, daí que “mudanças na distribuição do poder criem condições prováveis para conduzir as guerras mais importantes” (Nye, 1990: 38), ocorrendo as mudanças mais significativas quando o número de grandes potências se reduz a duas ou a uma<sup>9</sup>.

Num sistema bipolar, onde os dois pólos de força tenham uma abrangência sistémica, o alinhamento internacional torna-se mais fácil, existe uma maior margem de

---

<sup>9</sup> A maioria dos autores é favorável à ideia segundo a qual os sistemas multipolares são mais propensos ao conflito que os bipolares ou unipolares: “a competição nos sistemas multipolares é mais complicada que a competição nos bipolares porque as incertezas acerca das capacidades comparativas dos Estados multiplicam-se à medida que o número aumenta, e porque cálculos da coesão e força das coligações são difíceis de fazer.” (Waltz, 2008:214)

manobra na compensação de mudanças de forças em cada um deles, o perigo de uma crise deflagrar numa guerra sistémica é permanente. No sistema multipolar a possibilidade de se efectuarem erros de cálculo é maior, cada Estado tem de calcular o seu poder e as possibilidades de alinhamento dos outros, o que gera enorme incerteza, “num mundo bipolar, um Estado tem de calcular a sua força apenas em relação a outro. Num mundo multipolar, as dificuldades multiplicam-se porque um Estado tem de comparar a sua força com um número de outros e também tem de calcular a força de actuais e potenciais coligações” (Waltz, 2008: 187).

Esta noção do equilíbrio de poder, enquanto oráculo da ciência política, deriva de dois pressupostos fundamentais: a natureza do sistema internacional e o desejo de sobrevivência dos Estados. Estes dois factores associados vão incentivar a determinados comportamentos, daí que seja unanimemente aceite que “se um Estado aparenta crescer demasiado outros irão aliar-se contra ele de forma a evitar ameaças à sua independência. Este comportamento vai, portanto, preservar a estrutura do sistema de Estados” (Nye, 1990: 36).

### *A escola inglesa e a distribuição das capacidades*

A escola inglesa reconhece a importância da distribuição das capacidades no pensamento de Waltz. Os autores acreditam que se trata do elemento que liga a teoria a acontecimentos reais e sem a qual a teoria seria completamente estática. Seguindo o pensamento neo-realista, para o qual a distribuição das capacidades é um atributo do sistema e não das unidades, a escola inglesa considera haver uma ligação entre a estrutura profunda e a distribuição das capacidades. Os três elementos da estrutura, uma vez combinados, fornecem-nos uma definição estática de estrutura. No entanto, são poucas as semelhanças entre os três elementos.

Uma primeira diferença diz respeito ao facto de o princípio ordenador e o princípio diferenciador das capacidades estarem ligados por uma lógica estrutural profunda “os níveis um e dois estão relacionados com o posicionamento em termos dos princípios de organização política” (Buzan, 1993: 52). A segunda diferença ocorre no momento em que analisamos a mudança, uma vez que esta é mais fácil de ocorrer no

princípio ordenador que no princípio das distribuições das capacidades “a importância da mudança aumenta ao mesmo tempo que o número de poderes se torna mais pequeno, e Waltz argumenta que só as mudanças de um a quatro são significativas o suficiente para ser denominadas mudanças estruturais” (Buzan, 1993: 53). Finalmente, quando não se está a procurar analisar a mudança, a distribuição das capacidades pode funcionar como um instrumento de análise da continuidade nas relações entre os Estados, nomeadamente o seu equilíbrio de poder.

A balança de poderes designa um quadro de padrões recorrentes de comportamento onde se inclui “o número de Estados que se alinham uns com os outros em agrupamentos opostos” (Dougherty, 1990: 105) e pode ser definida como “o produto de um processo constante de equilíbrio e ajustamento opondo concentrações de poder entre os Estados em condições de anarquia (Ikenberry, 2001: 11). O sistema é tão mais ordeiro e estável quanto menos flutuante seja a balança de poderes; se um ou mais Estados estão em constante procura de desequilíbrio da balança a seu favor, esta torna-se mais propensa ao conflito e a desequilíbrios estruturais com a preponderância de um actor.

Wight define equilíbrio de poder como a “mecânica da política do poder”. Nas palavras do autor (2002: 168), o mecanismo de equilíbrio de poder ocorre “quando uma potência se torna perigosamente poderosa e as outras se juntam contra ela”. O equilíbrio de poder não é tanto uma condição essencial da estabilidade nas relações entre os Estados (como o é no realismo), mas sim o resultado de uma situação em que, na sua busca pelo poder, uma potência desfaz o equilíbrio sentido. O autor descreve-nos o equilíbrio de poder como um fenómeno evolutivo nas relações entre os Estados que começa com a multipolaridade “o equilíbrio múltiplo dura enquanto não surge um conflito de interesses que provoque um cisma decisivo entre as grandes potências. Quando isto ocorre as potências dividem-se em campos opostos. O equilíbrio múltiplo passa a ser um equilíbrio simples” (Wight, 2002: 169). A guerra total ocorre quando estes equilíbrios deixam de ser possíveis de alcançar.

De acordo com Bull (2002: 117), a definição de equilíbrio de poder refere-se a uma situação em que nenhuma potência detém o poder absoluto e apesar de ter uma carga eminentemente política pode ser aplicada em outros campos “normalmente

quando usamos essa expressão queremos referir-nos ao poder militar, mas ela pode aludir a outras configurações de poder na política mundial”. O autor classifica o equilíbrio de poder em simples e complexo. No equilíbrio de poder simples existe uma paridade de poder entre as potências, ao passo que no equilíbrio de poder complexo não sucede o mesmo “a ocorrência de desigualdades de poder entre elas não coloca necessariamente a mais poderosa em posição de preponderância, porque as outras têm a possibilidade de se unirem contra aquela que tem mais poder” (Bull, 2002: 118).

O equilíbrio de poder é compreendido pelo autor (Bull, 2002: 125) como uma forma de preservação da soberania dos Estados “a manutenção do equilíbrio de poder exige a guerra quando ela é o único meio de deter a expansão de um Estado potencialmente dominante”. Os seus objectivos podem ser ofensivos ou defensivos, variando consoante o número de grandes potências no sistema, seja num equilíbrio de poder simples, ou bipolar, onde “o único recurso disponível para a potência que está perdendo posição é aumentar a sua própria força”, seja num equilíbrio complexo, ou multipolar, onde “há o recurso adicional de explorar a existência de outras potências, absorvendo-as, fragmentando-as ou aliando-se a elas” (Bull, 2002: 118). Neste sentido, o autor considera o equilíbrio de poder complexo mais estável que o simples. Finalmente, o equilíbrio de poder, para existir, necessita da crença na sua existência pelos Estados, precisa de ter um elemento subjectivo.

O autor admite a possibilidade de equilíbrios de poder regionais ou locais, consistentes com o equilíbrio de poder no sistema internacional. Estes equilíbrios de poder desempenham três funções fundamentais (Bull, 2002: 136): em primeiro lugar, evitam que o sistema internacional se transforme, através da conquista, num império universal; em segundo, protegem os Estados dessa região de serem absorvidos por uma potência local preponderante; em terceiro, servem para proporcionar as condições de funcionamento de outras instituições fundamentais para a ordem internacional.

### *As grandes potências e a distribuição das capacidades no sistema internacional*

Não há consenso acerca da definição de grandes potências no estudo das relações internacionais. A escola neo-realista entende que uma grande potência deve ser possuidora de capacidades materiais mas ao mesmo tempo deve ter uma função social, isto é “grandes tarefas podem ser realizadas apenas por agentes de grandes capacidades. É por isso que os Estados, e em especial os grandes Estados são chamados para fazer o que é necessário para a sobrevivência do mundo” (Waltz, 1979: 153). A escola inglesa, por sua vez, entende as grandes potências como “poderes reconhecidos por outros e desenhados pelos seus líderes e pessoas para ter certos direitos e deveres especiais” (Bull, 1977: 196), merece particular destaque, para esta escola de pensamento, a combinação das capacidades materiais com o reconhecimento por parte dos outros Estados. A escola inglesa e a escola neo-realista são instrumentos úteis na nossa compreensão de grande potência, uma vez que a sua dimensão histórica nos permite analisar as definições clássicas de potência e contrastá-las com as definições actuais.

A percepção neo-realista de Waltz combina as capacidades materiais das grandes potências com o seu papel social no sistema internacional. A posse de um maior número de capacidades materiais dá poder ao Estado o que favorece uma maior autonomia e permite maiores raios de acção. Os Estados mais forte actuam com uma mais larga margem de segurança, ao passo que os mais fracos operam em margens mais estreitas, “actos inoportunos, políticas imperfeitas e movimentos inoportunos podem ter resultados fatais” (Waltz, 1979: 266). A escola inglesa, por sua vez, combina a existência de capacidades materiais<sup>10</sup>, “as grandes potências também contribuem para a ordem internacional através do exercício unilateral da sua preponderância em áreas particulares do globo ou entre determinados grupos de Estados” (Bull, 1977: 207), com o reconhecimento formal por parte das outras potências.

Este acto de reconhecimento é, por via de regra, conquistado pela guerra, “a unidade de uma potência, como vimos, é forjada pela luta; a disposição de uma potência

---

<sup>10</sup> “O poder de uma potência é composto de muitos elementos. Seus componentes básicos são o tamanho da população, posição estratégica e extensão geográfica, recursos económicos e produção industrial” (Wight, 2002: 5).

em estabelecer limites para a sua expansão aprende-se com a derrota” (Wight, 2002: 153). Do mesmo modo, o neo-realismo considera a guerra como um factor determinante nos equilíbrios de poder ao longo do sistema internacional, “num mundo multipolar uma grande potência, ou duas ou três em conjunto, podem eliminar outros Estados da sua condição de grandes potências e eliminá-las em guerra” (Waltz, 1979: 272).

A escola inglesa vê as relações internacionais como uma sociedade internacional de Estados, o que “implica a ideia de uma sociedade internacional em oposição a um sistema internacional, e pressupõe um corpo de unidades políticas ligadas por regras comuns e instituições ligadas por contacto e interacção” (Bull, 1977: 196). A escola neo-realista, pelo contrário, vê a comunidade internacional como um sistema de Estados sujeitos a um constrangimento estrutural que determina as suas acções, as estruturas são mudadas consoante o número de grandes potências no sistema, “quanto mais pequeno for o número de grandes potências, quanto mais alargadas as disparidades entre os poucos Estados mais poderosos e os outros, o mais provável é que os primeiros ajam pelo bem do sistema e participem na gestão ou interfiram nos assuntos dos Estados membros” (Waltz, 1979: 271).

Na sua definição de grandes potências Wight (2002: 39) classifica-as como “as potências com interesses gerais, ou seja, cujos interesses são tão amplos como o próprio sistema de Estados”. A ideia de grande potência pressupõe a existência de uma estratificação entre as diferentes unidades consoante as suas capacidades. Podemos, então, encontrar grandes potências “frequentemente usado para designar potências com interesses em todo o mundo”, ao passo que as potências menores (regionais ou médias) são “potências com poderio militar, recursos e posição estratégica que em tempos de paz as grandes potências desejam ter o seu apoio (...) em tempos de guerra podem esperar infligir danos na potência dominante” (Wight, 2002: 49).

A dimensão regional também não foi esquecida aos autores clássicos. A escola inglesa refere-se a ela como exercício unilateral da preponderância local “onde uma grande potência exerce hegemonia sobre os poderes inferiores numa determinada área ou constelação de Estados, existe o recurso da força ou ameaça do uso da força, esta não é habitual ou livre mas ocasional ou relevante” (Bull, 1977: 209). A escola neo-realista, por sua vez, na procura de explicar a relativa estabilidade da bipolaridade no sistema

argumenta que quanto menor o número de potências no sistema maior a sua propensão para a gestão dos assuntos internacionais, “a probabilidade de que as grandes potências tenderão a gerir o sistema é maior quando o número se reduz a duas. Com muitas grandes potências os interesses de algumas são regionais e não locais” (Waltz, 1979: 271).

A definição actual de grande potência sofreu algumas modificações que merecem ser tidas em consideração. O fim da Guerra Fria e a passagem de um mundo bipolar para um unipolar que está a caminho de um multipolar, levou a uma crise no pensamento clássico das relações internacionais, pensado para a análise do conflito entre grandes potências com dimensão global. A prevalência de uma superpotência global e a relativa estabilidade resultante da unipolaridade acabou por direccionar os conflitos para uma área mais regional, “portanto, a anormalidade histórica das superpotências, a bipolaridade, está lentamente a reverter-se até uma estrutura mais familiar de um sistema dominado por inúmeras grandes potências” (Buzan, 1991: 208). No entender de alguns autores da moderna escola inglesa região “significa um subsistema de relações de segurança distintas e significantes, existentes entre um conjunto de Estados cujo destino foi determinado pela proximidade geográfica” (Buzan, 1991: 190), o argumento, agora, assenta na ideia que as ameaças são mais fortemente sentidas quando a curto alcance. O autor descreve as novas relações de poder ocorridas ao nível regional como sendo inseridas num complexo regional de segurança, “definido como um grupo de Estados cujas principais preocupações de segurança se ligam suficientemente que as suas seguranças nacionais não possam ser consideradas afastadas umas das outras” (Buzan, 1991: 190). Estes complexos regionais de segurança não estão completamente desligados do âmbito sistémico “o nível regional é onde os extremos de segurança global e nacional se ligam e onde a maior parte da acção ocorre” (Buzan, 2000(a): 43), daí que sejam considerados pequenas-anarquias com as unidades constituintes em interacção, com uma distribuição das capacidades pelas unidades dispersas ao longo do complexo e, finalmente, com padrões de amizade e inimizade determinantes no entender das relações de força que se vão estabelecer.

Após anos de crise, também a escola neo-realista procurou dar um sentido às novas realidades sistémicas, merece particular destaque a obra de John Mearsheimer que deslocou o alvo da atenção do conflito sistémico para o regional. O argumento do

autor assenta em duas premissas básicas: como todos os Estados vivem num ambiente competitivo a solução mais segura para cada um deles é procurar alcançar a hegemonia, mas como dependem dos seus exércitos para conquistar os inimigos, e estão limitados por enormes massas de água, a solução mais apropriada, para um actor racional, é conquistar a hegemonia regional, “o melhor resultado a que uma grande potência pode aspirar é ser um Estado hegemónico regional e, possivelmente, controlar outras regiões que se encontrem próximas e acessíveis por terra” (Mearsheimer, 2007: 54). De acordo com o autor, não basta ao Estado ser a unidade mais forte no sistema, ela necessita de alcançar a sua hegemonia uma vez que “um Estado substancialmente mais forte que as outras grandes potências no sistema não é um hegemon, uma vez que por definição enfrenta outras grandes potências (Mearsheimer, 2007: 53).

Uma grande potência só se qualifica como tal quando “possuir os meios militares capazes de oferecer uma resistência séria numa guerra convencional contra o Estado mais poderoso do mundo” (Mearsheimer, 2007: 23). Não é necessário que a grande potência derrote o Estado mais poderoso no sistema, basta que o obrigue a ficar numa posição em que a negociação lhe pareça mais vantajosa que a guerra. Uma potência hegemónica regional vai ter em atenção aos seus potenciais adversários de modo a procurar limitar a sua actuação e ulterior transformação em potência desafiante. A grande potência pode-se deparar com duas situações, ou o seu desafiante é uma potência rival de uma região vizinha, não se espanta que “as grandes potências não só procurem dominar a sua própria região, como se esforcem por impedir rivais em outras áreas de conquistarem a hegemonia” (Mearsheimer, 2007: 164). Uma outra ameaça com que a grande potência se depara é com o surgimento de potenciais desafiadores na sua esfera de influência e que “seguramente teria fortes incentivos para se aliar a um Estado hegemónico distante para se proteger a si próprio de um ataque por parte de um Estado hegemónico vizinho” (Mearsheimer, 2007: 147).

Relevante para a classificação das grandes potências é a hierarquização feita pela escola Inglesa, como anteriormente o fora pelos autores clássicos. Buzan divide as potências entre superpotências, grandes potências e potências regionais. As primeiras têm uma capacidade de longo alcance, constituída por capacidades militares e predisposição para exercer essa força militar, ao passo que precisam de se ver e ser aceites como possuidoras desse estatuto. As potências combinam capacidades militares

com o reconhecimento formal pelos outros Estados. Para o autor, as superpotências “transcendem largamente a lógica da geografia e adjacência nas suas relações de segurança (...) tendem, portanto, a ultrapassar o imperativo regional” (Buzan, 2000(a): 46). As superpotências devem possuir capacidades económicas de alcance global “devem ser actores actuais no processo de securitização e dessecuritização em todas, ou quase todas as regiões do sistema” (Buzan, 2004: 69).

O autor descreve, ainda, o que entende por grandes potências e potências regionais. As primeiras são menos exigentes que as superpotências em termos de capacidades e comportamentos, “as grandes potências não necessitam de possuir grandes capacidades em todos os sectores e não precisam de estar efectivamente presentes na securitização ou processos económicos de todas as áreas do sistema internacional” (Buzan, 2004: 69). Pode suceder que se vejam como potenciais superpotências, ou que, na sua ascensão, se cruzem com potências em declínio mas o que as individualiza verdadeiramente é a sua diferença sistémica em relação às grandes potências regionais “cujas capacidades se expandem nas suas regiões mas não se aplicam a um espectro mais amplo (...) estão, portanto, excluídas dos cálculos de alto nível na polaridade do sistema” (Buzan, 2000(a): 37). A potência regional, por sua vez, define a polaridade do seu complexo regional de segurança “as potências regionais podem não importar ao nível global mas dentro das suas regiões elas determinam quer os padrões locais de relações de segurança e a forma como esses padrões interagem com os poderes globais” (Buzan, 2004: 72).

Concluindo, no estudo das grandes potências as escolas clássicas, neo-realista e escola inglesa, fornecem-nos os elementos necessários para compreender as principais características determinantes de uma grande potência. A incidência varia entre os elementos materiais de cada Estado, o seu reconhecimento como potência pelos outros elementos do sistema e, não menos importante, o seu papel social, as funções que desempenha no sistema internacional. Os autores modernos de ambas as escolas trouxeram um elemento inovador, a região. Com o fim da guerra fria, a luta sistémica entre grandes blocos de Estados parece ter chegado ao fim, e o ambiente unipolar que se seguiu, pelo fraco desinteresse com os conflitos regionais, obrigou os autores a estarem atentos a esta dimensão regional. A escola neo-realista baseou os seus pressupostos no ambiente anárquico e na procura da hegemonia, que na impossibilidade de ser sistémica,

se tornou regional. A escola inglesa, por sua vez, identificou padrões de amizade e inimizade entre Estados soberanos a viver num ambiente regional anárquico, os complexos regionais de segurança.

### *Análise da variável poder*

Pela sua natureza, o poder apresenta-se como uma das principais causas de conflito na política internacional. Quer seja pela vontade inata ao ser humano, ou pelos constrangimentos que a estrutura internacional impõe aos Estados, o poder continua a ser o instrumento por excelência nas relações entre os Estados. Partindo da premissa tradicional, de acordo com a qual o poder representa a capacidade que um Estado tem para controlar os outros, depressa depreendemos que este não pode ser afastado do seu elemento político e do seu principal instrumento, o uso da força “embora não se possa definir a política exclusivamente em termos de poder, é seguro dizer-se que o poder é sempre um elemento essencial da política” (Carr, 2001: 135). Resulta do poder, enquanto instrumento privilegiado da política internacional, a maior ou menor margem de manobra que um Estado tem na condução da sua política externa junto dos outros Estados, nas palavras de Mearsheimer (2007: 28) “o poder é o modo da política das grandes potências e é por ele que os Estados competem”.

O poder foi durante séculos (e ainda o é hoje) definido como um elemento da política internacional associado a maior ou menor capacidade que um Estado tem para o uso da força, “ou seja, a condução de relações internacionais por intermédio da força ou da ameaça do uso da força, sem consideração pelo direito ou pela justiça” (Wight, 2005). No entanto, uma análise mais recente da definição de poder pode levar-nos a depreender que se tem vindo a desenvolver uma transformação no seu sentido. Tradicionalmente, o poder é definido como “a capacidade de fazer coisas e controlar outros” (Nye, 1990: 26). Uma ulterior definição de poder afirma que “é a capacidade de obter resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros de forma a tornar isso possível” (Nye, 2002:4). O poder é dividido entre a capacidade de obter os resultados, se necessário pelo uso da força, e como detentor de propriedades capazes de mudar o comportamento de outros, de forma a obter os resultados desejados. Trata-se do poder co-optativo “que pode assentar na atracção das ideias ou na

capacidade em determinar uma agenda de uma forma que molda as preferências que os outros expressam” (Nye, 1990: 31). Na sua elaboração acerca do poder, o professor Joseph Nye divide-o em dois: na possibilidade que um tem de impor a sua vontade por intermédio do uso da força (*hard power*), ou na capacidade de influenciarmos os outros e assim os levamos a fazer algo que originariamente não queriam, mas com a convicção de que, ao fazê-lo, estão a sair beneficiados (*soft power*).

No nosso trabalho, não vamos descurar o elemento co-optativo do poder, mas procuraremos prestar mais atenção ao poder enquanto instrumento da política externa dos Estados por intermédio da ameaça ou do uso da força “ignorar o papel do uso da força e a centralidade da segurança seria como ignorar o oxigénio. Em circunstâncias normais prestamos-lhe pouca atenção. Mas, uma vez alteradas essas condições começamos a sentir a sua necessidade e não nos conseguimos focar noutra coisa” (Nye, 2002: 7). Para compreendermos melhor o poder, temos de determinar quais são os seus elementos constitutivos básicos, sejam “o tamanho da população, a posição estratégica, extensão geográfica, recursos económicos e produção industrial”, ou outros. Note-se que alguns autores (Messaria, 2005: 29) separam entre aqueles que definem o poder, como a soma das capacidades do Estado, e os outros que definem o poder em comparação com os outros Estados com os quais se compete. Igualmente, temos de compreender como esses elementos constitutivos são transformados no poder que permite a alguns Estados ser mais bem-sucedidos que outros na arena internacional, bem como as deslocações do poder do seu foco tradicional assente na ênfase do poder para outros domínios, como a economia por exemplo.

Se pensarmos o poder em termos de recursos, importa determinarmos como estes se vão converter na capacidade efectiva que um Estado possui em influenciar a política do sistema internacional. No entender de Nye (1990: 26), “a conversão do poder é a capacidade de converter poder potencial, medido em recursos, em poder efectivo, medido no comportamento alterado dos outros”. Pelo exposto, e pela história internacional, verificamos que alguns Estados são melhores que outros a converter os seus recursos em influência efectiva “portanto, temos de saber acerca da capacidade de um país em converter poder, bem como a sua posse de recursos de poder, de forma a prever resultados correctamente” (Nye: 1990:27).

Os Estados, agindo num sistema internacional de natureza anárquica onde a estrutura os compele a agir de determinada maneira para obter certos resultados, vão procurar obter a sua quota-parte de poder, porque uma maior detenção de poder permite-lhes uma maior margem de manobra na política internacional. Se os Estados fracos têm uma pequena margem de manobra onde “actos inoportunos, políticas imperfeitas e movimentos inoportunos podem ter resultados fatais”, os Estados mais poderosos “podem estar desatentos; podem dar-se ao luxo de não aprender, podem fazer as mesmas coisas estúpidas vezes sem conta” (Waltz, 1979: 266). No seguimento do que foi dito, Waltz afirma que o poder permite maiores margens de acção, maiores margens de segurança e uma maior participação no sistema internacional, influenciando-o.

Já ficou dito que o poder, entendido enquanto fonte de recursos, é composto por elementos como a população, os recursos naturais, o território, o tamanho económico, a estabilidade política, entre outros, e que esses elementos constitutivos do poder são convertidos em verdadeiro poder, que são melhor aplicados por uns Estados que por outros na política internacional. Uma conversão eficiente do poder dá uma maior margem de manobra ao seu possuidor. Uma moderna definição do poder deve incluir a força, enquanto instrumento tradicional da política internacional, e opções co-optativas, associadas ao sentimento de obediência voluntária, mais próximas daquilo que os clássicos definiam como moral enquanto “uma ficção ou hipótese necessária; uma ferramenta indispensável criada pela mente humana para lidar com a estrutura de uma sociedade desenvolvida” (Carr, 2001:192). No entanto, como para os clássicos, de acordo com os quais ao associar a figura da moral ao poder não se obtêm os resultados desejados, também a vontade em ter um poder co-optativo se revela insuficiente sem o emprego do uso da força.

O poder político, na sua dimensão de força, utiliza instrumentos económicos e militares para alcançar os seus fins (geralmente a submissão do outro “aquele que é forte e civilizado tenderá a preferir a arma menor e mais civilizada porque esta, geralmente, será suficiente para a realização dos seus propósitos, e enquanto ela for suficiente, ele não será tentado a recorrer à arma militar, mais destruidora.” (Carr, 2001: 171). E, apesar de estes poderem ser analisados isoladamente, o poder económico é, por

via de regra, aplicado conjuntamente com o poder militar enquanto partes integrantes do poder político “a longo prazo não pode sobreviver um sem o outro” (Carr, 2001, 171).

A ênfase no poder militar torna-se tanto mais pertinente quanto a aceitação de que vivemos num ambiente hostil onde os Estados se encontram numa luta de todos contra todos, e onde não existe uma entidade supranacional capaz de submeter a vontade dos Estados. Nas relações entre os Estados estes podem escolher entre meios mais pacíficos (diplomacia) ou meios mais violentos (guerra) de se relacionarem, mas em algum momento da história vão ter de recorrer à guerra, e para isso precisam de estar preparados “todo o acto do Estado, no aspecto do poder, está dirigido ara a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso” (Carr, 2001: 143). O estatuto de grande potência é alcançado, por via de regra, através de uma campanha militar bem-sucedida, numa guerra que afecte o sistema internacional. Na mesma medida que se adquire esta relevância como grande potência, uma campanha mal conduzida pode, facilmente, deitar tudo a perder.

A força militar pode ser dividida em poder terrestre, aéreo e marítimo. O poder marítimo tem a vantagem de permitir uma mais rápida deslocação de forças, uma vez que não têm de atravessar regiões de países vizinhos, mas revela-se uma verdadeira barreira à expansão dos Estados, pois torna a deslocação de grandes exércitos muito dificultada. O poder terrestre permite uma mais fácil deslocação dos exércitos, mas revela-se capaz de impor dificuldades a um Estado com uma vasta fronteira terrestre com territórios vizinhos hostis, obrigando a uma manutenção de exércitos em permanente Estado de alerta. O poder aéreo veio a diminuir as distâncias e os custos de deslocação de um exército. Os Estados inimigos distantes estão mais vulneráveis aos ataques aéreos. Combinado com a presença de armamento nuclear, a defesa dos Estados assumiu uma nova característica.

A outra componente da força na análise do poder é o elemento económico. Este reveste-se da maior importância, uma vez que é dele, através da obtenção de financiamentos para os exércitos, que depende a existência de uma campanha bem-sucedida militarmente, “a tal ponto de não nos surpreendermos em descobrir, através da história moderna, uma associação íntima e crescente entre poder económico e poder militar” (Carr, 2001: 149). Os Estados deviam, assim, procurar activamente a aquisição

de riqueza quer através dos seus recursos próprios, quer através de expansão com o objectivo de conquistar vizinhos e adquirir mais poder.

Parece ser entendimento da generalidade dos autores que o poder se está a deslocar da ênfase militar para a económica e o conflito adquire novas características “o conflito resulta mais facilmente da competição económica, que da competição militar, porque as comparações económicas são mais fáceis de acontecer” (Waltz, 2008: 118). As transformações tecnológicas dos últimos quinhentos anos tornaram as guerras cada vez mais dispendiosas. A implementação de regimes democráticos com uma opinião pública determinada fez com que os líderes não se envolvessem tão apressadamente em campanhas prolongadas, bem como o papel cada vez mais destruidor da guerra, com a ameaça nuclear no topo das preocupações dos Estados, o que levou a uma maior contenção do uso da força. Mesmo assim, a possibilidade do uso da força num sistema anárquico está bem presente, pelo que os Estados não descuram o seu papel, apenas foram refinando o seu uso e a predominância do elemento económico revela isso mesmo, pois “a subordinação da arma militar pela arma económica (...) é um sintoma não tanto da moral superior como de força superior” (Carr, 2001: 168). Alguns autores focam-se no poder económico como forma de controlo hegemónico, determinando-o em termos de recursos, por exemplo preponderância de matérias-primas, ou em termos de capacidade em definir as regras da economia mundial.

Paralelamente, com o poder enquanto força, encontramos o poder como entidade co-optativa (aquilo que Nye apelidou de *Soft Power*), caracterizado como um poder que “leva os outros a querer os resultados que nós queremos, coopta as pessoas em vez de as coagir” (Nye, 2004:5). Nesta dimensão do poder, os Estados mais fortes comportam-se de forma que o seu poder aparenta ser utilizado em benefício de todo o sistema. O poder “suave” resulta, assim “da capacidade em determinar a agenda política de uma forma que molda as preferências dos outros” (Nye, 2002). Contrariamente ao poder mais agressivo, onde a procura de um equilíbrio pelos outros Estados é mais expectável, aqui o poder é mais brando, utilizado de forma cooperativa. A velha máxima de incentivos e ameaças (stick and carrots) dá lugar a uma forma indirecta de exercer o poder. Nesta medida, o sistema é moldado de modo a beneficiar os Estados mais poderosos, uma vez que estes não sentem constrangimentos demasiadamente fortes que os obrigue a recorrer a força para alcançar o seu objectivo.



## **Capítulo 2**

**Os complexos regionais de segurança**



### **Introdução**

O final da Guerra Fria marca o início de uma nova era nos estudos das Relações Internacionais, no sentido em que a análise transfere a sua atenção nos acontecimentos globais e abre espaço para acontecimentos regionais. Neste sentido, a teoria neo-realista começa a revelar-se insuficiente para explicar fenómenos regionais, deixando espaço ao surgimento de novas escolas e teorias.

No entanto, as escolas partem de alguns pressupostos neo-realistas e inclusivamente concordam e utilizam esses mesmos pressupostos. O construtivismo, enquanto escola, debate alguns pressupostos já trabalhados pelo neo-realismo, nomeadamente a definição do papel da estrutura na política mundial, dos efeitos da anarquia no comportamento dos Estados, dos interesses de Estado, entre outros.

Deste modo, e quanto à definição de estrutura, para os neo-realistas esta é um conjunto de variáveis que condicionam os Estados na política anárquica internacional. Esta visão permite que os Estados procurem ser auto-suficientes a nível de segurança, o que lhes permitirá lutar, de forma quase interminável, pela sobrevivência, poder ou riqueza. Os construtivistas, por seu turno, afastam-se deste conceito, acreditando que existe uma intersubjectividade entre a estrutura e os seus actores. Os actores relacionam-se com outros actores através da criação e conhecimento de normas e práticas. Neste sentido, é a intersubjectividade e não a anarquia que estabelece o significado e a estrutura. Dado que o significado também é intersubjectivo, a definição de anarquia pode ser concebida em diferentes domínios, com diferentes significados, dependendo das práticas sociais.

Podemos concluir que a teoria construtivista, à semelhança da teoria neo-realista, continua a analisar as relações entre Estados a um nível global e não regional. No entanto, os seus estudos a nível do processo de securitização como um produto da interacção intersubjectiva será um dos pilares fundadores da teoria dos complexos regionais de segurança.

De acordo com os autores da Escola Inglesa, o actual sistema de Estados é o resultado da expansão do sistema de Estados Europeu, cujas fundações assentam na prevalência do elemento soberania estadual “apenas queremos indicar que este processo

de regionalização que é uma característica do contemporâneo sistema de Estados é uma consequência directa da globalização do Estado local” (Jackson, 1995: 13). A adaptação de um modelo de Estado soberano a outras partes do globo resultou no surgimento de fenómenos nacionalistas de autodeterminação, que, em última análise, provocaram o desmantelamento dos impérios coloniais “tão bem sucedido era o Estado europeu em desencadear potencial humano que sobrecarregou todas as outras formas de organização política no sistema. De modo a escapar da dominação europeia era necessário adaptar formas políticas europeias” (Buzan, 1991: 171).

É impossível pensar o actual sistema de Estados sem considerar os seus limites geográficos, ideológicos e culturais, daí que o entendimento de Bull acerca da sociedade internacional seja uma primeira ferramenta útil na teorização do regionalismo. De acordo com o autor, o actual sistema de Estados sofreu profundas alterações com a descolonização e o surgimento de novos sistemas políticos diferentes do Ocidental, necessitando, portanto, de ser reformulado o nosso entendimento acerca do sistema internacional de Estados “para que o sistema de Estados permaneça como uma estrutura viável, a área de consenso a ele subjacente deve ser não só preservada como ampliada” (1977: 332). Um modelo útil seria o regionalismo, um modelo do terceiro mundo, onde, graças à sua dimensão regional, se diminuiriam os riscos de uma bipolarização sistémica. Este isolamento internacional ocorreria pela diminuição da influência estrangeira na região e pelo isolamento da região face aos conflitos internacionais. A existência de um modelo regionalista não implicaria o desaparecimento de potências mundiais, “pelo contrário, numa reorganização da política mundial segundo orientações regionais tem sido considerada uma divisão do mundo em esferas de influência ou responsabilidade das grandes potências” (Bull, 1977: 343).

A escola inglesa distingue-se de outras escolas das relações internacionais pelo seu interesse no terceiro mundo, na descolonização, e nas consequências resultantes destes processos “o regionalismo é algo que nós não podemos ignorar, pelo que nós devemos torna-lo um assunto central de análise” (Jackson, 1995: 13). Os autores regionalistas vão procurar aplicar à região conceitos até aqui exclusivos do sistema internacional. Buzan, na procura de reanimar o programa da escola inglesa, vai ter na compreensão da sociedade anárquica um ponto de partida satisfatório para a compreensão do mundo actual. O trabalho de Buzan não se esgota na escola inglesa,

ganhando particular destaque o seu contributo, com Ole Waever e Jaap de Wilde, no fornecer de uma contribuição original para os estudos de segurança. Juntos ajudaram a desenvolver a escola de Copenhaga, onde trabalharam a agenda securitária no pós Guerra Fria dando particular destaque a uma agenda securitária mais ampla, particularmente a sectores regionais, traduzidos em complexos regionais de segurança. O contributo da escola de Copenhaga relativo às ameaças à segurança é semelhante ao da escola inglesa e construtivista ao afirmar que estas são socialmente construídas. Uma obra que merece particular destaque é *Security: a New Framework for analysis* (1998) onde os autores realçam o elemento intersubjectivo da securitização e os critérios para securitização.

### **A nova dimensão regional da Escola Inglesa**

Região, de acordo com Buzan (1991: 188), engloba estes dois padrões, o de proximidade geográfica e a ideia de securitização dos assuntos regionais. Região “significa um distinto e significativo subsistema de relações de segurança existente entre um número de Estados cujo destino está condicionado pela proximidade geográfica”. Esta definição foi alterada pelo autor (1998; 2003: 44), de forma a englobar a existência de outras unidades que não os Estados, e a enquadrar a existência de padrões de securitização e dessecuritização sentidos a nível regional, passando a ser definida como “um conjunto de unidades cujo processo de securitização ou dessecuritização, ou ambos, está de tal maneira ligado que os seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados separadamente” (Buzan, 2003: 44). As condições, sumarizadas por Buzan (1991: 211), para a existência de um subsistema regional são: a persistência de um padrão comum nas relações entre as suas unidades componentes; a proximidade dos actores; o reconhecimento do complexo pelos actores externos como uma área distinta de operação; e a existência de dois ou mais actores na região.

Lake e Morgan (1997:12) definem um complexo regional de segurança como “um conjunto de Estados continuamente afectados por uma ou mais externalidades de segurança que emanam de uma área geográfica distinta” (Lake, Morgan, 1997: 12). Ao contrário de Buzan (1991; 2003), os autores compreendem o complexo regional de segurança como o local de onde emana a questão securitária, não implicando a

adjacência física dos Estados a uma área geográfica comum. Um país como a África do Sul está, por exemplo, enquadrado no complexo regional da Commonwealth. Lake (1997) analisa detalhadamente a noção de externalidade enquanto ameaça a um conjunto de países que se encontra num complexo regional de segurança. Para o autor, é nota fundamental a noção de ameaça física à existência da região “as externalidades que criam ameaças à segurança física ligam o conjunto de Estados em interação que constituem complexos de segurança regionais” (Lake e Morgan, 1997: 49). Este desenvolve todo o seu argumento com base na ideia de um dilema de segurança mais refinado, capaz de se adaptar aos diversos sectores de segurança.

Os autores como Buzan (1991; 2003), na elaboração de um conceito de complexo regional de segurança, vão assentar as suas premissas no pensamento neo-realista, na medida em que acreditam na existência de uma estrutura internacional onde as unidades estão distribuídas em termos das suas capacidades “o debate é acerca da distribuição das capacidades ao longo do sistema internacional” (2003: 6). O pensamento dos autores neo-realistas concebe o sistema internacional como um todo comum onde as unidades estão posicionadas de acordo com as suas capacidades e onde existe uma estrutura capaz de condicionar o seu comportamento. Este tem uma forte agenda territorial, pelo que se aproxima do conjunto regionalista, no entanto difere quanto ao tipo de ameaças sentidas, uma vez que para estes a primazia deve ser dada às ameaças sistémicas (Buzan, 2003: 28). Os autores neo-realistas direccionaram a atenção dos seus estudos para o âmbito sistémico, deixando pouco campo de manobra para o subnível regional.

O fim da Guerra Fria transforma a conjuntura onde a teoria se baseia; hoje, assiste-se a um renascimento das análises regionais dos conflitos (Buzan, 2003; Lake, D; Morgan, P, 1997), em larga medida obscurecidas pela emergência do neo-realismo como pensamento teórico dominante. Os autores regionalistas discordam do monocromismo associado ao nível de análise sistémico, característico da escola neo-realista “as regiões não são apenas “pequenos” sistemas internacionais que se comportam da mesma forma que as suas “maiores” partes” (Lake e Morgan, 1997: 7). Nesta medida, torna-se útil que se adoptem níveis de análise capazes de englobar a dimensão regional. O nível de análise regional e o global são distintos entre si, podendo certos assuntos ser mais importantes para a dimensão global que para a regional.

Reconhecer que as regiões são analisadas a um nível diferente do sistémico implica que estas assumam comportamentos diferentes e que, por isso, a sua estrutura também possa ser diferente.

A análise das questões securitárias através dos diferentes níveis de análise é fundamental, uma vez que determina a forma como vamos observar determinada ameaça e o possível comportamento dos actores para resolver esta situação. Identificar níveis de análise permite-nos uma mais fácil sistematização dos factos observados e uma maior diferenciação dos assuntos nos quais nos estamos a debruçar. Neste sentido, Buzan afirma que “identificar diferentes níveis de análise representa um importante procedimento metodológico para qualquer um interessado em saber como a realidade é organizada e estruturada” (1993: 68).

É desta separação entre o nível local e o global que surge o regional, funcionando como um elemento de ligação entre ambos “é isto que dá ao complexo regional de segurança um nível analítico” (Buzan, 2003: 27). O termo nível de análise sistémica foi avançado por David Singer “cuja preocupação era chamar a atenção para a necessidade de distinguir aquilo que ele considerava de explicações a nível do Estado e do sistema” (Buzan, 1993: 22), como uma forma de introdução de rigor metodológico ao estudo das Relações Internacionais.

Com o fim do conflito, as superpotências deixaram de sentir necessidade de expandir a sua influência para o nível regional “as potências globais não estão disponíveis para aceitar o pesado fardo da gestão do conflito em áreas distantes do globo, por vezes rejeitando custos limitados em áreas onde têm laços tradicionais” (Lake e Morgan, 1997: 5), o que provocou o surgimento da real dimensão dos complexos inerentes à região. Ao afirmar que a dimensão regional das questões securitárias assume particular importância com a desintegração da União Soviética não pretendemos excluir a dimensão regional do período de Guerra Fria “o nosso argumento é que o nível regional de segurança também era significativo durante a Guerra Fria, e que, excepto quando as potências globais são extremamente dominantes, como eram durante a era imperial, a dinâmica de segurança regional vai ser uma parte importante da constelação geral da segurança global” (Buzan, 2003: 11).

O fenómeno da descolonização, acompanhado pelo fim da Guerra Fria, fortaleceu o argumento regionalista, na medida em que, uma vez finda a situação de intervencionismo, pôde-se dar maior relevância as alianças regionais. Na mesma medida em que a regionalização forneceu uma maior independência, também gerou a consciência de uma grande fragilidade a novas ameaças, como o fim do conflito “os países em desenvolvimento perderam o seu valor como moeda de troca num mundo em que os Estados Unidos e a União Soviética os cortejavam em seu favor” (Fawcet, 1995: 14).

Não devemos, contudo, pensar o regionalismo como uma prioridade exclusiva das grandes potências “para os Estados em vias de desenvolvimento em particular, a descentralização significou um ajustamento à ideia que os assuntos regionais deixaram de ser condicionados pelas exigências da política das superpotências” (Fawcet, 1995: 21). As unidades locais possuem uma maior margem de manobra na prossecução das suas políticas no campo internacional. Os Estados, na impossibilidade de tomarem uma posição isolados, acabam por resolver os seus diferendos num âmbito regional, uma vez que a proximidade das ameaças é maior e mais fortemente sentida.

### **Evolução histórica da dimensão regional da escola Inglesa**

Traçamos a evolução dos complexos regionais de segurança nos mesmos moldes que Buzan (1991; 2003). Para o autor, o complexo de segurança é constituído por três períodos diferentes (Buzan, 2003: 14): o primeiro, que vai de 1500 a 1945, é caracterizado pela expansão do modelo de Estado moderno Europeu; o segundo, que vai desde 1945 a 1989, onde a Guerra Fria e o fenómeno da descolonização tornam independentes a maioria dos Estados sujeitos ao controlo colonial, ainda não se podendo falar num complexo regional de segurança verdadeiramente formado; e, finalmente, o período que sucede ao colapso da União Soviética até aos nossos dias. Esta noção da evolução histórica de um complexo regional permite, com relativa exactidão, combinar a emergência da noção de região no sistema internacional com o surgimento de unidades independentes nas respectivas regiões, a expansão da estrutura anárquica.

No período que antecede a criação do Estado moderno, 1500, os sistemas existiam isoladamente, a interdependência era tão ténue que não se pode falar num sistema internacional nem em regiões (Buzan, 2003: 14; Buzan 2000: 228). Durante este período, as unidades eram móveis, constituídas por grupos colectores recolectores que se deslocavam em busca de alimento (Buzan, 2000: 116). A sua capacidade de interacção traduzia-se numa relação de proximidade entre os grupos e na existência de uma língua comum (Buzan, 2000: 120), o processo era indiferenciado e não existia uma verdadeira estrutura internacional.

Os grupos depressa evoluem para tribos sedentárias onde a agricultura é a forma de obtenção de alimento. Verifica-se um aumento da capacidade de interacção, principalmente no aumento do número de línguas e o processo militar era caracterizado por um Estado de natureza Hobbesiana, onde a prevalência do conflito era uma constante (Buzan, 2000: 145). Surgem os primeiros impérios e as cidades-Estado mas, como se vivia num ambiente de profunda instabilidade, os impérios eram de curta duração, geralmente dando lugar às cidades-Estado. A capacidade de interacção sofre uma profunda evolução com o desenvolvimento da comunicação terrestre e fluvial, línguas francas e religião (Buzan, 2000: 194-195). No âmbito do processo político-militar, o desenvolvimento da tecnologia militar era a grande variável e, respeitante ao processo económico, o comércio sofre um importante impulso. Apesar desta relativa evolução, ainda não estamos na presença de um sistema internacional global (Buzan, 2000: 228).

O período que medeia a paz de Vestefália e o fim da segunda Guerra Mundial é caracterizado pela expansão do Estado europeu moderno “caracterizado por uma combinação de organizações militares, extractivas, administrativas, redistributivas (...) misturando o capital e a coerção quer no seu processo formativo, quer na sua construção imperial” (Buzan, 2000: 246). Os Estados europeus relacionam-se num complexo regional de segurança bastante agressivo, onde a transplantação do modelo ocorre através do fenómeno do overlay (Buzan, 1991: 203). O Estado moderno é a unidade dominante, que subjuga as outras menos adaptáveis ao seu modelo; a capacidade de interacção sofre profundas alterações, sejam pelo desenvolvimento marítimo, terrestre, aéreo ou pelas comunicações. O processo político-militar sofre uma profunda transformação, fruto do desenvolvimento tecnológico e da expansão global; o processo

económico assume um carácter global. Ao nível da estrutura, as unidades tipo combinadas com a capacidade de interacção afastam as unidades menos adaptadas a conjuntura do sistema internacional.

O fim da segunda Guerra Mundial terminou com o fim da supremacia Europeia e com a emergência de duas superpotências: a União Soviética e os Estados Unidos. A bipolaridade existente, traduzida num clima de Guerra Fria, e o fenómeno da descolonização, originou a proliferação de Estados independentes. Os Estados não nascem num ambiente neutral (Buzan, 1991: 205); antes, são um terreno fértil para a rivalidade ideológica entre as superpotências e para a formação de uma dinâmica de segurança entre eles, estruturam-se em complexos regionais de segurança (Buzan, 2003: 17).

Com a queda da União Soviética assistiu-se a uma situação de mudança, em que a implosão de uma das superpotências origina o surgimento de um maior número de Estados independentes, em que a rivalidade ideológica chega ao fim, criando uma situação de desinteresse pelas dinâmicas regionais, dando lugar à emergência das grandes potências regionais (Buzan, 1991: 208) e diminuição de fenómenos como a penetração, a agenda sectorial alarga o seu âmbito de alcance. Verifica-se, ainda, uma multiplicação de actores, uma diversificação sectorial e uma série de dinâmicas que variam de região para região (Buzan, 2003: 19). O fim da União Soviética, associado ao processo de descolonização ocorrido na segunda metade do século XX, gerou uma série de dinâmicas mais livres onde a multipolaridade regional origina uma situação mais competitiva que a bipolaridade existente até então, onde os actores procuram a criação de uma situação de igualdade competitiva.

Hoje, embora as tensões tenham desaparecido entre as superpotências, acabaram por se espalhar pelo mundo, tornando necessária uma gestão do conflito, algo que se afigura difícil, uma vez que as superpotências não estão dispostas a aceitar “o pesado fardo da gestão do conflito em áreas distantes do globo” (Lake, Morgan, 1997: 5). Os Estados são chamados a fazer algo na resolução dos conflitos, e isso assume um âmbito regional, daí que seja previsível que a escalada da violência se inicie dentro da região.

### **A estrutura regional de segurança**

O complexo regional de segurança é um subsistema diferente do sistema internacional, que possui características muito semelhantes, nomeadamente na construção da sua estrutura. O complexo regional é uma “mini anarquia” (Buzan, 1991: 209), onde são analisados padrões de comportamento duradouros mas, ao contrário do sistema, não permanentes. O processo como se averigua a possibilidade de existência de um complexo regional de segurança assenta na análise da sua estrutura nos seguintes termos: em primeiro lugar, é necessário determinar quais as fronteiras dos complexos (geralmente caracterizadas por uma situação de fraca interação entre as unidades das regiões); depois, importa determinar o grau de anarquia existente no complexo, averiguar se as unidades estão distribuídas num Estado puro de anarquia, se existem alianças e qual o grau de integração regional; em terceiro lugar, situar as unidades em termos de padrões históricos de amizade ou inimizade e, finalmente, analisar a distribuição das capacidades pelas unidades no subsistema.

A fronteira de um complexo regional de segurança determina-se pelo grau de interação existente entre os seus membros “a fronteira entre as unidades vai ser definida pela relativa indiferença relativa as percepções de segurança e de interação entre eles” (Buzan, 1991: 193). A existência de fortes laços de segurança entre duas unidades inclui-as num determinado complexo de segurança que é reforçado pela existência de uma ameaça comum. A existência de uma fronteira é mais difícil de descortinar nas situações em que o grau de intensidade do complexo varia como num complexo de baixa intensidade “composto por Estados locais cujo poder não se estende muito para além do alcance dos seus vizinhos imediatos”. Pelo contrário, um complexo de alta intensidade “contém grandes potências (...) cujo poder se pode estender para além do seu ambiente imediato (...)” (Buzan, 1991: 195).

Os complexos são separados, na maior parte das vezes, por um insulador, caracterizado como “um espaço geográfico ocupado por uma ou mais unidades onde grandes dinâmicas regionais de segurança permanecem de costas voltadas” (Buzan, 2003: 41). O insulador geralmente assume um comportamento passivo entre os diferentes complexos (Buzan, 2003:394) “não conseguindo unir os diferentes complexos numa arena convergente” (Buzan, 2003: 484). Difere de um buffer, uma vez

que este é parte de um complexo, mantendo os poderes de um complexo separados (Buzan 1991: 196; Buzan, 2003: 483).

Os complexos regionais de segurança são o fruto da combinação entre a estrutura anárquica com as limitações da proximidade geográfica e o elemento de interdependência entre as unidades (Buzan, 2003: 45). A junção destes três elementos ajuda-nos a compreender os padrões de amizade e inimizade estabelecidos entre as partes no complexo, bem como as capacidades das unidades envolvidas. O resultado é um estabelecer de alianças que nos ajuda a aclarar o posicionamento das unidades e o tipo de potências envolvidas.

Os Estados celebram alianças com o propósito de agregar poder (Lake, D. 1996: 4), sendo que, entre a possibilidade de celebrar alianças e a existência de um império, “os Estados dominantes preferem um império informal, sempre que possível, mas criam impérios formais quando as elites locais não estão dispostas a aceitar ordens políticas domésticas”. Poder é o facto de levarmos outros a fazer algo que de outra forma não faria pelo que, baseados na concepção de uma estrutura de natureza anárquica em que impera a lógica da sobrevivência, e onde os Estados nunca poderão estar certos acerca das verdadeiras intenções dos outros Estados, estes calculam racionalmente o comportamento dos outros Estados, daí que o sistema lhes proporcione oportunidades para maximizar o seu poder.

Para os realistas defensivos, o poder é a forma com que os Estados asseguram a sua sobrevivência e, de acordo com Waltz, devem procurar adquirir a quantidade correcta de poder, sendo uma situação de hegemonia uma forma de gerar desconfiança entre os Estados mais fracos que se coligam para equilibrar a balança de poder. O equilíbrio de poder é uma constante no pensamento neo-realista. Já para os realistas ofensivos, os Estados procuram poder e a hegemonia é a forma máxima de o obterem, “Os Estados que procuram maximizar o poder não estão motivados pela lógica do equilíbrio do poder mas estão preocupados em agregar poder sem ter em atenção ao quanto poder os outros Estados controlam” (Snyder, 2001: 64).

Os Estados receiam-se mutuamente, “da perspectiva de uma grande potência todas as outras são potenciais inimigos” (Snyder, 2001: 62), não se vêem meramente como competidores num mercado económico, a possibilidade de se aniquilarem

militarmente torna-os desconfiados dos outros parceiros. No sistema internacional procuram assegurar a sua sobrevivência, porque os outros Estados são potenciais ameaças e porque não existe uma entidade superior capaz de os ajudar. O dilema de segurança reflecte este problema, de acordo com o qual os Estados para se defenderem de um ataque não têm outra alternativa senão defenderem-se.

Hoje, com a desintegração de um dos blocos, assistimos a um menor interesse das grandes potências em participar nos complexos de segurança regionais “e quando grandes potências estão envolvidas numa ordem regional, as suas aproximações variam entre a competição, colaboração e gestão hegemónica”(Lake e Morgan, 1997: 127). No entender destes autores, quando as grandes potências exercem uma influência directa sobre um complexo regional, um de cinco cenários é possível de se verificar: podemos encontramos uma situação de hegemonia, uma de equilíbrio de poder, uma união, uma segurança colectiva ou uma comunidade securitária pluralista (Lake e Morgan, 1997:132).

As relações de segurança, tal como foram desenhadas por Lake (1996: 7), variam entre a anarquia e a hierarquia, sendo que pelo meio temos situações de alianças e protectorados, mais próximos da anarquia, impérios informais ou impérios formais, mais próximos das situações de hierarquia. Em ambos os casos, existe uma situação em que os Estados desejam assegurar uma agregação de poder.

Um complexo regional de segurança é o resultado de longos padrões de amizade e inimizade entre os seus membros, assentes em laços históricos como as longas relações de inimizade ou padrões culturais comuns (Buzan, 2003: 45). Este padrão deve ser associado a condicionalismos geográficos e ao grau de interdependência existente entre as unidades do complexo. Podemos olhar para os padrões de amizade e inimizade como o resultado de uma relação de interdependência entre os membros de um complexo, na medida em que “as relações de interdependência securitárias são mais sentidas entre os membros do conjunto que entre os membros e Estados externos (Buzan, 1991: 193). Nas palavras do autor (Buzan, 2003: 47), uma análise dos padrões de amizade e inimizade num complexo regional de segurança “são melhor compreendidos começando a análise no nível regional, e estendendo-a até à inclusão dos actores globais de um lado e os factores domésticos no outro”.

A ideia é a criação de um subsistema de estrutura anárquica onde possam ser analisadas as situações de polaridade no complexo, associadas aos padrões de amizade e inimizade, onde se podem verificar comportamentos susceptíveis de reflectir proximidade ou animosidade, fundamentais para a descrição do funcionamento do complexo. Não nos basta uma análise limitada da distribuição da força pelas unidades “a realidade dos complexos de segurança assentam mais nas linhas individuais de amizade, inimizade e indiferença entre os Estados, que na noção da consciência de um subsistema” (Buzan, 1991: 192).

A estrutura essencial de um complexo regional de segurança é caracterizada pela sua natureza anárquica e pela distribuição das capacidades pelas unidades “ao analisar o complexo de segurança em termos da sua distribuição de poder, a lógica é a mesma que usada para analisar a polaridade do sistema como um todo” (Buzan, 1991: 211). A distribuição das capacidades molda a possibilidade de estabelecer alianças.

A distribuição das capacidades entre as unidades de um complexo regional de segurança ajuda-nos a analisar as condições em que a mudança ocorre dentro da estrutura. Três situações podem ocorrer (Buzan, 1991: 216; Buzan 2003: 53): manutenção do status quo, transformação interna e transformação externa. Na primeira das transformações não ocorrem alterações significantes na estrutura. A segunda das transformações implica uma mudança interna da estrutura, seja através da integração ou desintegração das unidades, seja através de alterações no padrão de amizade e inimizade das unidades. Finalmente, a transformação externa ocorre através da extensão ou da contracção das fronteiras do complexo (Buzan, 2003: 53).

A presença de uma potência dentro do complexo é determinante para compreender o tipo de complexo regional existente. Uma potência requer a presença de capacidade material conjugada com o reconhecimento do seu estatuto pelas outras unidades (Buzan, 2003: 32), ao que se deve associar a capacidade militar e “a sua vontade em gerir os contributos regionais e contribuir para a criação da ordem regional” (Lake e Morgan, 1997: 64).

É a presença e o número de potências regionais existentes num complexo que determinam o tipo de relações de polaridade existentes. Buzan (2003: 34/35) define o tipo de potências existentes no sistema internacional, superpotências (cuja actuação é

sistémica, estão presentes no sistema globalmente considerado), potências globais (actuam a um nível global) e potências regionais (presentes na região). O que, de acordo com o autor, distingue uma potência global de uma regional é o cálculo global da sua actuação.

O cálculo da polaridade e o número e tipo de potências presentes numa região permite-nos classificar os complexos da seguinte forma: em standard ou em centrados. Os primeiros são um modelo “Westefaliano em forma de dois ou mais poderes com uma agenda securitária predominantemente político-militar” (Buzan, 2003: 55), ao passo que os segundos, centrados, podem assumir duas formas potenciais. Na primeira delas “o complexo regional de segurança é unipolar, mas a potência em questão ou é uma potência global ou uma superpotência”. A segunda é constituída por “uma região integrada por instituições, em vez de por uma potência unipolar” (Buzan, 2003: 58).

A intervenção de uma potência global nos assuntos regionais é de importância vital. Movidas por objectivos “extra-regionais” (Lake e Morgan, 1997: 64), acabam por afectar os destinos da região. Hoje, “apesar dos conflitos regionais poderem ser aprofundados pela infusão de recursos externos, o fraco interesse das grandes potências sugere que esse contributo será limitado”. Ao fenómeno em que uma potência se imiscui na dinâmica de um outro complexo que não o seu dá-se o nome de “penetração”. É uma figura completamente distinta do overlay: traduz-se na influência que potências globais exercem directamente sobre a região, obscurecendo o seu verdadeiro modo de funcionamento. Se o actor externo possuir uma força militar dentro do complexo, para efeitos de análise securitária (político-militar, no nosso caso), o actor externo é “interno” ao conflito. Com o fim da Guerra Fria e a descolonização, o fenómeno de overlay parece fazer menos sentido. Apesar disso, afigura-se necessária a compreensão da influência das grandes potências nos complexos regionais, por vezes como participantes activos e não como elementos externos ao complexo, na medida em que a sua segurança está intimamente ligada à segurança do complexo.

Vamos analisar mais detalhadamente as situações em que existe um complexo regional de segurança standard (Buzan, 2003), caracterizado pela existência de dois ou mais pólos de força, traduzidos na existência de um dilema de segurança. Analisaremos, também, a possibilidade da existência de um complexo regional de segurança centrado

(Buzan, 2003), com uma potência hegemónica que contribui para a existência do conflito ou para assegurar a ordem no subsistema regional.

### **Complexo regional de segurança *standard***

No complexo regional de segurança *standard*, a existência de um dilema de segurança pressupõe o poder enquanto a habilidade de controlar e o desejo de sobrevivência dos Estados encoraja-os a procurá-lo. O Estado pode ter outros pressupostos na sua acção, mas a lógica associada à necessidade de coexistência num mundo onde a sua principal função é a sobrevivência é a mais importante.

Uma situação de equilíbrio de poder ocorre quando as grandes potências, convivendo num ambiente competitivo, balanceiam o poder a seu favor. Neste complexo é necessária a presença de pelo menos duas grandes potências. A estabilidade é tanto maior quanto o equilíbrio alcançado, traduzido na ideia comum a todos os oponentes que o conflito regional deve ser evitado. Distingue-se da figura da união pelo seu elemento de colaboração, na medida em que duas ou mais potências colaboram na manutenção da estabilidade da região. Um poder não equilibrado apresenta uma ameaça para os outros Estados (Waltz, 2008: 214) “na política internacional, um poder demasiado grande afasta e lava os outros a tentar equilibrá-lo”. Este aspecto conduz os Estados mais fracos a sentir-se desconfortáveis e a tentar alterar a situação.

### **Complexo regional de segurança centrado**

No mundo após a Guerra Fria, a situação de unipolaridade prevaleceu porque nenhuma das outras unidades tinha capacidades suficientes para desafiar o poder dos Estados Unidos da América. A unipolaridade é algo que não é suposto acontecer nas relações internacionais (Snyder, 2001: 146), mas é algo aceite pela análise histórica da teoria estrutural. A teoria da estabilidade hegemónica pode assentar em duas premissas diferentes: uma, na existência de um bem que é fornecido pela potência hegemónica, e do qual todas as outras unidades beneficiam (Sindal, D., 1985: 581); outra afirma que a hegemonia pode ser exercida de forma assimétrica, não beneficiando todas as unidades, pelo que os Estados pequenos vão tentar acabar com a situação de hegemonia.

Uma situação hegemónica ocorre quando uma grande potência determina os destinos do complexo, seja através de uma situação de equilíbrio entre as outras unidades no subsistema, seja pelo estabelecer de alianças com vista a promover a estabilidade regional, ou, finalmente, através da teoria da estabilidade hegemónica, em que a potência hegemónica impõe a sua vontade coercivamente às restantes unidades “um Estado que escolha não se tornar uma potência é uma anomalia estrutural” (Waltz, 2008: 218). A questão da hegemonia é um assunto pouco estudado na dinâmica regional por dois motivos: em primeiro lugar, porque a existência de uma potência hegemónica regional condiciona toda a região; em segundo, porque as regiões costumam ser uma resposta a um poder hegemónico maior. Neste sentido, a sua componente autónoma só é verificável quando existe um ambiente competitivo entre as unidades do complexo. A hegemonia ocorre quando um Estado “é tão poderoso que domina todos os Estados no sistema” (Snyder, 2001: 64), sendo que para a potência hegemónica regional “o principal impedimento na dominação mundial é a dificuldade em projectar o pelo globo até ao território de uma potência rival” (Snyder, 2001: 67).

A teoria da estabilidade hegemónica assenta no pressuposto que “a presença de um actor singular, dominante na política internacional, conduz a um resultado colectivamente desejado por todos os Estados no sistema internacional” (Sindal, D., 1985: 579). De acordo com esta teoria a ausência de uma entidade hegemónica levará, por maioria de razão, à desordem e ao caos. Sindal (1982) defende que a presença de um actor hegemónico depende da maior ou menor capacidade em fornecer um bem

público, e na possibilidade dos outros Estados aceitarem ou não a presença hegemónica, podendo esta ser “benevolente” ou “coerciva”. De forma a ser correctamente aplicada, torna-se necessária a presença de dois elementos fundamentais (Sindal, D., 1985: 582) “primeiro, que a presença de um actor dominante leve a uma maior estabilidade no sistema internacional, segundo, que o aumento da estabilidade beneficie todos os Estados no sistema”.

A existência de uma situação de hegemonia é frequentemente associada à presença de ordem e estabilidade no sistema internacional, traduzida na existência de regras e comportamentos comumente aceites pelos membros da sociedade. Esta situação pode alterar-se, seja pela emergência de uma potência desafiante da estabilidade vigente, seja pelo declínio da potência hegemónica. Giplin (1982), por exemplo, considera determinante para a estabilidade de um sistema a presença de uma entidade hegemónica. Deutsch e Singer (1964), no seu artigo, admitem a possibilidade da existência de um mundo multipolar onde o aumento do número de actores traduziria a presença de uma situação de estabilidade. Waltz, por outro lado, entende que num mundo multipolar as dificuldades são maiores, porque uma unidade tem de comparar a sua força com outras, e a possibilidade de serem celebradas alianças capazes de desestabilizar a estrutura é maior, uma vez que um Estado numa posição de hegemonia não consegue assegurá-la por muito tempo, pois “a teoria do equilíbrio do poder leva-nos a prever que outros países, sozinhos ou em coligação, vão tentar equilibrar a situação” (Waltz, 2008: 172).

A cooperação parece transcender a lógica realista. No entender dos autores, a ordem no sistema internacional é alcançada através da satisfação dos interesses das grandes potências e não na manutenção da paz mundial. Apesar da rivalidade entre as grandes potências assegurar a ordem do sistema político internacional, estas vão continuar a tentar obter poder, o que vai gerar suspeição e reacções opostas. “A coesão regional é possível, mas como resultado de um poder hegemónico ou uma paz sustentável de interesses materiais e incentivos” (Fawcett, 1995: 53) é o argumento utilizado pelos autores neo-realistas para explicar a possibilidade da existência de zonas de paz e cooperação.

Na opinião dos autores (Lake e Morgan, 1997: 62), a existência de complexos regionais de segurança unipolares torna-os “relativamente autónomos” sendo, de acordo com a teoria da estabilidade hegemónica, mais fácil de limitar as ameaças à sua segurança. Um Estado hegemónico é a única grande força no sistema, nenhum outro tem capacidade para o desafiar e sair vitorioso. O termo implica o controlo do sistema globalmente considerado, mas podemos adoptá-lo de forma a abranger uma dimensão regional, “podemos distinguir entre hegemonia global, que domina o mundo, e hegemonia regional, que domina áreas geográficas distintas” (Snyder, 2001: 67).



# **Capítulo 3**

## **Estudo de Caso**



### **Introdução**

O capítulo que se inicia pretende ajudar-nos a compreender a aplicação da teoria estruturalista no âmbito regional do Sul de África. Procura estudar-se a aplicação de um modelo neo-realista combinando os seus pressupostos fundamentais com as críticas da escola inglesa e construtivista.

Ao procurar uma análise próxima do neo-realismo deparamo-nos com um problema inicial: com a dificuldade de utilização de um modelo de aplicação sistémica a um âmbito regional. No seu esforço em estudar as dinâmicas de continuidade e mudança no sistema internacional, o neo-realismo foca a atenção exclusivamente no comportamento das grandes potências, nas suas relações de socialização e de competição. A moderna escola inglesa ajuda-nos a superar estas fragilidades, pois admite a possibilidade da aplicação de conceitos teóricos abstractos (na sua maioria de origem neo-realista) a diferentes níveis de análise, entre eles o regional.

Os acontecimentos vividos no Sul de África durante a segunda metade do século XX revelam-se um estudo de caso ideal para observar a aplicação de conceitos teóricos ao nível regional. A moderna visão estruturalista de autores como Buzan (1991: 2003), que combina pressupostos neo-realistas com conceitos estruturais da escola inglesa, traz novas perspectivas para o campo das relações internacionais e enriquece o debate teórico. Neste sentido, as pressões de competição e socialização sentidas pelas maiores potências da região conseguem revelar os constrangimentos sistémicos típicos de uma região onde existe uma estrutura em constante transformação.

### **Fronteiras do complexo**

O padrão do princípio ordenador da região do Sul de África é extremamente complexo. Dificilmente podemos falar de uma anarquia nos moldes tradicionais comuns ao neo-realismo e à escola inglesa. A região começa por sofrer transformações com a expansão do modelo organizatório Europeu e com a transferência das suas formas de organização. O Estado, centralizado e uniforme, implanta-se em locais onde anteriormente existia uma multiplicidade de formas de organização governativa.

Começa a nascer uma forma híbrida de relação entre os dois modelos de governação. Este padrão governativo esgota de autonomia as entidades locais, deixando a cargo dos impérios expansionistas o controlo administrativo da região, o chamado *overlay*.

Inicialmente, a região é composta por uma potência independente, a África do Sul, por duas potências coloniais, a Grã-Bretanha e Portugal. Embora apenas a Grã-Bretanha possa ter um predomínio decisivo no influenciar da região, e os dois primeiros Estados independentes, a Zâmbia e o Malawi, que sozinhos não conseguem alterar o equilíbrio de forças na região. No plano inicial do complexo, a estrutura é composta por duas potências coloniais, Portugal e Inglaterra, demasiado poderosas para que Pretória possa desafiar o seu domínio hegemónico, por um Estado de minoria branca e por dois Estados de maioria constitucional. Com o desenrolar dos acontecimentos, o número de unidades pertencentes ao subsistema vai variar; no entanto, só com as independências de Angola e Moçambique, em meados da década de 70, é que vão surgir as condições para uma transformação na estrutura profunda da região.

A relativa estabilidade que a minoria Sul-Africana gozava durante a década de 50 alterou-se com as primeiras independências pan-africanas, a Zâmbia e o Malawi. Até então só existiam em seu redor potências coloniais, onde as regiões de minoria branca ligadas à Grã-Bretanha (Rodésia do Sul, Rodésia do Norte, Nyasaland) estavam integradas numa aliança federativa. Com a primeira vaga de descolonização, os Estados entretanto independentes passaram a fazer parte dos Estados da Linha da frente contra os governos de minoria branca encabeçados pela África do Sul<sup>11</sup> e, apesar da sua evidente dependência económica para com Pretoria, apoiavam a implementação de bases de guerrilha nos seus territórios. O “resultado foi uma situação de interferência mútua (...) a criar situações de desestabilização através do apoio a movimentos insurgentes” (Buzan, 2003: 235). Esta vincada resposta Sul-Africana viria a caracterizar as futuras relações entre os Estados na região.

Durante este período inicial, a Grã-Bretanha é a principal potência do Sul de África e a sua relação com a África do Sul viria a ser determinante no estabelecer dos

---

<sup>11</sup> Na África do Sul, desde o ano de 1948 que vinha sendo implantado um regime de *Apartheid*, cujas características eram a segregação racial entre os seus membros. Hanlon (1986: 34) afirma: “quando o PNA chegou ao poder em 1948, introduziu o conceito formal de *Apartheid* em lugar da segregação simples, previamente existente”.

limites geográficos das fronteiras da região. São diversos os motivos que aproximam estas duas potências, entre os quais proximidade histórica, estratégica e populacional<sup>12</sup>. A este respeito, Barber (1990: 47) escreve que a Grã-Bretanha e a União estavam unidas “senão por sentimento, por interesse (...) inúmeras colónias britânicas faziam fronteira com a União; ambos eram anticomunistas e tinham interesses comuns de defesa (...) e ambos estavam ligados por laços económicos”.

Embora houvesse um forte desejo de Pretória em se autonomizar de Londres, a influência estratégica da Grã-Bretanha era fundamental, pois ambicionavam uma aliança com o bloco ocidental na defesa dos seus interesses contra o comunismo<sup>13</sup>. Sabendo que nas Nações Unidas o isolamento da África do Sul era cada vez maior, a proximidade com a aliada Britânica garantia-lhe um lugar na *Commonwealth*, fundamental para evitar o isolamento internacional. A proximidade entre as duas potências acabou por não se revelar uma relação simples, uma vez que a Grã-Bretanha estava preocupada em admitir as antigas colónias na *Commonwealth*, integrando-as, visando assim garantir uma pacífica transição de poderes aquando das respectivas independências. Esta atitude que provocou mal-estar junto das elites Sul-Africanas “preocupadas com a preservação dos valores ocidentais e evitavam a interferência nos assuntos internos. Certamente não desejavam um instrumento conveniente para facilitar o processo de descolonização” (Barber, 1990: 61). A hostilidade aberta entre os novos membros da *Commonwealth* e a África do Sul acabou com a sua expulsão em 1961 e respectivo isolamento da comunidade internacional.

Apesar de gozar de um ambiente pacífico na região, a África do Sul sabia que o isolamento internacional não era benéfico para a sua futura posição regional. Neste sentido, direccionou a sua política externa na busca de alianças, primeiro com as restantes potências coloniais na região, depois com países das regiões vizinhas e, finalmente, com as potências ocidentais, principalmente no âmbito das Nações

---

<sup>12</sup> “A Grã-Bretanha permanecia a mais importante fonte de emigrantes - dos 417, 422 que entraram na África do Sul entre 1964 e 1973, 168, 799 (40%) eram da Grã-Bretanha” (Barber, 1990: 157)

<sup>13</sup> “A África do Sul estava integrada no sistema económico ocidental (...) as suas forças contribuíram para o esforço militar ocidental na Coreia e no cerco a Berlim e, embora a situação não fosse clara, culturalmente, os brancos estavam ligados à Europa” (Barber, 1990)

Unidas<sup>14</sup>, cuja “agenda continuava a ser largamente determinada pelos oponentes do *Apartheid* e resoluções hostis continuavam a pressionar a África do Sul” (Barber, 1990: 53). Eram comuns as críticas<sup>15</sup> de Pretória a respeito dos seus parceiros internacionais, que faziam pouco para evitar o seu abandono nas organizações internacionais onde eram alvo do persistente criticismo do *Apartheid*. Os membros das Nações Unidas dividiam-se entre os militantes contra o *Apartheid* e os Estados que serviam de “diplomatic shield” (Barber, 1990: 53), procurando um consenso alargado entre as partes.

Podemos afirmar que nesta época houve uma verdadeira “agenda contra o *Apartheid*” que acabou por se repercutir na retirada da África do Sul de algumas instituições internacionais, entre elas a UNESCO em 1955, acusada de ser “um meio sonoro contra a África do Sul” (Barber, 1990: 52). A respeito do isolamento crescente da África do Sul e do fraco apoio sentido nas instituições internacionais, alguns autores (Callaghy, 1983: 52) afirmam que “embora ao nível oficial internacional tenha ocorrido uma separação entre Estados ocidentais (...), a um nível menos governamental a comunicação permaneceu”.

No âmbito regional, a África do Sul promoveu “uma aliança profana” (Callaghy, 1983: 49) com as duas potências restantes, a Rodésia e Portugal, através das quais pretendia estabelecer um cordão sanitário<sup>16</sup> que impedisse o nacionalismo Africano de proliferar na região.

A Rodésia era considerada, desde 1965, uma peça determinante na defesa do *Apartheid*, data em que um governo de minoria branca se declara unilateralmente independente da Grã-Bretanha, como resposta aos governos de maioria negra implantados na Zâmbia e no Malawi. Uma vez que a minoria europeia controlava as

---

<sup>14</sup> A respeito das Nações Unidas, Barber (1990: 53) escreve que nenhum Estado apoiava a África do Sul, “os críticos estavam divididos em dois grupos “militantes” constituídos pelos comunistas, africanos e asiáticos que queriam acção directa, e os moderados, maioritariamente ocidentais que adoptaram uma aproximação legalista e procuravam compromissos”

<sup>15</sup> De acordo com Barber (1990: 46), a respeito da política internacional, “existiam duas queixas da África do Sul a respeito do comportamento dos Estados ocidentais. Primeiro, a persistente crítica do *Apartheid* (...) segundo, queixavam-se do falhanço dos governos ocidentais em manter-se lado a lado com a África do Sul nas organizações internacionais”

<sup>16</sup> “A África do Sul auxiliou política e militarmente Portugal e a Rodésia, de forma a defenderem o regime de minoria branca e criar aquilo que ficou conhecido como “cordão sanitário” de Estados brancos a aguentar a maré constitucional” (Hanlon, 1986: 15).

terras cultiváveis, o principal receio era a expulsão e consequente nacionalização das terras. O resultado foi uma situação de desestabilização entre as duas principais potências regionais, a África do Sul e a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha, desejosa de ter uma vaga de independências bem-sucedidas, não aceitou o comportamento da Rodésia e impôs sanções internacionais ao novo Estado e “retaliou cortando os serviços financeiros, bloqueando os portos Rodezianos e terminais de petróleo em Moçambique” (Birmingham, 1995: 76). A África do Sul, por sua vez, estava pouco interessada em ter um vizinho que atraísse ainda mais as atenções da comunidade internacional com uma opinião pública desfavorável. No entanto, dado o facto de se tratar uma minoria branca, e dada a pressão internacional sobre Pretória, “tinha todo o interesse em prevenir a implantação de um precedente e permaneceu firmemente ao lado da Rodésia (Dunbabin, 1994: 68).

Ao mesmo tempo que a África do Sul ia ficando cada vez mais isolada no sistema internacional, o nacionalismo proliferava na região. Esta onda de independências era, geralmente, seguida de “uma rápida mudança (...) acompanhada por avisos de instabilidade política e económica” (Barber, 1990: 124). O clima de incerteza acerca do futuro dos novos Estados Africanos levou a que muitas das potências ocidentais estivessem receosas acerca do futuro dos seus interesses, daí que a África do Sul encontrasse um bom motivo para se afirmar como paladino da defesa dos valores ocidentais na região, ao mesmo tempo que “promovia os interesses destes na região contribuindo para o desenvolvimento económico e estabilidade política dos seus vizinhos mais fracos” (Callaghy, 1983: 107).

O segundo período de transformação estrutural inicia-se com a década de 70, em que o equilíbrio de poder na região se altera radicalmente. Primeiro, com a descolonização da maioria dos países da região, depois com a correspondente expansão do poder hegemónico da África do Sul. Esta expansão serve para determinarmos como mesmo um poder hegemónico pode não ser capaz de se expandir perpetuamente, e uma situação de alargamento na sua fronteira hegemónica pode acabar por abrir brechas de oportunidade para potências de outras regiões se aproveitarem da situação de relativa fragilidade. No primeiro momento de expansão da potência hegemónica é importante verificar que a sua preocupação estratégica passa por assegurar a defesa dos seus

Estados tampão, importantes para uma delegação do fardo do combate dos movimentos nacionalistas, mas também para manter uma linha de separação entre essas forças e o território da África do Sul<sup>17</sup>.

Encurralada internacionalmente, a África do Sul opta por defender o seu regime através da criação de uma segunda linha de defesa no exterior das suas fronteiras<sup>18</sup>, partindo daí para realizar operações combinadas nas fronteiras dos Estados que albergassem guerrilhas africanas. Estas operações podiam ser combinadas entre o poder aéreo Sul-Africano e os seus comandos em terra, ou conjuntamente com outros Estados na região, com tropas portuguesas durante a sua guerra colonial ou com tropas da Rodésia. Minter (1994: 113) descreve estas operações conjuntas com a Rodésia “bem equipadas unidades de comandos da Rodésia eram deixadas ou infiltradas, confiando na superioridade aérea, na falta de baterias aéreas, e no efeito surpresa”. É evidente a escolha pelo aumento das operações militares que, conjugadas com a tradicional pressão económica nos Estados vizinhos, acabariam por gerar aquilo que ficaria designado como a desestabilização<sup>19</sup>.

Com as independências de Angola e Moçambique, países de forte inspiração marxista, a estrutura do sistema regional sofre a mais profunda das transformações. Os novos Estados não aceitam a supremacia sul-africana e pretendem inverter a hierarquia de forças. Para isso, combinam a sua forte corrente ideológica com o apoio internacional proveniente dos seus aliados Soviéticos. A potência hegemónica sente-se desafiada e desloca a defesa da estabilidade do complexo para norte da fronteira regional, para Angola onde as interações com outras regiões são mais frequentes. Os interesses Sul-Africanos tornam-se mais difíceis de custear, principalmente porque elementos como o recurso à chantagem económica são mais difíceis de acontecer.

---

<sup>17</sup> O movimento nacionalista Africano caminhava em igual sentido, basta ver que a estratégia de Bem Bella, segundo a qual se devia dar “a ênfase de quebrar os elos mais fracos na cadeia de supremacia branca no sul do continente (nomeadamente na Rodésia e Namíbia) antes de se concentrarem no assalto final à África do Sul” (Callaghy, 1983: 121).

<sup>18</sup> “Enfrentada com uma sublevação interna, e maiorias constitucionais externas, a liderança branca da África do Sul concluiu que só podia defender o Apartheid criando uma segunda frente e lutando uma guerra longe das suas fronteiras” (Hanlon, 1986: 12).

<sup>19</sup> Hanlon (1986: 1) descreve este período como “a guerra Sul-Africana contra os seus vizinhos que combina um mix de acção política económica e militar a que se chama, frequentemente, de desestabilização”.

Na luta pelo controlo da estrutura regional, Angola e Moçambique possuíam uma grande vantagem estratégica, pois ambos detinham as vias de transporte e os portos igualmente favoráveis ao escoamento dos produtos dos Estados do interior na região. Tornavam-se capazes de competir, ainda que a longo prazo, com a África do Sul, evitando deixar os Estados do interior em posições vulneráveis. Apercebendo-se desta situação, e com o argumento de acabar com bases militares na fronteira norte da Namíbia, a África do Sul realizou raides militares em território Angolano, aplicando uma política desestabilizadora que resultou na “destruição de infra-estruturas, deslocação em massa das populações rurais, perda de vidas humanas, fim da capacidade económica do Sul de Angola” (Callaghy: 1983).

A resposta não se fez esperar, e os principais Estados da região na linha da frente<sup>20</sup> da luta contra o *Apartheid* criaram uma instituição destinada a evitar a dependência económica dos países no interior da região, a SADCC<sup>21</sup>, tendo os caminhos-de-ferro de Angola e de Moçambique uma importância vital. A respeito de Moçambique, Hanlon (1986: 79) afirma “Moçambique é, em larga medida, a chave da SADCC e os seus três portos servem muito do interior”. A África do Sul verá na SADCC uma ameaça, principalmente do início da década de oitenta, onde, após a independência do Zimbabué, os Estados da região ganham uma plena autonomia das vias de comunicação Sul-Africanas como fonte de escoamento dos seus produtos “como os mapas do Sul de África mostram, o Zimbabué encontra-se no coração da região, a maior parte das estradas e vias férreas ligando os outros Estados de maioria constitucional atravessam o Zimbabué, tornando-o um ponto central nos transportes” (Hanlon, 1986: 18).

Concluindo, com a segunda vaga de independências na região gerou-se uma brecha no controlo hegemónico da região pela África do Sul, permitindo a chegada da competição sistémicas entre as duas superpotências “a retirada dos impérios ocidentais

---

<sup>20</sup> “A pertença ao clube dos Estados da linha da frente era definida quer pela geografia, quer pela rede de afinidade política e confiança pessoal (...) formavam um agrupamento com o objectivo de promover o desenvolvimento económico e reduzir a dependência da África do Sul” (Minter, 1994: 119).

<sup>21</sup> “A SADCC não é especificamente um mercado comum, nos moldes da CEE, mas antes uma tentativa de coordenar transporte, comércio e desenvolvimento (...) a motivação inicial da SADCC era política, mas também fazia sentido económico” (Hanlon, 1986: 19).

criou o contexto para uma nova ameaçadora e destrutiva forma de conflito na maioria do terceiro mundo, e forneceu novas oportunidades e desafios para ambas as grandes potências” (Halliday, 1989: 28). Pretória estava a falhar nos seus esforços em “criar uma região onde os Estados aceitassem a legitimidade e hegemonia Sul-Africana e cooperassem activamente no policiamento da oposição ao regime de Apartheid” (Minter, 1994: 43). Pelo contrário, as restrições aos movimentos opositores eram inexistentes, quando não incentivadas pelos governos dos Estados da linha da frente<sup>22</sup>. Em breve, a proximidade de Angola e Moçambique a Moscovo será vista como uma atitude de guerra e o criticismo do *Apartheid* é considerado de “inspiração comunista” (Hanlon, 1986: 37).

#### **Grau de anarquia**

O subsistema regional assemelha-se a uma “mini-anarquia”; um local onde os Estados se encontram e relacionam segundo as regras comuns ao sistema internacional. Trata-se de regiões dotadas de uma estrutura própria com as mesmas características que as estruturas dos sistemas políticos internacionais. Assemelham-se porque possuem princípios ordenadores, diferenciação de capacidades e distribuição das capacidades. Diferenciam-se dos sistemas internacionais, pois analisam relações permanentes entre os Estados<sup>23</sup>, traduzidas em padrões históricos de amizade e inimizade e combinam os princípios ordenadores do sistema internacional com os elementos da proximidade geográfica.

Do que ficou exposto acima, podemos observar o tipo de anarquia existente no subsistema regional do Sul de África durante grande parte da segunda metade do século XX. Os Estados relacionaram-se entre si numa perspectiva Hobbesiana, resultante da interacção aquando do primeiro encontro. Uma África do Sul determinada a sobreviver num ambiente que se lhe afigurava desvantajoso condicionou determinantemente o tipo

---

<sup>22</sup> “Os Sul-Africanos mantêm que esta desestabilização é uma séria ameaça ao Ocidente e é a fraqueza do ocidente que permite ao imperialismo soviético operar na África do Sul” (Callaghy, 1983: 267).

<sup>23</sup> Ao contrário dos sistemas internacionais, que analisam relações duradouras

de relações entre os Estados da região. Podemos, igualmente, observar que as unidades não são entidades primitivas que determinam decisivamente a estrutura existente. O comportamento das unidades na estrutura faz com que as novas unidades, ao surgirem, sejam influenciadas pelo tipo de estrutura vigente.

Um elemento importante no determinar do tipo de anarquia existente na região é o grau de interdependência entre as unidades no sistema. Uma maior interdependência pode beneficiar todos os Estados no sistema. No entanto, aquele que consiga converter as suas potencialidades em poder consegue tomar vantagem sobre os seus adversários; a África do Sul, pela sua posição estratégica, conseguiu fazê-lo.

O processo de afirmação da África do Sul dependeu, fundamentalmente, da manutenção de um Estado de dependência quanto aos seus materiais e das vias de transporte, que teve como resultado uma política de procura da hegemonia regional<sup>24</sup>, onde se combinaram habilidosamente os elementos de força, capacidade militar do Estado Sul-Africano e potencialidade económica. Os primeiros anos da década de 60 vão mostrar-nos que esses recursos foram bem aproveitados e instrumentalizados na criação e manutenção de uma hegemonia regional. Callaghy (1983: 56) escreveu “o apogeu do domínio regional Sul-Africano foi durante o período de 1960-70, um período de descolonização em que as fracas e vulneráveis economias políticas eram deixadas aos desígnios do poder subimperial”.

A primeira vaga de independências, acompanhada pelo retirar da maior potência colonial da região, provoca uma situação de desestabilização na região que favorece a África do Sul. A estrutura começa a ganhar contornos anárquicos mas, dado o elevado nível de dependência dos outros Estados na região, assiste-se a uma situação de hierarquização hegemónica. O poder hegemónico da África do Sul cresce, assente em linhas de dependência regional e o nacionalismo pan-africano avança até às portas da região. Como foi dito, “o poder branco já não era capaz de reter a revolta negra (...) assim como o ambiente regional cada vez mais ameaçador e a situação fornece pouca esperança para aliados ou ajuda” (Callaghy, 1983: 56).

---

<sup>24</sup> De forma a manter o estilo de vida Afrikaner, os líderes Sul-Africanos vão “concluir que era essencial ter o que se chamou de hegemonia regional, de forma a assegurar que as suas bases de poder permaneciam intactas” (Hanlon, 1986: 45).

Se no plano político a África do Sul começa a sentir os efeitos desconfortáveis de um isolamento internacional quase total (em 61 fora expulsa da *Commonwealth*, e nas Nações Unidas era vítima de constantes resoluções a condenar o *apartheid*) e de uma insegurança regional cada vez maior, no campo económico Pretória manteve uma situação de dependência na balança comercial dos vizinhos, recorrendo a limitações das importações dos produtos provenientes da região, cortando o acesso à electricidade proveniente das barragens Sul-Africanas, restringindo a entrada de mão-de-obra dos países vizinhos. Militarmente, ao mesmo tempo que diminui a sua dependência militar do exterior<sup>25</sup>, procura alianças com os restantes regimes favoráveis da região, permitindo-lhe delegar a tarefa de defesa da região contra o nacionalismo pan-africano.

A procura hegemónica da década de 60 foi caracterizada por uma ênfase no poder económico, em vez de no poder militar. Uma boa rede de comunicações e vias de transporte, inicialmente criadas com o propósito de explorar os recursos minerais da África do Sul, permitiu a Pretória ganhar a dianteira sobre os outros Estados da região que, fruto da inépcia colonial, não tinham as instituições capazes de acabar com o ciclo de dependência entre a antiga colónia e a metrópole. Não espanta por isso que Pretória tenha assumido o papel que outrora pertencera a Londres, tornando-se a África do Sul “um império com as suas colónias em redor” (Callaghy, 1983: 28). Os Estados vizinhos estavam limitados a ser um mero protectorado da África do Sul<sup>26</sup>, e mesmo aqueles que se declaravam abertamente hostis ao regime de *apartheid* não conseguiam escapar a este espartilho económico. Veja-se, por exemplo, que “a posição da Zâmbia era ambivalente, uma vez que era obrigada a manter laços económicos com o bloco (Sul-Africano), ao passo que adoptava uma posição política hostil de apoio às guerrilhas africanas” (Barber, 1990: 130).

A proeminência da África do Sul, enquanto potência hegemónica regional, dependeu em grande medida das suas vias de comunicação e acesso ao mar. No entanto, não devemos descurar factores como a mão-de-obra barata proveniente dos Estados da região ou a falta de economias sólidas daquele ponto do globo. Barber (1990: 130)

---

<sup>25</sup> “A África do Sul tem sido capaz, desde 1945, de aprender a construir os seus caças, veículos armados, vasos navais e agora misseis e materiais nucleares” (Callaghy, 1983: 59).

<sup>26</sup> “Na verdade, desde a primeira metade do século, as colónias desenvolveram poucos empregos e indústrias, permanecendo dependentes da ligação Sul-Africana” (Hanlon, 1986: 20).

afirma “a república era um eixo cujos raios se espalhavam pela região - laços económicos, de transporte e geográficos, e também questões de segurança política com os brancos caracterizavam as relações de interdependência regional”. Os novos Estados eram, na sua maioria, desprovidos de acesso ao mar, e as vias de comunicação passavam, obrigatoriamente, pela África do Sul ou por territórios ocupados por uma potência colonial, Portugal, em guerra contra os seus movimentos de guerrilhas nacionalistas. Afirma-se “todos os recentemente independentes Estados africanos, e a Rodésia, não tinham acesso ao mar, sendo dependentes, em maior ou menor medida dos portos da União, como dos caminhos-de-ferro que os servem” (Barber, 1990: 131).

#### **Padrões de amizade e inimizade (ameaças são mais sentidas quando a curto alcance)**

Os padrões de amizade e inimizade são determinantes pela compreensão do tipo de relações que os Estados de uma determinada região estabelecem entre si. Ao elemento histórico junta-se a noção de que as ameaças são mais sentidas quando a curto alcance. No nosso estudo de caso, analisaremos estes padrões em dois espaços diferentes: um primeiro, mais próximo do âmbito regional, merecendo particular destaque a noção securitária Sul-Africana; e um outro, mais local, envolvendo um mapeamento histórico dos movimentos de libertação em Angola, fundamental no compreender do futuro posicionamento das grandes potências na região.

Os Sul-Africanos acreditavam que governos marxistas em Angola e Moçambique seriam a porta de entrada da competição entre as grandes potências mundiais. A vitória destes governos significava o fim de uma zona tampão a separar o território da África do Sul dos movimentos nacionalistas a operar junto da sua fronteira. A estabilidade governativa nestes países iria alterar, definitivamente, o equilíbrio de forças na região. A receita a aplicar seria uma estratégia total<sup>27</sup>, que “combinava pressão política, económica e militar, através da utilização de corporações (...) agentes dos governos dos Estados vizinhos, e os seus comandos e as suas forças aliadas em Angola

---

<sup>27</sup> “A estratégia total era um quadro onde se combinava um misto de reformas e opressão, quer internamente, quer na política externa” (Minter, 1994: 38)

e Moçambique”, sendo dado ênfase à superioridade militar onde se “passou de reides fronteiriços para incursões que se tornaram em ocupações de longo termo” (Minter, 1994: 115), através do recurso à sua superioridade aérea <sup>28</sup>.

O interesse da África do Sul em Angola está relacionado com a ocupação da Namíbia, ocorrida no final da segunda Guerra Mundial, quando as forças Sul-Africanas ocuparam o território, impondo um regime de *apartheid*. Juntamente com as colónias Portuguesas de Angola e Moçambique, e com a Rodésia, a Namíbia constituía o “cordão sanitário” que Pretória necessitava para manter a estabilidade interna face ao avanço do nacionalismo pan-africano. Na visão das elites Sul-Africanas, o nacionalismo africano era uma grave ameaça à estabilidade na região, mas a possibilidade da presença de forças externas ao continente poderiam acabar por destruir a região. Era necessária uma estratégia mais musculada na defesa dos seus interesses “ tendo sido rejeitada a cenoura, o castigo da destabilização económica e militar tornou-se a manifestação dominante do aspecto externo da estratégia total” (Callaghy, 1983: 271).

É importante não descurar a importância dos movimentos de libertação e dos seus padrões de amizade e inimizade, pelo que se procederá ao seu mapeamento prévio.

Dos três movimentos nacionalistas Angolanos, o primeiro a surgir foi a UPA, formada por emigrados do Zaire, com raízes étnicas em torno da hierarquia do reino do Congo e tendo a sua base de apoio nos elementos da etnia Bacongo, que ocupam uma região que se estende do Congo ao Zaire. É a este movimento que se deve a invasão da cadeia de Luanda em 1961 e são os elementos da UPA que atacam as fazendas do norte de Angola “dizimando todos os brancos, mulatos e Ovibundos que se encontram lá para trabalhar” (Nyerere, 1986: 74). A sua forma de actuação violenta deixa o ocidente horrorizado, legitimando o envio de tropas Portuguesas para Angola e subsequente expulsão deste movimento para o Zaire, onde “continuam a travar uma guerra de guerrilha de fraca intensidade (...) contando com bases no Zaire, onde são apoiados pelo ditador Mobutu Sese Seko” (Hodges, 2002: 25). A implementação do movimento em Kinshasa, e as acusações internacionais de ter raízes étnicas e racistas (a UPA, inicialmente estava preocupada com a independência do território correspondente ao

---

<sup>28</sup> “A superioridade Sul-Africana foi essencial no auxílio aos raides dos seus comandos e no fornecimento das forças na região, bem como em assegurar as operações terrestres em Angola” (Minter, 1994: 123)

antigo reino do Congo), leva os seus líderes a adoptar uma posição mais pragmática, com a mudança do nome para FNLA e a criação de um governo de Angola no exterior (GRAE), aberto a elementos de outras etnias<sup>29</sup>.

O segundo movimento nacionalista a emergir para a luta da independência de Angola foi o MPLA. Tinha a sua base de apoio nas populações litorais costeiras, mais urbanas e escolarizadas, onde existia uma larga camada de assimilados, mulatos e crioulos das velhas famílias de Luanda, que vinham sendo privados do acesso a cargos de funcionalismo público em detrimento dos elementos vindos da metrópole. O resultado desta “inclusividade étnica” (Ciment, 1997: 123) ditou a raiz do MPLA que, apesar de ser acusado de pertencer, desde a sua origem, ao clube dos Estados pró-Soviéticos, mantinha no seu interior um aglomerado de várias correntes, não só comunistas, como nacionalistas e étnicas, todas empenhadas em derrotar um inimigo comum, o colonialismo. Refira-se que “as primeiras organizações indígenas a pedir reformas coloniais eram formadas maioritariamente por assimilados influenciados pela re-Africanização cultural emergente nos estudantes Angolanos e exilados a morar em Lisboa no início de 1950” (Ciment, 1997: 38).

Estas diferentes correntes ideológicas que constituem o MPLA ajudam a dotá-lo de uma forte robustez política, resultado de dois acontecimentos determinantes na sua formação como movimento de libertação. O primeiro, exterior a Angola, com a ida dos alunos angolanos para as universidades portuguesas<sup>30</sup>, onde se agregaram em movimentos democráticos e residências culturais<sup>31</sup>, permitindo a fácil organização e expansão do socialismo e pan-africanismo entre os seus membros. O segundo acontecimento, já em Angola, foi o ponto de encontro entre estes jovens estudantes politizados, com ideais modernos socialistas, e os movimentos políticos implantados na sociedade local, como a Liga Nacional Africana e o Partido Comunista Angolano que

---

<sup>29</sup> “Esta tentativa para fugir à imagem de etnocentrismo que originara antes, e durante os violentos incidentes de 1961, também implicou a ascensão de elementos da etnia não Bacongo a pretensas posições de chefia (Macqueen, 1998: 50)

<sup>30</sup> Tratava-se de “elites a quem foi permitida uma educação superior, reunindo-se de forma a encarar a possibilidade de uma resistência coordenada ao longo do império” (Chabal, 2002: 142).

<sup>31</sup> A Casa dos Estudantes do Império e o Centro de Estudos Africanos “constituíram um ponto de convergência para a geração de teóricos políticos e chefes guerrilheiros cujos movimentos chegariam ao poder depois do colapso do império (Macqueen, 1998: 38)

“juntamente com outros grupos menos organizados acabariam por, finalmente, misturar-se com o MPLA em Dezembro de 1956” (Macqueen, 1998: 39).

O terceiro movimento que surgiu em Angola foi a UNITA<sup>32</sup>. Implantada nas regiões do sul e composta maioritariamente por elementos da etnia Umbundo (Nyerere, 1986: 74), tinha a sua base de apoio nas populações rurais, não existindo uma classe intelectual capaz de os dotar de uma corrente ideológica forte. Assentava no carisma do seu líder Jonas Savimbi que, após alguns anos de formação em Portugal e na Suíça e uma curta passagem pelos quadros do GRAE, se via na liderança do povo da sua etnia (Chabal, 2002: 143). A sua participação na luta pela independência de Angola foi limitada espacialmente, uma vez que, apesar de ter mantido uma representação na Zâmbia durante os anos de luta contra o colonialismo, não encontrava grandes aliados internacionais. Hostilizada pelo lado socialista e relegada para segundo plano pelos Estados ocidentais<sup>33</sup>, só a independência de Angola e a aliança estratégica com a África do Sul tornariam a UNITA um elemento determinante no conflito Angolano.

É a partir da fronteira com o Zaire que estes movimentos vão desenvolver as suas frentes de guerrilha em território Angolano. Cabe, então, à UPA a iniciativa política e a proximidade com o presidente Mobutu do Zaire<sup>34</sup> permite-lhes dificultar a implantação das bases do MPLA junto da fronteira, granjeando, assim, o seu reconhecimento internacional como movimento dianteiro na luta pela autodeterminação “a FNLA foi reconhecida e recebeu apoio da China, dos Estados Unidos, da África do Sul e, acima de tudo, dos seus anfitriões do Zaire<sup>35</sup>” (Chabal, 2002: 142). O MPLA, que procura uma acção conjunta entre os dois movimentos, depressa vê a sua actividade

---

<sup>32</sup> A criação da UNITA completara a estrutura tripartida do nacionalismo Angolano que se manteria assim até ao colapso português e que formaria posteriormente a geometria do prolongar da guerra colonial” (Macqueen, 1998: 55)

<sup>33</sup> “Na sua busca por uma ideologia de libertação que pudesse ser atractiva para a população camponesa das terras altas, a terceira força de Angola virou-se, não para a América que apoiava a frente de libertação, não para a Rússia que apoiava o movimento de libertação, mas para a China” (Birmingham, 1995: 67)

<sup>34</sup> “O casamento de Holden Roberto com a cunhada de Mobutu foi um exemplo do reforçar dos laços históricos e culturais entre os dois lados da fronteira” (Ciment, 1997: 40).

<sup>35</sup> O apoio do Zaire deve-se “ao facto da etnia Bacongo se encontrar a cavalo entre os dois lados da fronteira como na preferência de Kinshasa pelo anticomunismo da FNLA” (Macqueen, 1998: 227).

encurralada pela desconfiança do regime Zaireense acerca das suas afinidades políticas, “uma desconfiança que Holden Roberto explorou habilmente” (Macqueen, 1998: 50) e que terminou com a expulsão do Zaire e subsequente deslocação para o Congo-Brazzaville<sup>36</sup>.

O refúgio em Brazzaville trouxe inúmeras vantagens ao Movimento, nomeadamente a reorientação política através de uma tendência mais presidencialista nos órgãos de direcção e a implementação da guerrilha em território Angolano através do enclave de Cabinda. Apesar dos escassos êxitos militares “a campanha de Cabinda foi importante para o MPLA, mais como meio de fazer reconhecer a sua identidade de guerrilha” (Macqueen, 1998: 52). Uma região bastante rica em petróleo, separada de Angola por uma faixa territorial pertencente ao Zaire, não vai ser um terreno fácil para os guerrilheiros do MPLA; o Zaire vê os seus interesses melhor servidos pela UPA.

O afastamento do Zaire e a ida para o Congo-Brazzaville permitiu ao MPLA uma maior margem de manobra na política regional. Países como a Tanzânia e a Zâmbia permitiram que se implantassem bases políticas nos territórios “o exército do MPLA (...) começou a infiltrar-se pelo Congo (Brazzaville) em Cabinda, a partir de 1963, e pela Zâmbia no Leste de Angola em 1966” (Hodges, 2002: 24). O ano de 1964 foi de renovado vigor para o MPLA, o que “lhe deu créditos entre os vizinhos regionais além do Congo-Brazzaville” (Macqueen, 1998: 54) A Zâmbia foi de particular importância, uma vez que a sua fronteira com Angola permitiu a implementação de bases de guerrilha e a criação de uma frente de combate, a “frente leste”. A vitória política do MPLA não estava concluída sem o reconhecimento pela OUA como movimento de libertação e o estabelecer de laços fortes de amizade com os países do bloco de leste, nomeadamente através da visita que Che Guevara fez a Brazzaville e a ida de alguns elementos da direcção do movimento a Moscovo.

Com o aproximar da independência, os acontecimentos começam a precipitar-se, os movimentos estabelecem as suas embaixadas em Luanda e começam a delimitar as suas posições. O MPLA, com uma base de apoio maioritariamente urbana e

---

<sup>36</sup> Nyerere (1986:75) afirma que os militantes do MPLA na zona de fronteira com Angola são executados pelos elementos da UPA e os seus escritórios em Kinshasa fechados. Uma análise mais datada dos acontecimentos é-nos referida por Ciment (1997: 40) ao escrever “em Outubro de 1961, as tropas da UPA começam a atacar as guerrilhas do MPLA”.

escolarizada, foi recebido em “tumulto” (Nyerere, 1986: 83), estando, pela primeira vez, numa posição favorável e num campo que lhe era familiar. Uma forte contribuição foi dada pela população de Luanda, composta por muitos mulatos, assimilados e crioulos das velhas famílias, que viam no MPLA um legítimo representante das suas aspirações<sup>37</sup> “(...) em suma, a elite crioula de Luanda via o MPLA como a sua melhor protecção contra as incertezas do futuro” (Hodges, 2002: 67).

A FNLA, próxima do governo do Zaire, onde se tinham instalado muitos dos seus elementos, e com o apoio dos Estados Unidos, era de carácter maioritariamente tribal (oriundos do território Bacongo) e viam com desconfiança as populações das zonas urbanas, mais propensas a apoiar o MPLA. A falta do apoio popular levou a que se tentassem impor por meios militares.

A UNITA, sem representação suficiente em Luanda, limitava-se a “capitalizar aquilo que considerava serem as debilidades políticas dos outros movimentos: a fama da FNLA de ser violentamente racista e o Marxismo do MPLA” (Macqueen, 1998: 217). Sem capacidade militar, nem apoio político para determinar o destino de Luanda, acabou por optar por uma técnica separatista, declarando a independência da República Democrática de Angola na sua capital, o Huambo, sem grandes efeitos práticos, uma vez que nenhuma potência estrangeira reconheceu o novo país.

#### **Cálculo da polaridade**

O período que antecede a independência de Angola foi de grande interferência das potências internacionais no destino dos movimentos de libertação. Era consensual entre as potências que o movimento que controlasse a capital seria reconhecido como o legítimo representante de Angola no plano internacional. A particularidade do conflito é que, ao lado dos interesses das potências internacionais, Estados Unidos e União

---

<sup>37</sup> Note-se que “na transição para a independência, as velhas famílias crioulas identificaram-se mais com o MPLA e com as suas bases urbanas de Luanda do que com os movimentos de base mais rural” (Hodges, 2002: 67).

Soviética, concorriam os interesses das potências regionais: Zaire, Zâmbia, África do Sul. Neste ponto, analisaremos as relações e o tipo de complexo existente através do número de potências existentes no complexo, sejam elas internas ou externas à região.

O Zaire é a potência vizinha que actua mais activamente num desenrolar favorável do conflito. Enquanto Estados como Zâmbia procuravam consensos na unificação das três facções do MPLA<sup>38</sup>, o Zaire, e o Congo<sup>39</sup> em menor medida, procuravam assumir um papel decisivo no destabilizar da situação. O desejo do seu presidente era constituir uma confederação que englobasse Cabinda, Angola e o Zaire e assim aproveitar os francos recursos petrolíferos daquele enclave Angolano. A federação não avançou, pois houve uma rejeição pela comunidade intelectual Angolana de uma aliança com o Zaire “os três movimentos guerrilheiros com os seus diferentes factores ideológicos e étnicos pareciam representar adequadamente as várias aspirações, tanto da intelectualidade Africana como das grandes massas” (Macqueen, 1998: 200).

O Zaire, independente da Bélgica na década de 60, tinha uma enorme dimensão de recursos naturais, mas revelou-se um país fragmentado e alvo da cobiça de muitas potências estrangeiras “as minas sobreviveram debaixo do controlo financeiro externo e interesses de engenharia, pagando os fundos do Estado com que se assegurava o bem-estar de um exército gerido pelo general empreendedor Mobutu Sese Seko, que se tornou um dos homens mais bem-sucedidos do país” (Birmingham, 1995: 60). É a sua proximidade com o ocidente que o vai tornar num aliado determinante no fornecer do apoio logístico às forças opositoras do MPLA.

Outra potência que actuou determinantemente no conflito regional que deflagrava em Angola foi Cuba. Apesar do seu afastamento geográfico, podemos considerar, pelo número de efectivos envolvidos e pelo empenho na guerra que se seguiria, que se trata de uma potência que, embora sendo externa à região, tem um papel determinante no desenrolar dos acontecimentos.

---

<sup>38</sup> O governo Zambiano estava preocupado com o acesso ao mar através de Angola e “preocupado que o governo de Angola, controlado pelo MPLA, pudesse usar o caminho-de-ferro de Benguela para extrair concessões políticas e económicas” (Macqueen, 1998: 229)

<sup>39</sup> Pobre em recursos naturais, o Congo-Brazzaville cobiçava o enclave de Cabinda, ao mesmo tempo que estava “evidentemente desejoso de impedir qualquer expansão significativa do seu outro vizinho rival, o Zaire” (Macqueen, 1998: 229).

Cuba via em Angola o candidato ideal para a exportação do seu modelo socialista. O ano de 1975 foi o momento ideal para avançar “em resposta à invasão Sul-Africana, cuba enviou milhares de soldados para Angola” (Hodges, 2002: 26). O envio de tropas Sul-Africanas através do sul da fronteira com a Namíbia foi o pretexto ideal para o início da “operação Carlota”, que inicialmente serviria para travar o avanço ao sul de Angola, bem como uma segunda frente de batalha no norte, com o Zaire. O interesse de Havana por Angola era anterior à independência “ainda antes da independência, tropas Cubanas e material de guerra soviético entraram em Angola para apoiar as FAPLA e o MPLA na luta contra os dois movimentos que se opunham” (Costa Almeida, 2011: 60). A história revela-nos que a intervenção das forças internacionalistas cubanas foi o “elemento decisivo na batalha de Luanda”<sup>40</sup>, visto que “as FAPLA não tinham o número de homens nem a tecnologia para defender o país contra as forças convencionais e o equipamento sofisticado que era descarregado junto à fronteira” (Nyerere, 1986: 88).

Em relação a outros elementos, uma potência sistémica com interesses geoestratégicos em Angola é a União Soviética que, empurrada pelas circunstâncias, pretendia desequilibrar a região a seu favor, face aos Estados Unidos, e evitar a possibilidade de potências como a China ou Cuba expandirem as suas esferas de influência sem o beneplácito de Moscovo, afastada a possibilidade de um conflito directo bem-sucedido com os Estados Unidos “a pressão militar soviética orientou-se no sentido de apoiar as chamadas guerras de libertação nacional em áreas do mundo em desenvolvimento, como Angola, Etiópia, Afeganistão e Nicarágua” (Kissinger, 1994: 515). O fracasso ocorrido aquando da independência do Congo Belga levou a que a União Soviética não tenha procurado exportar o seu modelo de governo para nenhum Estado numa região onde o seu interesse era diminuto, mas, com a pressão sobre os Estados Unidos no Vietname, a independência de Angola proporcionava a oportunidade para alterar a disposição de forças em África<sup>41</sup>. Crocker (1992: 214) ilustra bem o sucedido: “Com a independência de Angola, os soviéticos tomam a decisão sem

---

<sup>40</sup> (Birmingham, 2002: 147)

<sup>41</sup> A respeito da participação dos Estados Unidos no conflito em Angola, Kissinger (1999 717) escreve “deixar o terreno livre para as operações militares soviéticas condenar-nos-ia à insignificância em futuros conflitos na África Austral e, provavelmente, noutras regiões”.

precedentes de projectar a sua capacidade militar em África ao apoiar insurgências locais através dos seus aliados Cubanos, enviados para Angola e Etiópia. Uma incrivelmente isolada, belicosa, e militarmente auto-suficiente África do Sul envolveu-se no tumulto além das suas fronteiras”.

A retirada dos Estados Unidos do Vietname foi o acontecimento que a União Soviética esperava para gerar a possibilidade de criar uma situação de desestabilização na esfera de influência dos Estados Unidos. O antigo secretário de Estado Norte-Americano escreveu, “Moscou tirou a conclusão que os defensores da teoria dos dominós tanto temiam- que a correlação das forças fora desviada a seu favor. Em consequência, tentou expandir-se para o Iémen, Angola, Etiópia e, por fim, para o Afeganistão” (Kissinger, 1994: 612). O seu argumento era claro: ao ganhar vantagem junto dos países periféricos a União Soviética obrigaria Washington a envolver-se num conflito de proporções idênticas às do Vietname e desmoralizar a sua opinião pública, susceptível a esse tipo de acontecimentos “o Vietname criara na mente de muitos Norte-Americanos a relutância em combaterem o comunismo em campos de batalha remotos” (Kissinger, 1999: 703).

O apoio Norte-Americano começou por ser reticente, a guerra do Vietname acabara e o continente era pouco importante para o tabuleiro da Guerra Fria. Todavia, os esforços da Zâmbia<sup>42</sup> parecem ter alertado os decisores políticos Norte-Americanos para a importância estratégica de Angola. Kissinger (1999, 701) nas suas memórias relata o encontro com o presidente Kaunda “ele convenceu o Presidente Ford e eu próprio de que a União Soviética estava a intervir em Angola com conselheiros militares e armamento, e que deveríamos opor-nos a tal intrusão em defesa dos seus vizinhos”. O receio de ter em Luanda um instrumento de Moscovo, e os efeitos nefastos para a região<sup>43</sup>, parecem ter levado os Estados Unidos a resolver intervir no conflito.

---

<sup>42</sup>A Zâmbia, apesar de ser um Estado da linha da frente contra o *apartheid*, encontrava vários pontos de convergência com a estratégia tomada pelos Estados Unidos contra a ingerência soviética na região, esta “via a evolução da situação em Angola como representando uma séria ameaça à segurança e independência de toda a região” (Kissinger, 1999:800).

<sup>43</sup> Para os políticos Norte-Americanos a intervenção Soviética em Angola, e posterior desestabilização regional, poderia acabar por criar uma frente suficientemente forte ao ponto de, numa primeira fase, fazer cair a Rodésia, e mais tarde a África do Sul, afectando os circuitos comerciais da “rota do Cabo” (Kissinger, 1998: 798)

A sua participação teria de ser discreta “o apoio americano não podia ser extensivo nem público, uma vez que nos meses que se seguiram à queda do Vietname, em Abril de 1975, o Congresso estava relutante em aprovar qualquer nova aventura no estrangeiro” (Chabal, 2002, 147). O rescaldo do Vietname, e uma opinião pública pouco inclinada em apoiar as guerras de libertação, levaram a que o Congresso aprovasse uma emenda a proibir a venda de material a qualquer das partes beligerantes em Angola<sup>44</sup>. A decisão tomada pelos decisores Americanos passou pelo assegurar de um apoio encoberto aos outros movimentos de Libertação, evitando que uma possível vitória Soviética em Angola se transformasse numa reorientação das forças no continente. O não-reconhecimento do governo que entretanto se estabelecera em Luanda e o apoio dado pelos serviços secretos aos seus aliados na região foram determinantes “para nós, reduzir a capacidade da União Soviética e de Cuba de transformarem África em mais uma frente da Guerra Fria, era, evidentemente, um objectivo importante” (Kissinger, 1999: 794).

Apesar do empenho Norte-Americano, a sua política interna acabaria por se revelar um entrave, primeiro com a aprovação da emenda Clark durante o mandato do presidente Ford “o congresso legislou no sentido de impor um embargo de armas à Turquia, de cortar a ajuda ao Camboja e de a esvaziar a prática no que respeitava ao Vietname, e de proibir qualquer tipo de intervenção militar em Angola” (Kissinger, 1999: 39) e depois com uma administração Carter, responsável pela posição mais moderada dos Sul-Africanos em relação a Angola na segunda metade da década de setenta.

A década de oitenta trouxe profundas alterações no sistema internacional, principalmente no que concerne a disposição dos Estados Unidos em envolverem-se no conflito. A doutrina Reagan alterou a forma de actuar de Washington em relação a África e principalmente para com Angola. A nova administração permitiu à África do Sul encaminhar-se para uma política mais agressiva, pois “quer Angola, quer Moçambique, eram extremamente vulneráveis à pressão Sul-Africana e aos seus esforços de desestabilização” (Callaghy, 1983: 267). A África do Sul passou a ser vista como um garante regional. Para os decisores Norte-Americanos, a situação do *apartheid*

---

<sup>44</sup> (Nyerere, 1986: 90)

só se resolveria com o recurso a um empenhamento construtivo “um conceito curioso que afirmava só poder ser a minoria racista a por fim ao governo de minoria- e que isto só seria alcançado se não fosse sujeita a pressão externa” (Nyerere, 1986: 97).

Com uma política regional altamente belicista, a África do Sul é a potência determinante na região. Acompanha a necessidade de ganhar créditos junto dos seus aliados ocidentais com a necessidade de assegurar um ambiente regional securitário favorável. Decide-se por uma intervenção efectiva no conflito “jogando com a ameaça da influencia soviética no centro de Angola, e permitindo ao seu exército ser utilizado para reter a força Cubana mo sul de Angola, a África do Sul salvaguardou-se da interferência Norte-Americana na sua agenda política de segregação e repressão” (Birmingham, 2002: 169). A receptividade com que as forças da FNLA e da UNITA acolheram os conselheiros Sul-Africanos foi grande, pois estes foram vistos como passos bastante positivos para o envolvimento no conflito “os pontos adicionais a favor foram o envolvimento do Zaire e a concordância da Zâmbia. Mais importante: os Estados Unidos estavam na dianteira contra o MPLA” (Minter, 1994: 112).



## **Conclusão**



A presente dissertação teve como objectivo o estudo de caso da região do sul de África, à luz dos pressupostos da escola neo-realista, bem como os contributos das correntes construtivista e escola inglesa.

Iniciámos o primeiro capítulo fazendo uma distinção acerca das teorias em confronto ao longo do trabalho. Primeiro descrevemos o realismo clássico e o contributo de autores como Carr ou Morgenthau. Observámos o realismo clássico e a sua compreensão das relações entre os Estados compreendidas em termos de poder como forma de satisfação dos seus interesses domina o seu comportamento. Posteriormente, estudámos os pressupostos básicos do neo-realismo, corrente que abandonou as velhas concepções realistas acerca da natureza humana e reafirmou a lógica da política do poder assente na estrutura anárquica. De seguida, examinámos os três elementos essenciais da escola construtivista: a dimensão intersubjectiva do conhecimento; o efeito constitutivo, e não regulativo da estrutura; e a mútua constituição entre a estrutura e os actores do sistema internacional. Finalmente, percorremos a escola inglesa, que apesar de não questionar a primazia do poder do Estado, desenvolveu o conceito de sociedade internacional, de forma a introduzir os elementos histórico e normativo na compreensão das relações internacionais.

O objectivo do nosso primeiro ponto foi evidenciar que as teorias tornam compreensível o comportamento dos Estados. Comungamos da opinião de Buzan (1996: 52) acerca da combinação de várias teorias, de modo a encontrarmos um ponto óptimo entre elas “a meu ver as relações internacionais são uma empresa multidisciplinar, e, portanto, também o realismo”.

Seguiu-se uma análise da estrutura do sistema, do número de actores e das respectivas capacidades, bem como os padrões de interacção e o número de Estados que se alinharam em agrupamentos opostos, formando uma balança de poder. Evidenciámos como a estrutura determina os resultados, estimula certos comportamentos e desencorajando outros. Definimos a estrutura de acordo com a analogia com a estrutura interna neo-realista “Uma estrutura política interna é assim definida, primeiro, de acordo com o princípio pelo qual é ordenada; segundo, pela especificação das funções de unidades formalmente diferenciadas; e, terceiro, pela distribuição das capacidades dessas unidades” (Waltz, 1979: 117). Procurámos encontrar uma *via média* na analogia,

através da combinação dos pressupostos neo-realistas com os da escola construtivista e escola inglesa.

Relativamente ao princípio ordenador da anarquia, partimos do pressuposto que no sistema internacional não há nenhuma entidade capaz de estabelecer a ordem entre os estados membros “Em termos domésticos e internacionais, as relações de subordinação e superordenação são estabelecidas; mas internacionalmente são relações de força não de autoridade” (Waltz, 2008: 24). Este entendimento pressupõe que um Estado “deve submeter-se porque caso contrário, o mais forte o obrigará.” (Carr, 2001: 58). A crítica ajudou-nos a compreender que os factores estruturais não explicam os resultados, qualquer um pode originar a paz ou a guerra, dependendo das características domésticas dos principais agentes do sistema, bem como das relações entre si “Por qualquer razão, biológica, doméstica ou vitimização sistémica- alguns estados podem tornar-se predispostos à agressão”; “Se a predação ocorre logo após o primeiro encontro no estado de natureza, vai forçar os outros com quem entrou em contacto a defender-se”. (Wendt, 1992: 408).

Por outro lado, o elemento diferenciador das capacidades pressupunha que as unidades fossem uma entidade primitiva em busca de sobrevivência, que determinaria o tipo de anarquia existente (hobbesiana), gerando um fenómeno de reprodução. A crítica ajudou-nos a compreender que as unidades podem ter elementos diferenciadores, determinantes na análise da mudança, que podem influenciar a estrutura anárquica e ao mesmo tempo ser influenciada por ela. Acabámos por reconhecer que as unidades e a estrutura são mutuamente constituídas e não auto-reprodutivas.

Uma questão importante abordada no nosso trabalho acerca da teoria estrutural foi compreender se os eventos ou condições desestabilizadoras eram melhor geridas num sistema multipolar ou bipolar. Pretendíamos determinar que tipo de sistema internacional era mais propício à guerra, um sistema internacional que continha dois pólos ou um sistema internacional que continha um maior número de actores e em que o poder se encontrava distribuído de forma mais ampla “Do ponto de vista da teoria importa saber qual dos dois factores é mais susceptível de conduzir à guerra- se a igualdade, se a desigualdade de poder- se a possibilidade de conflito aumenta à medida que nos aproximamos da equidade” (Dougherty, 387).

Por último, evidenciámos a variável determinante ao neo-realismo, o poder. Dividimos o poder em *soft power* e *hard power* e, apesar de existirem inúmeras definições de poder, destacámos aquela que foi apresentada por Dougher, 2003: 91) “no seu sentido mais básico, o poder implica a aptidão de um actor para influenciar outro actor no sentido de este fazer ou não fazer algo desejado pelo primeiro”. Descobrimos que o poder enquanto variável do sistema internacional é um elemento determinante no comportamento dos estados em situações de anarquia

No período que se seguiu à Guerra Fria, a importância do nível regional, comparado com o global, aumentou e a sua relativa autonomia da segurança regional forma um padrão radicalmente diferente daquele da Guerra Fria. O domínio do paradigma realista, ao focar-se no sistema global anárquico, não pareceu adequado ao novo ambiente securitário. Nesta medida, o Complexo Regional de Segurança, primeiro com os elementos da escola inglesa, e mais tarde com as inovações da escola de Copenhaga, focou a sua atenção em superar esta fragilidade.

O Complexo Regional de Segurança foi definido como um conjunto de unidades, cujo processo de securitização e dessecuritização está de tal maneira interligado que os seus problemas de segurança não podem ser analisados afastados uns dos outros. Acreditamos que a dinâmica constitutiva das unidades do complexo gerou a estrutura de um complexo de segurança que se deslocou ao longo de curtas distâncias. Buzan definiu o complexo em termos regionais, originando padrões regionais de amizade e inimizade entre as unidades como resultado do elemento distribuição do poder. Os critérios de amizade e inimizade foram considerados por nós como um ponto determinante, uma vez que um crescente da inimizade entre as unidades no complexo faz com que surja a possibilidade de conflito. Finalmente, concluímos o capítulo ao afirmar que o complexo regional de segurança agrupou aproximações neo-realistas e construtivistas, de modo que uma análise acerca do assunto requereria a compreensão acerca da forma como a região influenciou o elemento local e global.

O nosso terceiro capítulo assentou no estudo de caso acerca das dinâmicas regionais no Sul de África. Tomámos como ponto de partida o surgimento do *apartheid* na África do Sul, considerámos os efeitos daí resultantes e os constrangimentos emergentes aquando das primeiras independências Africanas no interior da região. Concluímos o nosso capítulo na década de setenta, com as últimas independências na

região, com o exacerbar da competição entre as grandes potências internacionais e com os efeitos resultantes para a região.

Concluindo, o trabalho desenvolvido ao longo da tese permitiu-nos um contacto mais aprofundado com temas comuns ao neo-realismo, à escola Inglesa e ao construtivismo. Conseguimos analisar a estrutura do sistema internacional e os seus elementos caracterizadores, os princípios ordenadores, elementos diferenciadores e distribuição das capacidades. No entanto, não limitámos a nossa análise e adicionámos a estes elementos particularidades que a crítica indicou como possuidoras de uma maior capacidade explanatória. A título de exemplo, não nos limitámos a compreender a anarquia como meramente hobbesiana, admitimos a possibilidade de existirem múltiplos sentidos de anarquia capazes de gerar outros modelos, fossem eles Lockeano ou Kantiano. Descrevemos o complexo regional de segurança como uma combinação de elementos neo-realistas construtivistas e da escola inglesa e a sua componente regional foi essencial no nosso estudo de caso.

Em defesa do nosso argumento, optamos por escolher combinar uma panóplia de teorias e não nos limitamos a uma aplicação apenas de um das teorias pois entendemos que apesar de a teoria neo-realista ser um bom ponto de partida para o nosso argumento, apresentava algumas fragilidades evidenciadas pelos autores da escola inglesa e da corrente construtivista. Pensarmos o elemento da anarquia em termos organizatórios seria uma escolha limitativa dos nossos objectivos, acreditamos que se tornava mais enriquecedor compreender este elemento como tendo múltiplos sentidos capazes de se adaptar aos interesses dos agentes do sistema internacional.

## **Referências Bibliográficas**



- ALMEIDA, Eugénio da Costa (2011) *Angola Potência Regional em Emergência*. Lisboa: Edições Colibri.
- ASHLEY, Richard K. (1986) “The Poverty of Neorealism” in Keohane (ed.) *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 131-157.
- BARBER, James; Barrat John (1990) *South Africa's foreign policy: the search for status and security : 1945-1988*. Cambridge : Cambridge University Press.
- BIRMINGHAM (1995) *The decolonization of Africa*. London : UCL Press.
- BROWN, Chris (2001) “World society and the English School: an international society perspective on world society” London: LSE Research Online: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000743>
- BULL, Hedley (1977) *The anarchical society: a study of order in world politics*. Basingstoke: Macmillan Press.
- BULL Hedley et al. (1992) *Hugo Grotius and International Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- BULL, Hedley (1995) “Society and Anarchy in International Relations” in Der Derian, James (ed.) *International Theory Critical Investigations*. Basingstoke: Macmillan Press, 75-93.
- BULL, Hedley (2002) *A Sociedade Anárquica*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- BUZAN, Barry (1991) *People States and Fear: an agenda for international security in the post-Cold War era*. New York: Harvester Wheatsheaf.
- BUZAN, Barry et al. (1993) *The Logic of Anarchy Neorealism to Structural Realism*. New York: Columbia University Press.
- BUZAN, Barry (1998) *Security, a new framework for analysis*. Boulder : Lynne Rienner Publishers.
- BUZAN, Bary; Little Richard (2000) *International Systems in World History*. Oxford: Oxford University Press.
- BUZAN, Barry (2001) “The English School: an Underexploited Resource in IR” *Review of International Studies*, Vol 27, No3, pp. 471-488.
- BUZAN, Barry (2004) *The United States and the Great Powers: World Politics in the Twenty- First Century*. Cambridge: Polity Press.
- CALLAGHY, Thomas M. (1983) *South Africa in Southern Africa: the intensifying vortex of violence*. New York: Praeger.

- CARDOSO, Silva (2000) *Angola, Anatomia de uma Tragédia*. Alfragide, Oficina do Livro.
- CARR, E.H (2001) *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CHABAL, Patrick (2002) *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: C.Hurst&Co. Ltd.
- CHABAL et al. (2005) *Is Violence inevitable in Africa? Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*. Leiden Boston: Brill.
- CIMENT, James (1997) *Angola and Mozambique Postcolonial Wars in South Africa*. New York, Facts on File, Inc.
- CRAVINHO, João Gomes (2008) *Visões do Mundo, as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CROCKER, Chester A. (1992) *High noon in Southern Africa: making peace in a rough neighborhood*. New York : W. W. Norton & Company.
- DER DERIAN, James (1995) *International theory: critical investigations*. Basingstoke: Macmillan Press.
- DOUGHERTY, James E.; Pfaltzgraff Jr. (2003) *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- DUIGNAN, Peter; Jackson, Robert H. (1986) *Politics and government in African States: 1960-1985*. London : Croom Helm ; Stanford : Hoover Institution Press.
- DUNN, Tim; COX, Michael; BOOTH, Ken (1998) *The Eighty Year's Crisis: International Relations, 1919-1999*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DOUGHERTY, James E. e PFALTZGRAFF JR., Robert L., 2003 *Relações Internacionais, as Teorias em Confronto*. Lisboa: Gradiva.
- GANN, L.H. (1981) *Africa South of the Sahara: the challenge to western security*. Stanford : Hoover Institution Press
- GILPIN, Robert (1981) *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GILPIN, Robert (1988) “The Theory of Hegemonic War”, *The journal of interdisciplinary History*, Vol. 18, No 4., The origin and Prevention of Major Wars, pp. 591-613

- HALLIDAY, Fred (1989) *Cold War, Third World, an Essay on Soviet-American Relations*. London, Hutchinson Radius.
- HANDEL, Michael I. (1990) *Weak States in the International System*. London, Frank Cass & Co. Ltd.
- HANLON, Joseph (1986) *Apartheid's second front: South Africa's war against its Neighbours*. Harmondsworth : Penguin Books.
- HODGES, Tony (2001) *Angola, do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- HOPF, Ted (1998) “The Promise of Constructivism in International Relations Theory” *International Security*, Vol. 23, No1, pp.171-200.
- IKENBERRY, G. John (2001) *After Victory*. Princeton: Princeton University Press.
- JACKSON, Robert H.; ALAN, James (1995) *States in a Changing World, A contemporary Analysis*. Oxford, Clarendon Press.
- JACKSON, Robert H.; ROSBERG, Carl G. (1982) *Personal Rule In Black Africa, Prince, Autocrat, Prophet, Tyrant*. Los Angeles, University of California Press.
- JOHNSON, Phylis; Martin David (1986) *Destructive Engagement: Southern Africa at war*. Harare: Zimbabwe Publishing House.
- JONES, Roy E. (1981) “The English School of International Relations: a Case for Closure” *Review of International Studies*, Vol. 7, No 1, pp. 1-13.
- KISSINGER, Henry (1999) *Anos de Renovação*. Lisboa, Gradiva.
- KISSINGER, Henry (1994) *Diplomacia*. Lisboa, Gradiva.
- KEHOANE, Robert O. (ed) (1986) *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press.
- KRATOCHWIL, Fredrich (1993) “The embarrassment of Change: Neo-Realism as the Science of Realpolitik Without Politics” *Review of International Studies*, Vol. 19, No1, pp. 63-80.
- KUPCHAN, Charles A. (1998) “After Pax Americana, Benign Power, Regional Integration and the sources of a stable Multipolarity” *International security*. Vol. 23, No2.
- LAKE, David A. (1996) “Anarchy, Hierarchy, and the Variety of International Relations”, *International Organization*, Vol. 50, No 1., pp.1-33.

- LAKE, David A.; Morgan, Patrick M. (1997) *Regional orders: building security in a new world*. Pennsylvania : Pennsylvania State University Press.
- LITTLE, Richard (2000) “The English School’s contribution to the Study of International Relations” *European Journal of International Relations*, 6, pp. 395-422
- MAYALL, James (1971) *Africa, The Cold War and After*. London, Elek Books.
- MARTELO, David (2001) *1974 Cessar-Fogo em África*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- MEARSHEIMER, John J. (2001) *A Tragédia das Grandes Potências*. Lisboa, Gradiva- Publicações Lda.
- MINTER, William (1994) *Apartheid's contras: an inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. Johannesburg : Witwatersrand University Press.
- NYE JR., Joseph S. (1990) *Bound to Lead: the changing nature of American power*. New York: Basic Books.
- NYE JR., Joseph S. (2002) *The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford : Oxford University Press.
- NYE JR., Joseph S. (2004) *Power in the global information age: from realism to globalization*. London: Routledge.
- NOGUEIRA, João Pontes; Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo, Elsevier Editora Lda.
- PAIVA, José Francisco, Coord. (2011) *A Política Externa de Angola no novo Contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris.
- POSEN, Barry (1984) *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany Between the World Wars*. Ithaca: Cornell University Press
- RISSE-KAPEN; Lebow, Richard (1995) *International Relations Theory and the end of the Cold War*. New York: Columbia University Press.
- ROCHA, Edmundo (2009) *Angola Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano, Período de 1950 a 1964*. Lisboa: Dinalivro.
- ROSE, Guideon (1998) “Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy” *World Politics*, Vol. 51, No. 1 (Oct., 1998), pp. 144-172
- RUGGIE, John Gerard (1986) “Continuity and Transformation in the World Polity: Toward a Neorealist Synthesis” in Keohane (ed.) *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 131-157.

- RUGGIE, John Gerard (1998) *Constructing the world polity: essays on international institutionalization*. London : Routledge.
- SMITH, Steve; Booth, Ken; Zalewski, Marysia (eds.) (1996) *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SINDAL, Duncan (1985) “The limits of hegemonic stability theory”, *International Organization* Volume 39, Issue 4, pp. 579-614.
- WALT, Stephen M. (1987) *The Origins of Alliances*. Ithaca: Cornell University.
- WALTZ, Kenneth N. (2008) *Realism and International Politics*. New York: Routledge.
- WALTZ, Kenneth N. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.
- WENDT, Alexander (1987) “The Agent-Structure Problem in International Relations Theory” *International Organization*, Vol. 41, No3, pp.335-370.
- WENDT, Alexander (1992) "Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics", *International Organization*, vol.46, n.2, pp.391-425
- WENDT, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WHEELER, Douglas; Péliissier, René (2011) *História de Angola*. Lisboa, Tinta da China.
- WIGHT, Martin (1995) “Why is There no International Theory?” in Der Derian, James (ed.) *International Theory Critical Investigations*. Basingstoke: Macmillan Press, 15-35.
- WIGHT, Martin (2002) *A Política do Poder*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- WILLS, A.J. (1985) *An introduction to the history of Central Africa: Zambia, Malawi and Zimbabwe*. Oxford: Oxford University Press.
- WOHLFORTH, William C (1999) “The Stability of a Unipolar World” *International Security*, Vol. 24, No1, pp. 5-41.



# Índice



Introdução .....	1
Pergunta de Partida.....	4
Argumento .....	4
Metodologia .....	6
Capítulo 1 .....	9
Realismo versus neo-realismo .....	11
Construtivismo .....	18
A Escola Inglesa .....	20
O sistema internacional.....	25
Os elementos caracterizadores da estrutura do sistema internacional .....	29
Capítulo 2 .....	55
Introdução .....	57
A nova dimensão regional da Escola Inglesa.....	59
Evolução histórica da dimensão regional da escola Inglesa .....	62
A estrutura regional de segurança .....	65
Complexo regional de segurança <i>standard</i> .....	70
Complexo regional de segurança centrado.....	71
Capítulo 3 .....	75
Introdução .....	77
Fronteiras do complexo .....	77
Grau de anarquia.....	84
Padrões de amizade e inimizade (ameaças são mais sentidas quando a curto alcance) ...	87
Cálculo da polaridade.....	92
Conclusão .....	99
Referências Bibliográficas .....	105
Índice .....	113